

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 7 • Número 1 • Janeiro - Julho 2015

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieira Alves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Laval Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS

Diretor

Léo da Rocha Ferreira

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

FACULDADE DE DIREITO DIRETOR

Carlos Eduardo Guerra de Moraes

NÚCLEO DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

- L357 Latinidade. – Janeiro-Julho 2015 - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH.
Nucleas, 2015.
v. ; il.
230p.
- Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086
1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Linha Editorial

A Revista *Latinidade* se norteia para os estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa política e cultura, política e sociedade e economia e relações internacionais. Entende que os estudos sobre cultura política atendem aos Grupos de trabalho/GT do Núcleo de Estudos das Américas/Nucleas e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por parecerista, professores da UERJ/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e colaboradores de outras universidades do Estado do Rio de Janeiro e do país, como professores da USS /Universidade Severino Sombra, UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UFSM/Universidade Federal de Santa Maria, entre outras instituições de ensino superior. Destacam-se entre os parecerista os professores Helenice Sardenberg (Universidade UNILASSALE/Niterói), Eduardo Parga (Colégio Pedro II), Nilson Moraes (UNIRIO), Luiz Carlos Borges (MAST/Museu de Astronomia e Ciências Afins), Sul Brasil Pinto Rodrigues (UFRJ), Andre Luis Toribio Dantas (UERJ /FAETEC), entre outros professores. Também devem constar nos artigos entregues para publicação as datas de recebimento e aprovação dos textos.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha, comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brites Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ/BR

Carlos Juárez Centeno – UNC/AR

Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey/MX

Katarzyna Dembicz – CESLA/UV/PL

Lená Medeiros de Menezes – UERJ/BR

Maria Luzia Landim – UESB/BR

Mauricio Mota – UERJ/BR

Nilson Alves de Moraes – UNIRIO/BR

Tatyana de A. Maia – USS/BR

Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná/BR

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB/BR

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ/BR

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC/BR

Eduardo Antonio Parga – UGF/BR

Fernando Rodrigues – USS/BR

Alexandre Dumans – UCAM/BR

Maria Medianeira Padoin – UFSM/BR

Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov.Moscou/RU

Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscou/RU

Adalberto Santana – UNAM/MX

Irina Vershinina – Academia Financeira/Gov.Moscou/RU

Hennque Shaw – UNC/AR

Editoração Eletrônica:

Rogério Mota – UERJ/BR

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



C A P E S

**Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior**

Beneficiário de
auxílio financeiro da CAPES - Brasil.
Programa de Apoio a Projetos Institu-
cionais com a participação
de Recém-Doutores (PRODOC)



FAPERJ

**Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro**

Sumário

Apresentação 7

DOSSIÊ

Historiografia peruana: Mariátegui e Valcárcel 9

Philomena Gebran (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UFRJ)

RESENHA

MAGNOLI, Demétrio. *A hora e a história* 37

Gilberto A. Angelozzi (Universidade do Grande Rio/UNIGRANRIO)

ARTIGOS

Concepto latinoamericano ‘El Socialismo del siglo XXI como un modelo alternativo de transformaciones políticas’ 41

Marianna Abramova (Universidad Estatal de Moscu/MGU)

‘Poder brando’ do Brasil: mitos e realidade 63

Andrey Budaev (Cônsul Geral da Federação da Rússia no Rio de Janeiro)

Entre mitos e deuses da Bahia: as fragilidades do sertão 79

Maria Luzia Braga Landim (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB)

Brasil e mundialização. Crítica da economia política e algumas questões relativas ao meio ambiente.

O cerrado e a geopolítica nacional 93

Paulo Alves de Lima Filho (Universidade Estadual Paulista/UNESP)

Bacia do Rio da Prata: espaços e fronteiras nativas 119

Vlademir José Luft (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ); *Samuel Lage* (Universidade Estadual Paulista/UNESP) e *Daniela Vieira* (UniMSB/UNESP)

**Uma abordagem etno histórica do uso
de plantas medicinais em Petrópolis 139**

Fernando Sergio Dumas dos Santos (Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

**Memória, sociabilidade e espaço público:
relações entre as interações e as políticas de
museologia social na Amazônia 163**

Ana Claudia dos Santos da Silva (Museu Paraense Emilio Goeldi)

Silvio Lima Figueiredo (Museu Paraense Emilio Goeldi)

**Espaço e lugar: o Rio de Janeiro e o Méier
O Méier: memórias, de um espaço, de um lugar, de um outro tempo 187**

Luiz Edmundo Tavares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

**Medio ambiente y Regionalismos:
¿cómo el desarrollo puede ser sostenible? 207**

Méryl Thiel (Derecho Internacional Público/Bogotá)

Apresentação

A Revista *Latinidade* referente ao primeiro semestre de 2015 reúne artigos sobre a América Latina, o dossiê *Historiografia peruana: Mariátegui e Valcárcel*, de autoria da professora Philomena Gebran e a resenha crítica do livro *A Hora e a História de Demétrio Magnoli*, organizada pelo professor Gilberto Angelozzi.

Os autores daqueles trabalhos são professores, pesquisadores alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e de outras instituições do país e do exterior que mantêm convênio com o Núcleo de Estudos das Américas – NUCLEAS. A Revista *Latinidade* é uma publicação semestral, impressa e *on line*, que visa ampliar o conhecimento sobre questões relevantes da América Latina e suas relações com o mundo contemporâneo. Os textos destacam a profundidade epistemológica e o caráter pluricultural dos problemas estudados sobre as sociedades americanas.

O dossiê *Historiografia peruana: Mariátegui e Valcárcel*, que trata do processo da construção do conhecimento histórico peruano e a historiografia dos anos vinte foi marcada pelo protesto de dois grandes intelectuais – Mariátegui e Valcárcel – ambos empenhados em denunciar a exclusão e marginalização dos povos nativos e a forma desigual com que eram tratadas as comunidades andinas da Serra.

Relacionada a uma prática política e a uma vivência do seu contexto histórico, as reflexões daqueles intelectuais proporcionaram a concretização de uma produção historiográfica diferente da que vinha sendo elaborada até aquele momento. Com uma nova visão de mundo e uma mudança



qualitativa na análise da História e da sociedade, conseguiram apresentar projetos, hipóteses e propostas de trabalho, contestando tanto a história oficial como a história positivista que vinha sendo aplicada para a análise da sociedade andina.

Dessa forma, a cultura andina saiu de seu isolamento e passou a ser analisada através de trabalhos que visavam a valorizar os princípios culturais andinos. Tanto Mariátegui como Valcárcel tinham como objetivo denunciar os posicionamentos colonialistas e imperialistas que falseavam a história andina com análises distorcidas da realidade.

A resenha do livro *A Hora e a História de Demétrio Magnoli* envolve a história do Tempo Presente no período de 2004 a 2015. Na introdução, “Fora da Ilha Mental”, Magnoli se refere à América Latina e a seu veio anti-imperialista. Nessa obra, faz a diferenciação entre a esquerda latino-americana e europeia, isso porque, enquanto a primeira apresenta uma vertente anti-imperialista, a segunda é internacionalista. A sensatez do discurso conduz à possibilidade de uma reflexão sobre importantes questões da atualidade.

Os estudos publicados nesta Revista evidenciam a preocupação dos autores em identificar na latinidade o caminho para a construção das identidades e apontam novos paradigmas para o desenvolvimento das práticas políticas, econômicas e sociais.

Maria Teresa Toribio B. Lemos

DOSSIÊ

Historiografia peruana: Mariátegui e Valcárcel

Profa. Dra. Philomena Gebran

Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ/Rio de Janeiro/BR

No processo da construção do conhecimento histórico peruano a historiografia dos anos vinte foi marcada pelo protesto de dois grandes intelectuais: Mariátegui e Valcárcel ambos dedicados a denunciar a exclusão e marginalização dos povos nativos e a forma desigual com que as comunidades andinas da Serra eram tratadas.

A reflexão teórica relacionada a uma prática política e a uma vivência do seu contexto histórico proporcionou a concretização de uma produção historiográfica diferente da que vinha sendo produzida até aquele momento. Esses intelectuais, com uma nova visão de mundo e uma mudança qualitativa na análise da História e da sociedade conseguiram apresentar projetos, hipóteses e propostas de trabalho, contestando tanto a história oficial como a história positivista que vinha sendo aplicada para a análise da sociedade andina.

Neste sentido, a cultura andina saiu de seu isolamento e passou a ser analisada através de trabalhos que visavam a valorização dos princípios culturais andinos. Tanto Mariátegui como Valcárcel tinham como objetivo denunciar os posicionamentos colonialistas e imperialistas que falseavam a história andina com análises distorcidas da realidade. Para isso levantaram a questão de que a cultura incaica integrava o processo histórico peruano e que elementos socioculturais dessas sociedades fazem parte da formação histórica peruana e seus traços permanecem intactos até os dias de hoje.



Neste sentido, Mariátegui e Valcárcel foram os principais responsáveis pela nova dimensão que o conhecimento das antigas culturas andinas adquiriu, livre das tendências colonizadoras.¹

Resurgimiento e Amauta

Quando em Cusco da década de vinte, do século XX, foi criada uma Associação de Trabalhadores e Intelectuais que se denominou ‘Grupo Resurgimiento’, estabeleceu-se um divisor de águas na historiografia peruana. Ele rompeu com as formas arcaicas de pensar o país e colocou na ordem do dia uma das questões mais importantes e mais polêmicas da época: a questão inca e o novo enfoque histórico social para as sociedades andinas.

Na liderança do ‘Grupo’ estava o professor *Luis E. Valcárcel*, da ‘*Universidad de San Antonio Abad de Cusco*’, que na época escrevia artigos contundentes sobre a questão andina transcrevendo com veemência o problema andino e suas ideias de libertação para esse povo.

O ‘Grupo Resurgimiento’ nasceu das inquietudes de *Valcárcel* e de um grupo de intelectuais da *Escuela Cusquenha*, preocupados que estavam com a marginalização das populações andinas e com o papel repressor dos ‘gamoniais’ sobre as comunidades ou ayllus andinos.

O ‘Grupo’ foi, aos poucos, aprofundando suas reflexões e absorvendo os ideais andinos, passando a defender não só o inca do presente, como a buscar na história incaica a volta dos valores do *Estado Inca* como solução possível para a unidade do país.

Os ideais que animaram a ‘*Escuela Cusquenha*’ foram a defesa do campesinato indígena contra o gamonalismo; a difusão do regionalismo político, econômico e cultural; a exaltação do passado pré-hispânico; a reconquista

¹ ARGUEDAS, José Maria. *Formación de una Cultura Indoamericana*. México: Siglo Veinteuno Editores, 1977. p. 13.



da posição orientadora de Cuzco no âmbito nacional; a realização de estudos sobre a Estas, ao serem divulgadas *em* reuniões públicas, transformaram-se em escândalo político. A partir daí, o ‘Grupo’ foi considerado, pelo governo, como muito perigoso, vários de seus membros foram presos, tendo sido logo dissolvido pelas forças repressoras do governo. Apesar de sua curta duração, o ‘resurgimiento’ teve grande repercussão no país, conseguindo sensibilizar vários intelectuais que a ele se integraram.. Faziam parte do ‘Grupo Resurgimiento’, LUIS E. VALCÁRCEL seu idealizador, J. URIEL GARCIA, LUIS F. PAREDES, realidade peruana e sobre as comunidades indígenas.²

Além das intenções que *Valcárcel* nos ditou, o ‘Grupo’ objetivou uma prática, considerada revolucionária, principalmente, para a conjuntura da época, que foi a de acolher os nativos e *pedir que eles próprios participassem das assembleias e denunciassem seus problemas. As denúncias eram graves e recaíam na exploração e perseguição que sofriam. As assembleias se transformavam cada vez mais em um ‘fórum’ onde os nativos andinos usavam de inteira liberdade de expressão para as suas denúncias. Casiano Rado, Roberto de la Torre, Dora Mayer de Zulen, Manuel Quiroga, Julian Palacios, Jorge Basadre e muitos outros que se foram incorporando ao Grupo. Assim, de acordo com as palavras de Mariátegui, [...]“esses foram os fundadores do ‘Renascimento Andino’ e foi só um núcleo inicial que aos os poucos foi reforçado por outras pessoas que no atual período histórico representam a causa do índio em seus diversos aspectos”*.³

Todos os fundadores do ‘Grupo Resurgimiento’ idealizavam um grande movimento nacional que provocasse profunda transformação no país, estando convictos de que, através dele, recuperariam, para o conhecimento do presente, a sabedoria dos povos incaicos, assim como sua história.

² VALCÁRCEL, Luis E. *Amauta*. Lima, 1929, nº 26, p. 101.

³ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideologia e política*, Lima: Empresa Editora Amauta, 1975, pp. 165 e 166.



Para Valcárcel, o ‘Grupo Resurgimiento’ ‘era um movimento para mostrar ao país a cultura incaica e seus valores herdados do Tahuantinsuyu’, que é a designação dada ao Estado Inca dividido em quatro grandes regiões ou ‘SUYOS’, todas conquistadas pelos Incas a partir de Cusco: Antisuyo, Chinchysuyu, Collasuyu e Cuntisuyu.

Para isto criamos o Grupo Resurgimiento. Mas fomos considerados inimigos do governo. Tinham-nos marcado. Pensavam que estávamos aproveitando dos índios para incitá-los as revoltas. Em janeiro de 1927 dei uma Conferência em Arequipa. E nessa Conferência dei a conhecer qual era a verdadeira situação dos povos indígenas e que pontos de referência havia entre todos os povos do Peru. Prenderam-me e levaram-me a Lima com todo um aparato militar, como se eu fosse um traidor. [...] O Grupo Resurgimiento era um grito novo. Era falar diretamente com os índios, não em sua ausência, mas na presença deles. Um verdadeiro diálogo.⁴

Uma vez publicados os estatutos do ‘Grupo Resurgimiento’, a resposta dos conservadores não se fez esperar, principalmente, dos intelectuais colaboradores de o *Mundial*, periódico conservador e porta-voz do presidente *Leguia*. Entre eles, seu colaborador e Ministro *José Angel Escalante* que, falando em nome do governo, pronunciou-se afirmando que

[...] esses manifestos têm sua importância como documentos para dar conta das cruzadas empreendidas a favor do índio; na realidade são peças literárias sem nenhum valor ou eficácia. Para os universitários, para os jovens, para os jornalistas, o índio é irremediavelmente tema literário. É uma desgraça, mas tratando-se da questão indígena, todo mundo é levado a carregar nos

⁴ VALCÁRCEL, Luis E.. *Tempestad en los Andes*. Lima: Editora Universo, s/d, pp. 129 e 130.



tons e escurecer o fundo para pintar horrores (horrores literários) nos primeiros planos. Assim se explica o ‘manifesto’ do Grupo Resurgimiento que não tem sequer o prestígio de estar subscrito individualmente por todos os seus membros, se não que aparece tão somente com a ‘razão social’ ou de conjunto e que, além dos mais, só foi publicado em Lima. Em Cuzco não foi inserido em nenhum periódico e nem foi distribuído em volantes. Só é conhecido aqui em Lima, nas páginas de ‘Amauta’.⁵

Em resposta a *Escalante*, Valcárcel publicou um artigo em *Amauta* dizendo que o ‘Grupo Ressurgimiento’ foi fundado não com intenções literárias – segundo ele expressão usada pelo governo para minimizar a ação política do ‘Grupo’ – mas para mostrar ao país a situação do homem andino – os incas – e resgatar sua história. Disse Valcárcel:

Enquanto durar a violência contra os índios, enquanto os índios forem acossados como feras e enquanto o governo continuar mantendo-os em uma multidão submissa e desesperada e não reconhecendo o valor das velhas comunidades e Não reconhecer o valor das velhas comunidades incaicas, pesará sobre o Peru um perigo de morte muito maior que os conflitos internacionais. Nosso Grupo cumpre um dever elementar, defendendo as populações andinas e dando o alerta.⁶

Começou assim uma polêmica entre os que defendiam a questão andina, como uma questão social e política que deveria ser tratada com urgência pelo governo e aquele a quem interessava, na realidade, tratá-la como uma questão estética e literária, como *Escalante* queria fazer crer, mas na verdade tratava-se de um debate político-ideológico que iria se travar não só com

⁵ ESCALANTE, José Angel. *Mundial*. Lima, 1927.

⁶ VALCÁRCEL, Luis E. Lima: *Revista Amauta*, fevereiro 1927.



Valcárcel e seu ‘Grupo’ de Cusco, mas também com *Mariátegui* e seu ‘Grupo’ de Lima. A polêmica, para resolver de uma vez por todas a questão andina da desigualdade social e étnica entre os serranos e os limenhos, foi motivo de acirrada luta entre os dois grupos com os autores conservadores durando meses e anos seguidos e suscitou uma sistemática perseguição e repressão do governo. Os situacionistas usavam o periódico *Mundial* para seus ataques e *Valcárcel* e *Mariátegui* defendiam-se através de artigos publicados na revista de *Mariátegui* *Amauta*. Enquanto em Cusco se formou o *Grupo Ressurgimiento*, em Lima, simultaneamente, *José Carlos Mariátegui* criou a revista *Amauta* e reuniu um grupo de intelectuais com ideais idênticos aos seus para enfrentar o regime ditatorial e defender as posições em relação a defesa dos andinos.

Os grupos de *Valcárcel* e de *Mariátegui* foram os dois maiores canais de expressão de todos os intelectuais que lutavam pela causa andina. Para *Mariátegui*, porém, *Amauta*, muito mais que um grupo, representava um movimento.

A intenção de *Mariátegui* era que a revista fosse uma empresa coletiva, política e cultural que também estivesse incorporada em um movimento político e ideológico da sociedade peruana como um todo e, especificamente, na defesa dos povos nativos e do passado incaico. Fazendo questão de marcar bem claramente sua posição, *Mariátegui* escreveu:

Não é demais declarar expressamente que *Amauta* não é uma tribuna livre, aberta a todos os ventos de espírito. [...] Não fazemos concessão ao critério falso da tolerância das ideias. Para nós há ideias boas e ideias más; já escrevi que sou um homem com uma filiação e uma fé. O mesmo posso dizer dessa revista, que rechaça tudo que é contrário a sua ideologia assim como tudo que não contenha ideologia nenhuma.⁷

⁷ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Amauta* (Editorial do 1º número), janeiro, 1927.



Por ser uma revista com essa posição definida, *Amauta* foi muitas vezes ameaçada pelo governo, que tudo fazia para prejudicá-la, chegando, até mesmo, a ordenar às autoridades policiais que interceptassem a correspondência de *Mariátegui*, para que não se publicasse ‘ideias vindas de fora’.

Porém, os editores não se deixavam intimidar e estreitavam cada vez mais a ligação com o Grupo Ressurgimiento. *Mariátegui*, além de noticiar com destaque a criação do Grupo abriu um espaço na revista para a publicação das denúncias e artigos de seus membros. Algum tempo depois, foi criado em *Amauta* um ‘*Boletim de Defesa Indígena*’ destinado a “denunciar os crimes e os abusos dos ‘gamonais’.”

Ariátegui pretendeu vincular a revista a grupos de intelectuais que se fossem formando pelo interior do país com o objetivo de unir e articular, política e culturalmente, uma estreita comunicação com o interior; visou, também, estender essa comunicação à toda América Latina para quebrar o isolamento cultural em que, a seu ver, o Peru se encontrava. “*Amauta foi um elo entre Lima e as províncias por um lado e o continente por outro. [...] Amauta terminou por ser algo mais que uma revista; foi a antessala do partido socialista*”.⁸

O historiador *Flores Galindo* nos fala que ela foi ‘fruto das tertúlias’ da ‘casa de Washington’, onde de segunda a sexta-feira, entre seis e oito horas da noite, *Mariátegui* reunia os intelectuais e estudantes seus amigos; e onde jamais havia conversas inúteis, mas uma discussão profunda, profícua e cotidiana dos problemas mais significativos do país e que mais preocupavam os que pensavam a questão andina.

A casa da rua Washington era a casa onde *Mariátegui* morava com sua mulher e três filhos. Devido a reuniões que ele realizava com intelectuais e políticos, sua casa passou a ser designada como ‘a casa da rua Washington’, como ponto de referência. Segundo *Flores Galindo*, foi nessa casa que se criou

⁸ FLORES GALINDO, Alberto. *La agonía de Mariátegui*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1989, p. 93.



o grupo de esquerda que mais tarde seria reconhecido como a vanguarda da Universidade de San Marcos.

Ali começou a se formar a redação de *Amauta* e também foi escolhido o nome da revista, seu conteúdo e sua vinculação às questões incaicas da época e do passado pré-hispânico. *Mariátegui*, apesar de reconhecer que não poderia resolver essas questões somente através da redação de uma revista, considerou que era um bom instrumento para abordar o problema e instigar o debate.

Quanto ao nome da revista, motivo de inúmeras discussões no grupo, foi finalmente escolhido *Amauta* porque, segundo o filósofo peruano *Eugenio Garro*, a palavra ‘*amauta*’ é um dos tesouros da língua *quechua* e quer dizer ‘o sábio dos sábios’. Na época dos incas, ‘O *Amauta*’ fazia parte do ‘*Conselho dos Sábios*’ que estava mais próximo ao Inca. A palavra apresentava-se com três grafias diferentes: ‘*Hamautta*’, ‘*Amawta*’ e ‘*Amauta*’; esta última escolhida por *Mariátegui*. Ainda nessas reuniões foi pensado o primeiro editorial de *Amauta*, escrito por *Mariátegui*, parte do qual já transcrevemos mas, seu final é precioso u melhor é importante e vale transcrever:

[...] que o título preocupará, provavelmente, a alguns; o que se deve à importância que tem entre nós o rótulo. Porém, o título não traduz se não nossa adesão à Raça, não reflete se não a nossa homenagem ao Incaísmo. Especificamente, a palavra ‘*Amauta*’ adquire com esta revista uma nova acepção: a recriação incaica. [...] Esta revista vinculará os novos homens do Peru, primeiro com os outros homens da América e em seguida com os outros povos do mundo. [...] Nada mais direi. Terá que ser muito pouco perspicaz para não dar conta de que, neste momento, no Peru nasce uma revista histórica.⁹

⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Amauta*, janeiro de 1927.



Mariátegui viu realizada sua previsão. *Amauta* foi distribuída em toda a América Latina e também na Europa, de onde recebeu muitas contribuições de intelectuais de esquerda o que lhe valeu, num governo ditatorial que o perseguia incessantemente, o reconhecimento de intelectuais não só peruanos, como da América Latina e até mesmo da Europa. *Amauta* representou uma ‘Tribuna’, onde todas as vozes de esquerda tinham seu espaço, para a defesa dos excluídos e dos andinos. Apesar de toda perseguição política e da revista ter sido proibida e fechada por algum tempo, *Mariátegui* não desistia, conseguiu uma ação por meios jurídicos, e a revista voltou à circulação, mantendo suas polêmicas e sua luta política até pouco depois de sua morte prematura, em 1930.

Mariátegui: encontro e confronto

A posição de *Mariátegui*, tanto intelectual como política, foi marcada pela nova interpretação que ele deu aos estudos sobre a realidade peruana, chamando atenção para as comunidades andinas.

Segundo seus biógrafos, foi graças ao exílio na Europa que *Mariátegui* passou a compreender o marxismo não como um dogma, mas como um corpo teórico metodológico capaz de lhe fornecer o instrumental necessário para o entendimento da realidade concreta de seu país.

Partindo dessa premissa, sua proposta metodológica foi a de, através do método marxista, desvendar o processo histórico peruano desde sua formação sócioeconômica incaica, até a década de vinte, com a finalidade de melhor apreender a totalidade da sociedade andina. Para ele, o método marxista adequava-se, mais que qualquer outro, às suas análises. Neste sentido, entendia que:

a sorte das teorias científicas filosóficas que Marx usou, superando-as e transcendendo-as como elementos de seu trabalho teórico, não comprometem em absoluto a validade e a vigência de sua ideia. [...] Porque o que Marx criou, não



foi propriamente uma filosofia ou uma teoria científica, mas sim um método de interpretação histórica da sociedade.¹⁰

Para *Mariátegui*, que exercitava uma prática política cotidiana era imprescindível o conhecimento do passado cultural incaico, sua formação social, a construção do Tawantinsuyu, suas organizações sócio, político, econômicas, suas estruturas mentais, seus valores étnicos, que ele pretendia recuperar através da concepção marxista, da totalidade e do processo histórico andino. Assim, a dinâmica do processo histórico incaico estava presente em suas reflexões e ele as defendeu até a exaustão e estão refletidas em sua obra, quando trabalha a importância das desigualdades culturais e das diferenciadas transformações sociais das comunidades andinas.

Estava claro, para ele, que a história incaica interferia de tal forma e com tal força na realidade social peruana, que seria necessário compreender a sua totalidade e seu processo, desde o seu passado mais remoto até o presente. Impossível não considerar a articulação desse passado com o presente. A força da civilização Inca expressa-se no presente através dos traços marcantes de suas estruturas tanto metais como de sua organização sócio, político, econômica e cultural, das comunidades ou ayllus ainda existentes e sobreviventes e que ainda hoje expressam a totalidade de suas experiências culturais, apesar de estarem hoje marcadas pelo empobrecimento. Exclusão que confirma a desigualdade étnica presente em todo o país.

Partia desse pressuposto a luta de *Mariátegui* para resgatar o passado incaico. Entendia ele, que só através da recuperação dos múltiplos aspectos desse passado, seria possível a compreensão das comunidades andinas. Sua posição estava refletida em sua *praxis* de luta pelo povo andino e resultou na

¹⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Defensa del marxismo*. Lima: Editora Amauta, 1964, p. 67.



construção de uma obra de importância fundamental para a historiografia peruana, *A luta revolucionária é uma missão histórica*.¹¹

Alberto Flores Galindo, um dos grandes historiadores peruanos e biógrafo de Mariátegui disse que, no momento em que, Mariátegui retornava da Europa estava terminando, na região andina, uma grande rebelião agrária que abalara seriamente toda região de *Ayacucho*, atingindo várias comunidades.¹²

O movimento começou na província de *Tocroyoc*, perto de *Ayacucho*, quando os comuneros das zonas mais altas – punas – tomaram o pueblo de *Tocroyoc*, exigindo a expulsão dos ‘*mistis*’ e ‘*haciendados*’ para poderem realizar a restauração do *Tabuantisinsuyu*. ‘*Misti*’ é chamado o homem branco, fazendeiro, senhor ou homem da cidade.

Na época do acontecimento, *Mariátegui* foi posto em contato com um dos líderes do movimento, *Ezequiel Urviola*, que se tornou seu amigo e um dos principais informantes sobre as questões da região, e que lhe fez um relato fiel e impressionante da situação em que se encontravam as comunidades andinas.

Mariátegui percebeu, então, que não se tratava de uma simples revolta local, mas de uma luta histórica e cultural pelo renascimento e recuperação do *Tabantinsuyu*. Uma luta cujas origens podiam ser buscadas à época da invasão espanhola, no século XVI. Sobre esse fato, disse *Flores Galindo*:

São partes de um amplo ciclo de rebeliões desde o século XVI com a resistência indígena à conquista espanhola, prolongadas posteriormente na revolução de Tupac-Amaru. E fazem parte da mesma esperança messiânica que marcou durante séculos a história andina, mostrando que existe ali

¹¹ Ibidem, p. 51.

¹² ALBERTO FLORES GALINDO é historiador contemporâneo e concentrou suas investigações na região andina, resultando daí seus mais importantes trabalhos: *Arequipa y el sur andino – siglos XVIII al XX* (1977), *Buscando un Inca* (1986), *Aristocracia e plebe* (1984) e *La agonía de Mariátegui* (1989).



uma tradição viva e diferente do hispanismo fomentado pelos intelectuais conservadores. Mariátegui descobre dessa maneira o termo tradição – essa aliança estrita entre os homens do presente, as memórias e as lembranças antigas – existe uma relação diferente com o passado expressa na luta pela defesa de uma cultura que se nega a morrer.¹³

É importante lembrar que o conceito de tradição no Peru pode ser interpretado de várias formas: a tradição dos conservadores ligada ao hispanismo, aos valores coloniais, à época dos vice-reis; e a tradição no sentido antropológico, considerada como verdadeira, a tradição incaica, a tradição andina. Esse é o conceito de tradição que *Mariátegui* usou para designar as culturas andinas.

Não se tratava de nenhuma posição dualista de contrapor o tradicional ao moderno, o campo à cidade, ou a civilização a barbárie, enfim as desigualdades sócio culturais. O que *Mariátegui* pretendia era justamente realizar a revolução socialista num mesmo encontro entre Serra e Costa e quem sabe realizar seu ideal socialista para os andinos.

Para ele, movimentos, como o de *Tocroyoc*, não só continham o gérmen da revolução peruana que passaria necessariamente pelas massas nativas, como explicavam um renascimento da cultura incaica. A propósito daquele movimento, *Mariátegui* escreveu:

[...] a vida nacional chega indubitavelmente a uma etapa interessantíssima. Se diria que assistimos a um renascimento peruano: temos arte incaica; teatro incaico; música incaica. É para que nada nos falte sobreveio uma revolução incaica.¹⁴

¹³ FLORES GALINDO, Alberto. *La agonía de Mariátegui*. Op. cit., p. 65.

¹⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. *El descubrimiento del mundo andino*, in FLORES GALINDO, *La agonía...*, Op. cit., p. 57.



A problemática das comunidades andinas colocava-se para *Mariátegui* como a base social da revolução marxista no Peru. Para ele, a luta pelo socialismo passaria, necessariamente, pelos descendentes dos incas, ou seja, nativos andinos, uma vez que, ali, os trabalhadores urbanos constituíam-se numa minoria da população. E para que a revolução se realizasse, fazia-se urgente construir uma nova história incaica, aprofundando os estudos sobre a realidade concreta andina, procurou conciliar a teoria marxista com sua prática política e, através de suas investigações, buscou a resposta para suas hipóteses, sobre as desigualdades étnicas entre Serra e Costa, como se fossem países opostos e não diferentes regiões de uma mesma realidade e de uma mesma cultura.

A partir deste entendimento, *Mariátegui* propôs a necessidade imediata da revolução e a criação de um partido socialista mais amplo, capaz de abranger toda a população andina e não um partido que ficasse limitado apenas à classe operária. Para isso, criou o '*Núcleo Central do Partido Socialista*' sendo indicado para seu presidente.

Em decorrência dessa iniciativa e por seu pensamento marxista heterodoxo começou a enfrentar problemas nas suas relações com outros políticos da Internacional Comunista. Assim quando se realizou a Conferência Comunista de Buenos Aires, em junho de 1929, *Mariátegui* não pode aceitar o convite porque seu estado de saúde não permitia e indicou como seus representantes, *Julio Porto Carrero* (trabalhador têxtil) e *Hugo Pesce* (médico), ambos membros do '*Núcleo*'.

Ao chegar em Buenos Aires, a delegação deparou-se com um ambiente extremamente hostil, não sendo bem recebida pelos membros da Conferência, pois não havia agradado ao Komintern a criação de um partido socialista no Peru, já que pretendiam a criação de um Partido Comunista Peruano, de trabalhadores organizados e não de uma população nativa desorganizada e 'despolitizada'.



Os participantes da Conferência discordaram severamente do documento enviado por *Mariátegui* e apresentado pela delegação peruana, sob o título 'El Problema de las Razas en América Latina'. O documento foi duramente criticado durante o evento, pela forma de pensar e entender um marxismo que passava pelas questões incaicas do país e, não pelo proletariado. Na visão dos congressistas, as questões nativas do Peru não tinham nada a ver com as questões políticas do Congresso, alegando ainda que esse era um problema que não tinha qualquer relação com as problemáticas levantadas pelo Komintern e pelo Partido Comunista. A situação agravou-se quando a delegação peruana sustentou e reafirmou, em seu discurso, as palavras de *Mariátegui*: [...] *para nós o marxismo não é uma bíblia mas um instrumento de análise da realidade; uma espécie de gramática, uma maneira de interrogar a realidade, mais que um conjunto de definições e preceitos.*¹⁵

Os participantes da Conferência Comunista repudiaram a proposta de *Mariátegui* e criticaram seu livro *Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana*, qualificando-o como uma obra de um 'intelectual pequeno burguês', mais interessado nas questões culturais do que nas questões econômicas e políticas.

Muitas outras foram as polêmicas travadas por *Mariátegui* devido suas posições de intelectual, tanto políticas como teóricas. Era frequentemente qualificado de radical. *Victor Haya de la Torre*, anteriormente citado, manteve com *Mariátegui* uma importante polêmica política, passando também, suas divergências, pelas questões tanto do socialismo como das questões andinas. Enquanto *Mariátegui* defendia o socialismo para o Peru e América Latina, *Haya de la Torre* dizia que o socialismo era inviável para a América Latina pois ela não havia ainda passado pela revolução burguesa.

Haya de la Torre desenvolveu a tese do indo americanismo, o qual deveria realizar a união política da América Latina através de um 'socialismo neo-

¹⁵ MARIÁTEGUI, Jose Carlos. *Defensa del marxismo*. Lima: Editora Amauta, 1985, p. 73.



marxista' ou 'neoliberalista'. Para Haya a 'Indoamérica' para chegar ao socialismo teria que, necessariamente, passar pela construção do capitalismo, ter uma burguesia e um proletariado e o imperialismo seria uma etapa necessária para a 'evolução' gradual do 'imperialismo capitalista' ao capitalismo nacionalista. E só então a América estaria preparada para o socialismo.

Haya pretendia organizar uma grande frente política de esquerda para defender a 'Indoamérica'. Assim, criou durante seu exílio no México a '*Alianza Popular Revolucionária Americana*', *Apra*, com uma filial no Peru, que poderia ser designado por *PAP – Partido Aprista Peruano*. Haya de la Torre incorporou em sua prática política 'velhos elementos do caudilhismo' e o APRA, expressão política da tese 'indoamericana' acabou convivendo não só com a burguesia financeira do país, como contava com adeptos e ideólogos burgueses imperialistas em seus quadros.¹⁶

Depois da polêmica que Mariátegui travou com Haya de la Torre, a que mais se destacou foi com o professor e crítico de literatura Luis Alberto Sanchez, através do periódico *Mundial*, porta-voz do governo de LEGUIA. Depois do ataque de José Angel Escalante ao '*Grupo Resurgimiento*' e da resposta que Mariátegui escreveu-lhe em *Amauta*, Luis Alberto Sanchez passou a escrever vários artigos contra Mariátegui, criticando sua defesa a causa andina e a sua revista, acusando Mariátegui de, ao escrever sobre as populações andinas, apresentar uma 'causa inconsistente', utilizando critérios radicais e pregando a divisão entre Serra e Costa, dizendo:

[...] Você acredita que na oposição Costa e Serra e na comunidade indígena está o caminho da solução e que a comunidade é uma organização autoctona? Você não vê nela o rastro do colonialismo que tanto deixa você

¹⁶ FLORES GALINDO, Alberto. *La agonía...*, Op. cit., p. 95/105.



indignado? Por que não inclui o ‘cholo’ em seu movimento? Não poderia aceitar um movimento de reivindicação total e não exclusivista?¹⁷

É chamado de ‘cholo’ o serrano e/ou índio que vai para Lima. E, como geralmente são muito pobres, vestem-se com roupas da Serra, falam uma mistura de espanhol e quechua, os limenhos os chamam pejorativamente de ‘cholos’, o que quer dizer ‘bobos’, ‘cabeça mole’ etc.. Em resposta a *Luis Alberto Sanches*, *Mariátegui* escreveu:

E no Peru as massas, a classe trabalhadora, em sua quinta parte são indígenas. Nosso socialismo não seria, pois, peruano nem sequer seria socialismo se não se solidarizasse com as reivindicações indígenas. Nesta atitude não se esconde nenhum oportunismo. Esta atitude não é postiça nem fingida, nem astuta. Não é mais que socialista¹⁸

Essa polêmica entre os dois autores durou meses e coube a *Mariátegui* encerrá-la com o artigo ‘*Polêmica Finita*’. As opiniões controvertidas sobre a obra de *Mariátegui* estendem-se até os dias de hoje, suscitando posições divergentes. No sentido, do opositor, citamos *Anibal Quijano* que o considera ‘teoricamente oscilante’ ao analisar seu livro *Defensa del marxismo*:

Defensa del marxismo, é uma tentativa de espiritualização do marxismo. [...] a dialética materialista como epistemologia e como método, parece excluída como problema do debate, para ser substituída por outro materialismo, e por valores espirituais ou um problema ético metafísico.¹⁹

¹⁷ SANCHES, Luis Alberto. *Mundial*. Lima, março, 1927.

¹⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideologia e política*. Lima: Editora Amauta, 1972, p. 217.

¹⁹ QUIJANO, Anibal. *Una introducción a Mariátegui*. Lima: Mosca Azul Editores, 1981, p. 68.



Já *Alberto Flores Galindo* tem do mesmo livro interpretação diferente dizendo:

A leitura de ‘Defensa del marxismo’ nos remete a um dos aspectos mais modernos do pensamento de Mariátegui: a relação entre marxismo e psicanálise, colocada com o propósito de postular uma fusão entre ambas metodologias, ensaiam uma comparação entre uma aproximação de Freud ao indivíduo e de Marx à sociedade. [...] Haveria que esperar até 1965 para que Louis Althusser percorresse um caminho similar ao que há trinta anos havia empreendido Mariátegui e ademais o preservou de qualquer tentação economicista.²⁰

Para *Diego Meseguer*, professor de filosofia em Lima, o livro de *Mariátegui* é:

La defensa del marxismo será de duplo testamento, marxista e surrealista psicanalítico. [...] Seus artigos do ângulo marxista se situam no plano da crítica literária. Influenciado pelos surrealistas europeus, que por sua vez estavam influenciados pela psicanálise, Mariátegui se limita à crítica dos movimentos literários dos países europeus. Agora se interessa sobretudo com a realidade socioeconômica e política dos países latino-americanos.²¹

Seu livro *Sete ensayos de interpretacion de la realidad peruana*, tem sido considerado a obra mais completa e mais importante do autor e onde ele tratou dos temas que mais o preocupavam. No prólogo, ele escreveu sobre o objetivo do livro com as seguintes expressões:

²⁰ FLORES GALINDO, Alberto. *La agonía...*, Op. cit., pp. 129 e 130.

²¹ MESEGER ILLAN, Diego; *Jose Carlos Mariátegui y su pensamiento revolucionário*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, s/d, p. 217.



Todo este trabalho não é senão uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru. Não falta quem me supõe um europeizante, alheio aos fatos e às questões do meu país. Que minha obra se encarregue de justificar-me contra essa barata e interessada conjectura. [...] Meus julgamentos nutrem-se nos meus ideais, nos meus sentimentos, nas minhas paixões: a de contribuir para a construção do socialismo peruano.²²

Com estas palavras, *Mariátegui* queria colocar suas posições de modo que respondesse às duras críticas feitas a ele, por *Victor Haya de la Torre* e *Luis Alberto Sanchez*. Depois da publicação da obra, mesmo os seus mais contundentes opositores, foram unânimes em reconhecê-la como ‘a mais importante publicação da década’. Por exemplo, *LUIS ALBERTO SANCHES*, que não lhe poupava críticas, disse: *Poucos livros deixaram uma marca tão profunda como esta de Mariátegui. Organicamente corresponde à sua maior contribuição. O primeiro ensaio sério e bem meditado sobre a realidade peruana.*²³

O Editorial de o *Mundial* diria um mês depois ser

[...] a obra mais representativa do povo do Peru; do Peru que nasce e do seu futuro. Esta obra confronta a cultura acadêmica de herança colonial, da Lima burguesa e ao mesmo tempo contrapõe a sociedade das massas indígenas, suas aspirações e reivindicações e denuncia o sistema oligárquico de exploração da terra e do trabalhador.²⁴

Foi em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* que *Mariátegui* aprofundou seus estudos sobre o processo histórico peruano. Chegando

²² MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975, Prólogo p. XXII.

²³ SANCHEZ, Luis Alberto. *Mundial*. Lima, dezembro, 1928.

²⁴ Editorial de o *Mundial*. Lima, janeiro de 1929.



a conclusão que a invasão espanhola criou uma economia exploradora e perversa sobre as ruínas da organização social Inca e que essa superposição, não significou a total destruição da vigorosa economia incaica, cujas raízes estendem-se até os nossos dias. Para ele, também, a Independência foi apenas uma empresa romântica ou uma sintonização com a expansão do capital europeu.²⁵ Assim, para *Mariátegui*

[...] o inca até hoje tem uma prática social, o coletivismo, herdada de seu antepassados incas, onde pode estar a base para o socialismo moderno. [...] No Peru dos Incas enxergava-se com maior clareza que em outros povos, o princípio de que a vida vem da terra e a valorizam como a grande mãe. O valor vem daí. As obras coletivas do Tahuantinsuyu tiveram um objetivo agrícola ou religioso; os canais de irrigação, os terraços de cultivo nos Andes, ficaram como os melhores testemunhos do grau de organização econômica alcançado pelo Peru incaico.²⁶

Inspirando-se e em *Gonzales Prada*, Mariátegui reinterpretou seu pensamento, afirmando que a questão do andino não passava pela filantropia, nem pelo paternalismo de qualquer tipo, espanhol ou crioulo; ela era essencialmente econômica e social e passava pela comunidade incaica a organização socialista moderna.²⁷ “*A esperança do andino é absolutamente revolucionária.*”²⁸

Mariátegui destacou ainda, a indissociabilidade entre a história do Peru e do mundo incaico e a sobrevivência da comunidade afirmando ser:

²⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios...*, Op. cit., pp. 22 a 105.

²⁶ Ibidem, p. 36.

²⁷ FLORES GALINDO, Alberto. *La agonía...*, Op. cit., p. 40.

²⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios...*, Op. cit., pp. 14 e 21.



[...] Impossível dissociá-la. A fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de ocidentalização material da terra quechua. [...] O que nos interessa na civilização incaica é o que sobreviveu e não o que já morreu. As únicas coisas que sobreviveram do Tahuantinsuyu é o inca e sua cultura. O material biológico e espiritual revela-se depois de quatro séculos, indestrutível e particularmente imutável.²⁹

Além dessas colocações em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, Mariátegui, em outras publicações deixou clara a existência da sobrevivência da comunidade e do seu caráter coletivo até os ‘dias de hoje’. Para ele, a organização dos ayllus era por si só um fator natural da socialização da terra e dos intocáveis princípios que os andinos preservaram, apesar das transformações sofridas durante a Colônia e a República.

Valcárcel: o historiador cusquenho

Valcárcel, ao contrário de Mariátegui, teve uma formação acadêmica e foi professor e pesquisador da Universidade de San Antonio Abad em Cusco e depois da Universidade Nacional Mayor de San Marcos em Lima. Tendo recebido formação em arqueologia, realizou, nessa área, algumas pesquisas que o levaram a entender que sem a história e a antropologia, não seria possível compreender o complexo mundo andino, seu povo e sua história.

Valcárcel, através de uma intensa investigação, de estudos e trabalhos sistemáticos, realizou uma extensa obra sobre a questão andina, não só de sua época, mas principalmente, do período incaico.

Escreveu em *Amauta*, abordando tanto o problema do nativo peruano como o problema da terra. Chamou atenção de seus contemporâneos para as comunidades, ‘herança de um legítimo passado histórico’ e que continuam

²⁹ Ibidem, pp. 21 28.



existindo e conservando seus traços culturais incaicos na sua realidade cotidiana.

Os primeiros trabalhos de *Valcárcel* sobre a questão andina de sua época e sobre a história incaica, antes de serem reunidos em livros, foram publicados em periódicos como *La Sierra*, uma edição da Universidade de Cusco; no *Boletim Titikaka*, editado em Puno, e em *Amauta*.

A sua ativa participação nas reuniões e assembleias pró comunidades ou ayllus e pró causa andina intensificou o movimento na Serra, principalmente na Universidade de Cusco onde estudantes e professores aumentaram suas ações em defesa dos nativos da região, despertados para a questão andina. Essa assumiu tal proporção que *Valcárcel* a chamou de ‘movimento revolucionário’. E, quando a pedido da Universidade de Arequipa foi convidado a falar sobre o tema, *Valcárcel* fez na realidade um inflamado discurso em defesa do povo andino, acusando o governo pela situação de abandono em que viviam os andinos e mais, o abandono da própria Serra e pelas suas práticas repressoras e discriminatórias em relação às comunidades.

Essa conferência, depois publicada em seu livro *Tempestad en los Andes* sob o título de ‘Conferência de Arequipa’, resultou na prisão de *Valcárcel* e numa sistemática perseguição do governo *Leguía*, ao autor. Em uma pequena parte dessa conferência, disse *Valcárcel*:

Nós, que sem sermos incas predicamos um quinto evangelho inkaísta, sabemos que os novos índios readquirirão rotundamente sua qualidade de seres humanos; proclamarão seus direitos; quebrarão o fio roto de sua história para restabelecer as instituições cardinais do Inkario. [...] A única elite possível, capaz de dirigir o movimento andinista será integrada por elementos racial ou espiritual que esteja afim ao índio e identificados com



ele. [...] A juventude e a intelectualidade de Cusco estão a postos e nosso evangelho sintetiza-se em uma única palavra: Andismo.³⁰

Valcárcel expunha suas inquietudes em seus artigos que depois foram reunidos em livros. Foram transparentes, também, suas preocupações com a divisão cultural entre Serra e Costa, produto da própria época em que vivia e por aí passava, igualmente, sua própria divisão: de um lado o intelectual rigoroso, o pesquisador atento e produtivo, o professor universitário; do outro o homem apaixonado pela causa incaica, emocional e profundamente atingido pelas injustiças sociais.

Em seu livro *Tempestad en los Andes*, onde reuniu todos os artigos publicados nos periódicos, colocou todo seu entusiasmo e exaltação ao povo incaico. Não poderíamos qualificar essa obra como acadêmica. Ele mesmo afirmou que, nesse trabalho, não defendeu teses, não criou conceitos e não pretendeu realizar uma análise crítica da realidade. Poderíamos dizer que se trata muito mais de uma obra poética onde ele exaltou e cantou o povo incaico e/ou andino e, principalmente o *Tahuantinsuyu*.

Nesse livro, defendeu também todos os que lutavam pela causa andina, colocando o 'Andinismo', como ele chamou, como um novo poder que apareceu nos Andes com o propósito de salvar os incas do presente, restituindo-lhe sua dignidade, como também resgatar a grande história incaica. "*Para muitos pode ser censurável este orgulho cusquenho de sentir-se povo escolhido; mas tal sentimento é tão forte que nos compele a marchar juntos em uma só direção, como que impelidos por um sopro místico*".³¹

Ainda neste livro, criticou o movimento 'caridoso' dos evangelistas estabelecidos em Cusco para 'salvar' os andinos, e que lhe causava profunda indignação, pois espoliava o nativo de suas terras e de sua cultura.

³⁰ VALCÁRCEL, Luis E. *Tempestad en los Andes*. Lima: Editorial Universo, 1927, pp. 125, 126, 127, e 129.

³¹ VALCÁRCEL, Luis E. *Tempestad...*, Op. cit., pp. 126 e 127.



A posição de *Valcárcel* em relação ao homem andino está muito mais explícita nessa obra que em qualquer outra. É nessa obra que ele expressou toda sua admiração pelo inca, seu orgulho em ser cusquenho e sua forte defesa pelas populações andinas, dizendo:

O monarca espanhol tomou do índio o direito de governar e o direito das propriedade da terra e das muitas obras públicas ou comunais; delas saiu o ‘repartimiento’ e a ‘encomienda’. O curaca foi substituído pelo ‘encomendero’ e depois pelo ‘terrateniente’ e o ‘gamonal’. O homem branco substituiu pois os ‘inkas’. Está aqui a tremenda tragédia silenciosa da qual o Peru foi teatro durante quatrocentos anos, só por negar esta verdade fundamental: que o Peru é um povo de incas.³²

Valcárcel colocou, nessa obra, seu pensamento sobre a Serra e Costa, afirmando que a Serra deveria sair de seu abandono e ser mais valorizada pelos peruanos porque ela, mais que qualquer outra região, guardou a ‘civilização e a história incaica’.

“[...] A Serra é o teatro da história incaica. Em cada vale, em cada relevo, em cada recorte andino, nas planícies, nas cordilheiras, ali se desenvolveu o processo histórico do Peru. A Serra é a nacionalidade”.³³

A importância dessa obra de *Valcárcel* é identificada no prólogo de autoria de *Mariátegui* e no ‘colofón’ escrito por um dos seus críticos implacáveis, *Luis Alberto Sanches*. No seu prólogo, *Mariátegui* escreveu:

A empresa de *Valcárcel* nesta obra não é de professor e sim de profeta. Não se propõe meramente a registrar os fatos, mas traduzir seu íntimo sentido histórico. [...] Tempestad em Los Andes, chega na hora. É a profecia

³² Ibidem, pp. 121, 123, 127 E 128.

³³ Ibidem, pp. 112 e 113.



apaixonada que anuncia um Peru novo. Valcárcel pleno de emoção quechua, parece destinado a escrever o poema do povo do sol, mais que sua história. Seu livro não é em nenhum instante uma crítica, é mais uma apologia.³⁴

Luis Alberto Sanches, ainda que discordante em muitos pontos, escreveu, no ‘Colofón’ para o livro:

Não coincide exatamente, minha posição ideológica sobre a questão nacional, porque não concordo com essa ‘verdade fundamental’ de que o Peru é um povo de índios. [...] O desejo fervoroso de ‘peruanizar o Peru’ e a urgência de reformar muitos aspectos de nossa estrutura social faz de ‘Tempestad en los Andes’ uma incendiada proclamação de reivindicação indígena. [...] Não comungo com as ideias de uma distância entre o sentir da Serra e o sentir da Costa, nem creio na rivalidade entre limenho e provinciano. [...] Só o cosmopolitismo leva ao nacionalismo. [...] A raça quechua, como núcleo dessas transformações deverá prover-se das armas que dispomos os homens livres. [...] E assim ‘Tempestad en los Andes’ se trocará por ‘Tempestad en el Peru [...]’. O nobre afã de Valcárcel neste livro que se presta ao debate e assim o entendo, é a melhor maneira de colocar-lhe este ‘colofón’, realizando aqui mesmo o debate.³⁵

Valcárcel se contrapôs a história tradicional. Foi ele o primeiro historiador e antropólogo peruano a realizar uma história incaica e/ou andina e a demonstrar que os povos dessa região não tiveram uma atitude passiva diante da invasão espanhola, não se integrando ao processo de aculturação, que visava o esmagamento das massas andinas, a anulação de sua cultura, a destruição de seus mitos e de sua organização social.

³⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Tempestad...*, Op. cit., Prólogo, pp. 13 e 14.

³⁵ SANCHES, Luis Alberto. *Tempestad...*, Colofón, Op. cit., pp. 178, 180 a 183.



Em suas obras, *Valcárcel* argumentou não ser possível entender a história do Peru, excluindo o mundo andino tanto no seu presente como no passado. Para ele, era fundamental pensar historicamente as estruturas sócio, político, econômicas e míticas das sociedades andinas.

Em seu livro *Del Ayllu al Império*, ele abordou a questão do ayllu desde a etimologia da palavra até o que ele chamou de ayllu histórico, referindo-se ao Peru pré-incaico, incaico e pós-incaico, tratando da organização e estruturas dos mesmos e, particularmente dos ayllus cusquenhos e como eles ocuparam o espaço andino na formação do Tahuantinsuyu.

Historicamente o ayllu serviu para expressar organizações familiares e sociais, como horda, clã, tribo etc. [...] são estruturas que se desenvolveram em um larguíssimo espaço e transcurso; nada menos que as etapas do incaico, do pré-incaico e até o pós-incaico, pois a estrutura do ayllu sobrevive ao desaparecimento do Incanato.³⁶

Demonstrou que durante milênios os andinos foram, aos poucos, aperfeiçoando o sistema de organização social: família e laços de parentesco; organização econômica através do seu sistema de produção, armazenamento e distribuição; organização política através da burocracia cusquenha, da relação entre Estado e comunidade ou ayllus.

*[...]Historicamente a voz ayllu serviu para expressar organizações familiares e sociais; [...] e seu desenvolvimento seguiu as leis gerais do processo social, [...] sendo o fator territorial o vínculo de aproximação entre os ayllus.*³⁷

No mesmo livro, *Valcárcel* realizou uma abordagem sobre os tipos de ayllus existentes no Estado Inca. Segundo ele, havia toda uma classificação

³⁶ VALCÁRCCEL, Luis E. *Del Ayllu al Império*. Lima: Editorial Garcilaso, 1925, p. 12 e 19.

³⁷ Ibidem, pp. 22 a 24.



dos ayllus desde o Peru pré-incaico até o Estado Inca, passando por várias etapas de desenvolvimento, como: ayllu-horda, ayllu-fratria ou ayllu-clã; ayllu gentílico até chegar ao ayllu cusquenho, também chamado panaca ou ayllu do Estado. Tratou, também, nesse livro, do problema familiar e das formas de casamento existentes nos ayllus: a existência da endogamia para uns e a exogamia para outros, ligando essas categorias ao poder pessoal ou das panacas de Cusco.

Percorremos todos os caminhos da rota histórica do ayllu. E para marcar esse caminho tomamos a doutrina sociológica que põe nas origens da agregação social, a verdadeira lei da evolução da família e da sociedade, que por sucessivas diferenciações cristalizou-se nas formas que hoje se revestem. [...] Nossa estrutura sócio, político e econômica peruana é o ayllu andino.³⁸

Valcárcel, em toda sua obra, deixou transparecer sua indignação pela invasão espanhola e pela destruição da ‘Civilização Inka’, ao analisá-la como um Estado poderoso e forte, com uma extensão territorial inigualável e com uma população de 12 (doze) milhões de habitantes que desmoronou diante de uma minoria invasora. “*Seguramente*”, nos diz *Valcárcel*, “*trata-se de um fenômeno histórico*”.

Formou-se então uma dupla ‘nacionalidade’: a dos vencidos, rota, maltrapilha, e sem consciência coletiva e, a outra dos vencedores, a dos homens brancos, unidos pela ganância do enriquecimento individual. O aparecimento do vice-reinado marca a etapa do domínio dos invasores. O divórcio dos povos veio depois, com a extensão do fenômeno racial. O mestiço converteu-se em aliado do branco para oprimir o indígena. Hoje, a

³⁸ Ibidem, pp. 23 e 107.



dualização étnica do Peru se apresenta como o mais grave problema da sua vida política e social.³⁹

No entender do autor, a exploração só chegou nos Andes com os espanhóis que implantaram um sistema único de dominação e controle: o trabalho compulsório. Até então, o trabalho tinha sido a mola propulsora do desenvolvimento incaico; era realizado coletivamente com alegria e terminava sempre em festa.

O Estado Incaico não estava a serviço da casta dos ‘orejones’, nem das outras classes sociais privilegiadas; sua estrutura estava conformada para atender o bem estar de toda população. O Estado entre os Inkas não era um instrumento de dominação de uma classe minoritária sobre a grande maioria do povo. O Estado Incaico era um Estado em que a minoria estava a serviço da maioria.⁴⁰

Segundo Valcárcel, os colonizadores criaram um novo sistema tributário e deram outro significado à mita, transformando-a, também, em um sistema de exploração. Para ele, nesse momento, processaram-se movimentos evidentes de crescente violência exercida pelos colonizadores através da exploração do tributo, cobrado às comunidades, isto é, da intensificação do trabalho agrícola e da mita que se transformou em trabalho compulsório nas minas. Também a criação das reduções e do movimento de evangelização propiciou o maior controle e opressão dos indígenas.

Neste sentido, Valcárcel realizou um trabalho político apaixonado e porque não dizer poético, pleno de exaltação ao povo andino e à história

³⁹ VALCÁRCEL, Luis E. *El Estado Inka, Espinoza Soriano; Los modos de produccion en el Império de los Incas*. Lima: Amaru Editores, 1981, p. 147.

⁴⁰ Ibidem, p. 148.



incaica, ao lado de um trabalho rigorosamente acadêmico, resultado de suas pesquisas andinas arqueológicas, antropológicas e históricas, que compõe o conjunto de sua obra.

Ao abordarmos a produção historiográfica da década de vinte, quisemos demonstrar como ela introduziu a questão da permanência e da resistência das comunidades andinas na realidade histórica peruana.

Mariátegui incorporou a comunidade em uma luta política nacional de transformação social que ele pretendia fosse realizada através de uma revolução socialista, que partisse das próprias comunidades com o objetivo de chegar ao socialismo, resgatando as práticas coletivistas do ayllu, tomando-o como elemento fundamental na transformação para o socialismo.

Ele enfatizou a importância da sobrevivência da comunidade que, à despeito de toda repressão, mantinha-se viva, fazendo dela sua bandeira de luta política. Para *Mariátegui*, a questão da comunidade estava profundamente envolvida no movimento que buscava solução para o problema nacional do Peru.

Valcárcel abriu os caminhos da pesquisa para pensar a história das comunidades indígenas no âmbito da Universidade. Ele introduziu uma linha de investigação acadêmica, estudando a estrutura dos ayllus, desde às épocas mais remotas até o presente, valorizando-os enquanto tal.

Valcárcel restringiu a questão nacional à questão dos Andes. Enfatizou, também, a questão da sobrevivência da comunidade, mostrando como sua estrutura sobreviveu a todo o processo de dominação tanto colonial como republicano chegando, inclusive, até os dias de hoje.

Profa. Dra. Philomena Gebran - BR

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Recebido em: setembro/2014

Aceito para publicar em: novembro/2014

RESENHA

MAGNOLI, Demétrio. *A hora e a história*.
São Paulo: Três estrelas, 2015.



Prof. Dr. Gilberto A. Angelozzi
Universidade do Grande Rio/UNIGRANRIO/Rio de Janeiro/BR

O novo livro de Demétrio Magnoli é um compêndio de artigos publicados nos principais jornais brasileiros: *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. Alguns dos comentários foram veiculados pela Globo News em seus telejornais.

A América Latina e os fatos que envolveram a história do Tempo Presente no período de 2004 a 2015 é objeto de análise de Magnoli.

Na introdução, ‘Fora da ilha mental’, o autor se refere à América Latina e seu veio anti-imperialista. Neste, faz a diferenciação entre a esquerda latino-americana e europeia, isto porque, enquanto a primeira apresenta uma vertente anti-imperialista, a segunda é internacionalista. Mesmo que não concordemos com algumas de suas posições ideológicas, a sensatez do discurso conduz à possibilidade de uma reflexão sobre questões importantes da atualidade.

No Tempo presente, um momento de reflexões, ou seja, aquele em que as ideologias do passado estão se repensando e assim, antigos pensamentos e as novas representações se manifestam através de movimentos sociais, partidos, governos e Estados são analisados nos artigos publicados no livro.

Seja no contexto europeu, africano, sul-americano ou oriental, os antigos costumes têm originado novas tradições, isso para citar Hobsbawm. Tais contextos produzem novas representações como aquela que o autor cita ao referenciar Golbery como o “guru dos últimos generais e aquele que profetizou que Lula seria o coveiro do da esquerda brasileira”.



O Partido dos trabalhadores e a política, economia, sociedade e cultura brasileira dominam as discussões e referências de Magnoli em grande parte dos artigos publicados no livro.

Por ser um compêndio de artigos publicados em jornais, o autor, que não é historiador, se permite juízos de valor como ao se referir aos programas de transferência de renda no Brasil, implantados desde o governo FHC e mantidos no governo Lula, como 'bolsa esmola'. Tal juízo de valor aparece no artigo 'Direta e esquerda'.

No artigo 'Bolivariano, você disse?' o autor discute o conceito de revolução bolivariana na Venezuela e o que ele denomina, seguindo a imprensa, o Lulopetismo. Passando pela disputa eleitoral entre Aécio Neves e Dilma Rousseff. O autor em suas comparações, mais uma vez usa do direito que um artigo de jornal lhe concede e diz que "o PT carrega no seu DNA a convicção pervertida dos antigos partidos comunistas: imagina-se portador da chave da história". O populismo latino-americano é o foco deste e de outros artigos do livro.

Em 'Occidentalismo', Magnoli contrapõe o conceito de Ocidente e Oriente. Partindo do conceito de orientalismo de Edward Said ele analisa a maneira como o ocidente e o oriente contemplam a cultura e a vida. A questão da Guerra Santa na sua versão ocidental (George W. Bush) ou mesmo oriental Al-Qaeda e Estado Islâmico. O territorialismo é o tema deste artigo que encontra, no próprio livro outras reflexões sobre o jihadismo e a crise do mundo árabe.

O contexto europeu está contemplado em artigos como 'Os limites da Europa' onde o autor analisa a questão da Ucrânia e da Crimeia. Este artigo encontra ligação com outro que tem por título 'O mundo de Putin'.

A diversidade sexual e os conflitos raciais são contemplados nos artigos 'Morte aos Gays' e 'A maldição da linguagem racial'.



Questões que envolvem o Tempo Presente são o tema central deste livro. Muito mais centrado nas questões nacional, porém, colocando Brasil no contexto da História atual, Magnoli percorre onze anos da história recente.

Não se trata de uma obra para ser lida com olhos críticos de historiador, mas, com a consciência de que são artigos escritos para jornais de grande circulação e que fornecem pistas para se pensar o mundo atual.

Prof. Dr. Gilberto A. Angelozzi

Universidade do Grande Rio/UNIGRANRIO/Rio de Janeiro/BR

Recebido em: setembro/2014

Aceito para publicar em: novembro/2014

Concepto latinoamericano ‘El Socialismo del siglo XXI como un modelo alternativo de transformaciones políticas’

Profa. Dra. Marianna Abramova
Universidade Estatal de Moscou/ Moscou/Rússia

Resumen

La idea de que “Otro mundo es posible “ siempre era muy popular en el espacio político del continente ardiente. Los problemas socioeconómicos son los que más importantes en esta región tan especial como América Latina: se trata del hiperdesarrollo del sector financiero en detrimento de la producción real, del crecimiento del déficit presupuestario, del desempleo. En la década de 1990 el nivel de desempleo, incluyendo el empleo precario y los que tienen trabajo ocasional, fue en promedio por la región un 40% de la población económicamente activa.

Palabras-clave: socialismo; política; hiperdesarrollo.

Resumo

A ideia de “outro mundo é possível” é muito popular no cenário político do continente. Os problemas socioeconômicos são mais importantes nessa região latinoamericana: trata-se do hiperdesenvolvimento do setor financeiro em detrimento da produção real, do crescente déficit do pressuposto, do desemprego. Na década de 1990 o nível de desemprego, incluindo o emprego precário e o que têm trabalho ocasional, foi em média pela região 40% da população economicamente ativa.

Palavras-chave: socialismo; política; hiperdesenvolvimento.



Abstract

The idea of “another world is possible” is very popular in the continent’s political scene. Socioeconomic problems are more important in this Latin American region: it is the hiperdesenvolvimento the financial sector at the expense of real production, the growing deficit assumption, unemployment. In the 1990s the level of unemployment, including precarious employment and who have casual work, was on average the region 40% of the economically active population.

Keywords: socialism; politic; hyper development.

La victoria de Hugo Chávez en las elecciones presidenciales de Venezuela en 1999 dio comienzo a la búsqueda de una nueva base ideológica del poder. Sin embargo, esta búsqueda no era un deseo populista de prolongar lo más posible su permanencia en el cargo. La nueva ideología latinoamericana¹, propuesta por Hugo Chávez y desarrollada por sus partidarios – el presidente de Ecuador Rafael Correa y el de Bolivia Evo Morales, fue hecha suya por los pueblos de esta región a costa de sufrimientos durante una larga lucha histórica contra la dependencia política y el subdesarrollo.

Nombre de la ideología el ‘Socialismo del siglo XXI’ viene del título de libro que pertenece al científico alemán Heinz Dieterich² y se publicó en 1999.

¹ El lema de ‘Socialismo del siglo XXI’ por primera vez fue utilizado por Hugo Chávez en su discurso en el Foro Social Mundial, 2005.

² Sociólogo y politólogo alemán, autor de más de 30 libros sobre América Latina, nació en 1943. Desde 1977 es un profesor de la Universidad Autónoma Metropolitana de México. Creó su propio portal de Internet Rebellion.org en el que publica regularmente sus textos. Sin embargo, tras la muerte de Chávez, comenzó a criticar al gobierno de N. Maduro // Vease su artículo de 11.11.2013 // <http://www.inosmi.ru/world/20131112/214697156.html> (fecha de acceso 15.02.2014).



Siendo, con junto Arno Peters³ y otros científicos, el organizador de 'Nueva escuela de Bremen', utiliza activamente la cibernética, mecánica cuántica y el principio de igualdad general en los estudios sociológicos y conceptos políticos.

La idea de que 'Otro mundo es posible' siempre era muy popular en el espacio político del continente ardiente. Los problemas socioeconómicos son los que más importantes en esta región tan especial como América Latina: se trata del hiperdesarrollo del sector financiero en detrimento de la producción real, del crecimiento del déficit presupuestario, del desempleo. En la década de 1990 el nivel de desempleo, incluyendo el empleo precario y los que tienen trabajo ocasional, fue en promedio por la región un 40% de la población económicamente activa. Los años 1980-1990 fueron una época de política liberal radical se imponía a todos los países de América Latina, según la conocida fórmula de Consenso de Washington.⁴ Esa política llevó a la destrucción del sector público, al rechazo del Estado a cumplir con sus funciones sociales, al empobrecimiento de gran mayoría de la población de estos países (incluso en tales productores de petróleo como Venezuela y Ecuador), aumentó el nivel de criminalidad, el tráfico de drogas, se agravaron problemas ambientales.⁵ La mayoría de la población de región no tenían

³ Arno Peters (1916–2002) – geógrafo alemán, historiador, economista y filósofo. Fundador de la teoría de 'la economía equivalente'. Partidario del nuevo orden mundial basado en el sistema socialista de la sociedad global. Es crítico de la economía capitalista.

⁴ Consenso de Washington es un tipo de política macroeconómica de finales del siglo XX que está basado sobre los principios de la liberalización de mercados financieros y del comercio exterior principalmente a costa de disminuir las tasas de derechos de importación; reducir las restricciones para la inversión extranjera directa; privatizar y deregular la economía. 'El Consenso' de hecho fue muy inequitativo, ya que declarando este curso, los EE.UU. y la UE no se negaron a muchas medidas proteccionistas respecto a las exportaciones de América Latina.

⁵ Por ejemplo, en 1984-1986 el costo de vida en Ecuador se incrementó en un 73,2 %. Según datos oficiales, el salario mínimo, fijado el 1 de enero de 1986 y cubría sólo el 68 % de las necesidades inmediatas de la familia. El Plan



no sólo derechos, sino también el acceso a los bienes básicos tales como la educación (se trata de la educación gratuita primaria), la sanidad (en casi todas las partes era de pago), la vivienda, la alimentación etc. El nivel de vida de la mayoría de la población en 2013 alcanzó el límite de miseria: el 30% de la población latinoamericana vivía en la pobreza, según la Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Estamos hablando de 164 millones de personas, de las cuales 68 millones tienen que vivir en las condiciones de extrema pobreza.⁶ El 50% de los jóvenes latinoamericanos a los años de 20 a 24 no graduaron la escuela.⁷

Incluso el famoso economista estadounidense D. Galbraith, del cual es muy difícil sospechar de las simpatías al socialismo, escribió: “[...] debemos abandonar las ilusiones. El experimento neoliberal había fracasado, principalmente por tener un vicio sistémico. Necesitamos cambios serios y la necesidad de éstos es grande [...] Tenemos que volver a la política en beneficio de la gente cuyas necesidades al fin y al cabo son de gran importancia, de millones de personas en los países pobres las que se dedican a un trabajo duro y necesitan comida todos los días”⁸.

de construcción vivienda barata para la población, según el cual en cuatro años serían construidas 120 mil viviendas, de hecho se quedó en el papel. El desempleo encubierto alcanzó casi el 50 %. En 1997 los ingresos de exportación se redujeron en el 15 %, para el servicio de la deuda externa se gastó hasta el 40 % del presupuesto cuyo déficit ascendió al 7 % del PIB, la inflación anual superó el 30 %, el desempleo fue el 14 %, y el desempleo encubierto – más del 53 % de la población económicamente activa // <http://mir-politika.ru/3321-neoliberalnye-reformy-v-ekvadore-i-ih-posledstviya.html> (fecha de acceso 04.02.2014).

⁶ <http://telegraf.by/2013/12/eksperti-30-naseleniya-stran-latinskoj-ameriki-nahodyatsya-za-chertoi-bednosti> (fecha de acceso 04.02.2014).

⁷ <http://kprf.ru/international/new-world/127877.html> (fecha de acceso 14.02.2014)

⁸ Citado por: Ценностные ориентиры и приоритеты в трансформирующемся мире (Nortes valorativos y prioridades en el mundo en transformación) / Под редакцией А.С. Железнякова и З.П. Яхимович. – М.: Изд-во Института социологии РАН, 2010. – 215 с.



De esta manera los países de América Latina enfrentaron los retos económicos, sociales y políticos completamente nuevos, las respuestas a los cuales dio el concepto de 'Socialismo del siglo XXI'. En el discurso público mundial apareció una versión nueva de la ideología socialista que se diferenciaba totalmente de aquella del siglo XX. Sus autores y partidarios argumentan que el nuevo modelo político-económico rompió completamente tanto con los anteriores regímenes liberales de mercado como con las pasadas versiones 'estadistas' del socialismo encarnadas en la antigua Unión Soviética, China y Cuba. Cabe mencionar que no todas las fuerzas políticas actuales de izquierda apoyaron el surgimiento de esta ideología. Por ejemplo, el partido comunista de Grecia la caracterizó como un nuevo oportunismo: 'En la historia del movimiento comunista internacional' tras 'los modelos nacionales', tras 'la supuesta diversidad de vías hacia el socialismo' se ocultaba la revisión de nuestra teoría y se justificaba el abandono de nuestros principios'.⁹ El miembro del Buró Político del Comité Central del partido comunista griego Giorgos Marinou condenó la oportunidad de cambios antimonopolistas revolucionarios a base del capitalismo. 'Esta es una utopía, desorientación que embellece el sistema explotador', – escribe en el periódico 'Rizospastis', 15 de diciembre 2013.¹⁰ Los marxistas tradicionales siguen insistiendo en la revolución proletaria, el papel dirigente de la clase obrera y en la dictadura del proletariado como las condiciones necesarias para pasar a la formación socialista.

Mientras tanto, la particularidad del desarrollo socioeconómico de la producción moderna global en el siglo XXI ha dado lugar a la división mundial del trabajo en la cual la especialización estrecha ya no es un rasgo de algunas clases sino de las regiones y los países enteros. La producción industrial clásica del siglo XIX, cuando había formado el proletariado nacional y la burguesía nacional, desapareció: ahora en ningún país del mundo no encontramos estas clases sociales en forma pura. Cuanto más se ve muy espe-

⁹ <http://ru.kke.gr/ru/articles/-15-.00003/> (fecha de acceso 15.02.2014).

¹⁰ Ibidem.



cífico y variado el orden social de los países latinoamericanos donde históricamente a una jerarquía social compleja agrega factores raciales y étnicos. El problema indígena siempre ha sido y sigue siendo sumamente actual para la región, sobre todo para los países andinos. Siendo una parte de la sociedad más explotada y sin derechos los indígenas sólo en este siglo han adquirido su estado legal y han entrado en el espacio político-jurídico de sus países. La preferencia de esta nueva ideología 'Socialismo del siglo XXI' consiste en el intento exitoso de incluir este segmento masivo poblacional en el proceso político de que fueron excluidos durante más de cinco últimos siglos.

Mencionamos también que durante el siglo pasado ya aparecieron varias corrientes en la ideología comunista lo que fue acondicionado por las tradiciones religiosas, culturales y civilizacionales de una región u otra. Se trata del 'socialismo cristiano', 'socialismo árabe', 'socialismo islámico', 'socialismo budista' o incluso 'ecosocialismo' ¿Si son estas teorías 'la pura ideología socialista es decir la comunista'? Parece que no. Sin embargo, lo mismo podemos decirlo sobre el socialismo soviético, cubano, chino o coreano. Si son 'modelos comunistas puros'? No. Surgieron como una respuesta a la realidad de sus estados-civilizaciones, como los variantes de la política práctica. En ellos materializó la específica del desarrollo social y económico de estos países: por ejemplo, Marx no había escrito nada sobre el instituto de 'soviets' (consejos) que fue un elemento básico del sistema estatal soviético, pero este instituto trabajó con eficacia casi 80 años de la existencia de la URSS. Parece que el vector del desarrollo social trazado por Marx respecto al siglo XIX, se enriqueció y se complementó durante casi dos siglos posteriores con las propiedades civilizacionales reales.

Merece una atención especial la formalización político-partidaria de la ideología 'Socialismo del siglo XXI'. En Venezuela en 2007 fue creado el Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) que ahora es el partido gobernante y el mayor movimiento de izquierda en el Hemisferio occidental con un 7 millones de militantes. En las elecciones de 2010 en la alianza con éste



salió el Partido Comunista¹¹. La base ideológica del nuevo partido fue fundada en las elecciones parlamentarias de 1998 en las cuales Chávez lideraba el Movimiento Quinta República (DPR). Las cláusulas del programa del Movimiento en aquel entonces tenía carácter general: se prometía realizar la reforma constitucional, combatir la corrupción y las prácticas abusivas de las élites políticas, establecer una sociedad democrática de justicia social, atraer las masas a la gestión de Estado. La base de DPR fueron 'los comités bolivarianos' creados por los partidarios de Chávez, en primer lugar, en los barrios pobres urbanos. En las elecciones presidenciales de 1998 Chávez ganó y después de aprobar la nueva Constitución comenzó a formar el PSUV.

En Bolivia la ideología del 'Socialismo del siglo XXI' encontró su formalización en el 'Movimiento al socialismo' creado por Evo Morales. Antes Morales participaba activamente en la creación de la primera organización indígena a nivel nacional – Asamblea por la independencia de los pueblos. Sobre la base de ésta y se formó un nuevo partido que aboga por los derechos de indígenas y de así llamados cocaleros, productores tradicionales de coca. Morales también es el Secretario General del movimiento campesino de los cocaleros.

En Ecuador el presidente Rafael Correa en 2006 encabezó una nueva fuerza política – el movimiento Alianza Patria Altiva i Soberana (PAIS). Alianza es un amplio movimiento popular: en sus filas ahora están más de un millón y medio de ecuatorianos. Combina diferentes tipos de membresía: tanto individual como colectiva. Los miembros de la Alianza son cientos de organizaciones sociales no gubernamentales, sindicatos, asociaciones de estudiantes y de jóvenes, asociaciones indígenas, organizaciones de mujeres etc. Al mismo tiempo, en la actividad de la Alianza en una base regular participan los partidos y las organizaciones democráticos y de izquierda, como por ejemplo, el Partido Socialista Ecuatoriano. Otra diferencia entre esta fuerza política y otros países es que la Alianza fue creada como un movi-

¹¹ La Coalición ganó 99 de los 165 en la Asamblea Nacional. En las elecciones provinciales el PSUV ganó en 20 de las 23 provincias.



miento popular de masas para apoyar la política de Rafael Correa como presidente. Desde entonces ha confirmado su papel como fuerza política principal en Ecuador, ya que tiene una mayoría impresionante en la Asamblea Nacional, en la mayoría de las provincias y ciudades el poder también está en manos de los promovidos de la Alianza. Alianza es a la vez el movimiento patriótico y izquierdo de tipo socio- político, y no un partido unido con la ideología comun¹². Un problema grave del movimiento de izquierda en Ecuador hasta 2006 fue su desunión, el fraccionalismo, orientación en personajes dudosos, la discrepancia entre la palabra radical y la impotencia en las acciones. Después de crear la Alianza, este problema se resolvió.

En general, estamos observando una tendencia de formalización político-organizativa del concepto 'El Socialismo del siglo XXI'. Sin embargo, cabe señalar la variedad de formas de organización, así como que se tienen en consideración las tradiciones y la específica nacionales en este proceso. Venezuela, con sus viejas tradiciones partidistas nos da una versión de partido clásica; Bolivia sigue su propio camino haciendo hincapié en los campesinos indígenas como un grupo más grande de la población; modelo ecuatoriano atrae a nueva ideología a las capas más amplias de la sociedad, desde las feministas hasta la izquierda tradicional.

Estudiamos las tesis básicas del concepto 'El Socialismo del siglo XXI'. El postulado principal de éste es la crítica del mercado capitalista como base para el desarrollo económico y la exigencia de la regulación por parte del Estado estatal en vez de la 'autorregulación' liberal la cual llevó a la especu-

¹² 'Aquí encontrarán a los que creen en el comunismo, el socialismo, el humanismo cristiano o el sindicalismo. Combinamos nuestra fidelidad al proyecto 'El Socialismo del siglo XXI' y las tradiciones bolivarianas, así como declaramos lealtad a aquellas tradiciones que inspiraban los movimientos obrero, rural e indígena en Ecuador durante toda su historia', – dice Dora Aguirre, directora de la Comisión Nacional de la Alianza gobernante para Relaciones Internacionales, diputada de la Asamblea Nacional de Ecuador // [Recurso electrónico] <http://www.sensusnovus.ru/interview/2013/06/27/16668.html> (fecha de acceso 15/02/2014).



lación, al fraude financiero y el saqueo de la tesorería nacional. Los ideólogos del 'Socialismo del siglo XXI' consideran el capitalismo financiero como el culpable principal de la pauperización de las masas y de la crisis ideológica.' Con eso hacen hincapié en la diferencia entre el capitalismo 'malo', que recibe dinero sin producir bienes y servicios, y el capitalismo 'bueno' que fabrica productos socialmente útiles. Los regímenes liberales rindieron instrumentos económicos a los bancos privados y extranjeros encabezados por el FMI. Los líderes políticos del 'Socialismo del siglo XXI' usaron tal crítica del liberalismo para romper definitivamente con el capitalismo liberal, pero sin prometer la ruptura con otra forma del capitalismo llamado 'nacional'.

Por lo tanto, la ideología del 'Socialismo del siglo XXI' puede ser definida como la que corresponde a los intereses de los fabricantes nacionales y de los productores agropecuarios, a la clase media y las grandes masas indígenas. En este sentido es un fenómeno nuevo en la vida política de América Latina, porque en la historia política de este continente no había estructuras políticas constituidas que reunieran los intereses sociales tan diferentes. Esto evidencia que en la etapa actual de globalización del espacio político mundial surgió un nuevo fenómeno: los intereses socio-políticos y económicos de carácter global (en este caso la crítica y el rechazo de la política liberal en el espíritu del FMI) reúnen diferentes clases, estratos, grupos étnicos. ¿Es posible enfatizar los intereses 'acrisoladamente' de clase o a su lugar vienen nuevas aspiraciones de las naciones y estados enteros? Parece que justamente en el ámbito de protección de los intereses del Estado nacional está el vector de desarrollo social para las próximas décadas. En el espacio político-jurídico mundial aparece un nuevo actor – un estado independiente tanto en el sentido económico como político llamado a proteger los intereses colectivos de sus ciudadanos.

Por esta razón, una importancia particular adquiere el mecanismo constitucional de proteger los derechos de los ciudadanos como una nueva dirección en la protección de su soberanía. En el ejemplo de los países andinos que han adoptado el concepto del 'Socialismo del siglo XXI' estamos obser-



vando una tendencia de revisar doctrinas de Panamericanismo que dominaron antes, de desarrollo en el marco del modelo angloamericano de protección de los derechos humanos, en el que actuó la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Los países andinos (Venezuela, Bolivia y Ecuador) se pusieron en el camino de fortalecer su soberanía, su desarrollo en el sistema de 'bolivarianismo' que significa la independencia de los Estados Unidos.

Se están haciendo los primeros pasos. Venezuela en septiembre de 2013 denunció la Convención Americana sobre Derechos Humanos y abandonó oficialmente la Corte Interamericana de Derechos Humanos, explicando que tiene la intención de recurrir a la legislación nacional y el mecanismo estatal de protección de los derechos humanos.

Comenzó la crítica del sistema jurídico interamericano en el que desde el año 1999 reina el Protocolo de San Salvador (en adelante – el Protocolo) fijando una serie de derechos socioeconómicos¹³. Para el año 2010 en éste participaron 14 países.

Conforme con el artículo 19 del Protocolo, sólo la violación del derecho a formar sindicatos (artículo 8) y el derecho a la educación (artículo 13) puede ser apelada ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y la Corte Interamericana de Derechos Humanos a través de la acción individual. En otras palabras, el Protocolo introdujo la protección jurisdiccional por las materias respecto sólo a dos derechos. De la expresión jurídica del artículo 19 del Protocolo se puede hacer una conclusión negativa de que la

¹³ Está proclamada la protección de tales derechos como el derecho al trabajo (artículo 6); condiciones justas, equitativas y satisfactorias de trabajo (artículo 7); a fundar sindicatos (artículo 8); a la seguridad social (artículo 9); a la salud (artículo 10); a un medio ambiente sano (artículo 11); a la comida (artículo 12); a la educación (artículo 13); a disfrutar los beneficios de la cultura (artículo 14); la creación y protección de la familia (artículo 15); los derechos de los niños (artículo 16); a proteger la vejez (artículo 17) y a las personas discapacitadas (artículo 18).



violación de otros derechos mencionados en este documento no implica el derecho a impugnarlos¹⁴.

Y tal jurista como Oswaldo Ruiz Chiriboga llega a la conclusión de que los derechos sociales fundamentales en el Sistema Interamericano nunca han sido asegurados por las sanciones judiciales en caso de su violación, es decir, no eran ejecutables y no podían ser ejercidos bajo obligación, excepto el derecho a formar sindicatos y el derecho a la educación¹⁵.

En tales circunstancias, cuando el modelo regional de protección de los derechos humanos no sólo no trabajaba sino no se suponía a priori su eficacia, los países no tenían más remedio que recurrir a los mecanismos tradicionales de protección de los derechos humanos, al Estado nacional. Como resultado, en América Latina ya desde hace 10 años está pasando el proceso que proponemos llamar el 'nuevo constitucionalismo'. Las nuevas constituciones fueron aprobadas en los referendos nacionales en Venezuela en 1999, en Ecuador en 2008, en Bolivia en 2009.

Frente a graves problemas socioeconómicos los líderes de estos países recurrieron a la herencia ideológica de la Revolución cubana, uno de cuyos líderes Ernesto Che Guevara dijo: "Siempre es de pensar en las masas y no en los individuos [...] porque los intereses individuales no significan nada ante la comunidad humana". Hay que tener en cuenta que en esta frase en primer plano se resalta el interés público, que se realiza a través del concepto de 'bien común'. Con este enfoque el énfasis pasa de los intereses individuales a los colectivos, lo que es el contenido principal del neoconstitucionalismo del siglo XXI.

¹⁴ Cavallaro, J. L. and Schaffer, E. Less as More: Rethinking Supranational Litigation of Economic and Social Rights in the Americas. *Hastings Law Journal*, Vol. 56, 2005, pp. 217-281, at 227.

¹⁵ Oswaldo R. Ruiz-Chiribog. The American convention and the protocol of San Salvador: two intertwined treaties. // *Netherlands Quarterly of Human Rights*, Vol. 31/2 (2013), pp. 160-161.



El neoconstitucionalismo tiene sus raíces en la doctrina de estado de derecho de Kant no estudiada suficientemente por los expertos. Kant en su *Crítica de la Razón Pura* se afrontó de lleno la cuestión de que la noción de ‘felicidad’ debía encontrar su definición jurídica para que el derecho a la felicidad (o, como se dice en las Constituciones de los países andinos, a ‘una vida digna’) se considerara como el *quid juris* (¿qué estipula el derecho?)¹⁶, y no desde las posiciones de voluntad política de la burocracia gobernante. Los valores jurídicos de tal manera fijados en la Constitución se hacen base para construir un ideal público que se acepta a priori debido a su incontestabilidad.

Así, la Constitución de Bolivia reunió todas las tres generaciones de derechos humanos: políticos, sociales y colectivos, que tienen la misma fuerza, e presentó una jerarquía de derechos colectivos, poniéndolos a la misma altura que los individuales y garantizando su realización. Cerca de 100 artículos determinan derechos sociales de las categorías diferentes de la población (pueblos indígenas, mujeres, niños, familias, adultos, discapacitados, prisioneros e incluso clientes y consumidores), está fijados rigurosamente los derechos económicos, sociales y ambientales básicos: el derecho a la propiedad, la salud, la educación y la seguridad social, al desarrollo de la cultura y el deporte.

Los principales (‘los importantísimos’, así se titula Sección II) son el derecho a la vida, prohibición de la tortura y pena de muerte (artículo 15), derecho al agua y los alimentos (artículo 16), a la educación de todos los niveles, que es gratuita (artículo 17), a la salud (artículo 18) y vivienda (artículo 19)¹⁷, al agua potable, saneamiento, electricidad, suministro de gas, correos y telecomunicaciones, y el agua potable y el saneamiento no pueden ser concesionadas y privatizadas (artículo 20). Los derechos económicos y sociales incluyen el derecho a la salud (artículo 35), a la seguridad social gratuita (artículo 45), al trabajo y el empleo (artículo 46), a la propiedad pri-

¹⁶ Era la pregunta que hacían los juristas romanos al estudiar cualquier causa.

¹⁷ Este derecho es garantizado por la financiación equivalente del Estado. El derecho preferente a recibir vivienda tiene la población rural y las familias de bajos ingresos.



vada (artículos 56, 57) (personal o colectiva con la garantía de la herencia), a la infancia, la adolescencia y la juventud (artículos 58-61), a la familia (artículos 62-66). Aparte son garantizados los derechos de personas mayores (artículos 67, 69) y su derecho a la pensión, discapacitados (artículos 70-72), presos (artículos 73, 74), consumidores y productores (artículos 75-76). El artículo 105 garantiza el derecho a hacer el deporte. La Constitución limita la extensión máxima de tierra en propiedad privada: una persona no puede tener más de 5 hectáreas¹⁸. El artículo 56 “garantiza el derecho a la propiedad privada si su uso no causa daño a los intereses colectivos”.

Todos los derechos antes mencionados no sólo se proclaman: cada artículo tiene el párrafo en se habla de la obligación del Estado de garantizar el ejercicio de estos derechos, especialmente los derechos más importantes y colectivos. Los servicios públicos básicos son el derecho humano, y el Estado los debe garantizar, proporcionar y proteger. Estos servicios básicos se reconocen como bienes públicos y no pueden ser privatizados. Evo Morales dijo que ahora en Bolivia está creada una nueva República que acabó con el colonialismo interno y externo, con el neoliberalismo como una forma de venta de los recursos natural a ínfimo precio. De acuerdo con la Constitución, ningún gobierno ya no tiene el derecho de entregar los yacimientos de gas a la propiedad privada.

En la nueva Constitución un capítulo entero está dedicado al problema indígena. Indios podrán crear sus propios organos de autogobierno. La Constitución concede a las autoridades el derecho de asignar las tierras a las comunidades indígenas, así como fijar cuotas étnicas al contratar a los empleados para entes públicos y al elegir los miembros del Congreso. Además, el sistema tradicional de justicia, la que utiliza la población indígena, recibió la misma posición legal que tiene el sistema oficial vigente.

Sección IV de la Constitución se titula “Garantías jurídicas de los derechos y los métodos de su protección”. Artículo 110 establece el efecto directo

¹⁸ En 2006-2008 el gobierno de Morales proporcionó a los campesinos más de 737 hectáreas de tierra debido a que en el país casi no hay campesinos sin tierra.



de los derechos humanos. En aquella explica en detalle una serie de procedimientos legales que a nivel nacional y estatal garantizan la realización de derechos humanos violados, tanto a nivel individual como colectivo. Estos procedimientos son: acciones en defensa de la libertad (artículo 126 – Acción de Libertad)¹⁹, Acción de Amparo Constitucional (ст. 129-130)²⁰, Acción de Inconstitucionalidad (artículo 134),²¹ Acción de Cumplimiento (artículo 135),²² Acción Popular (ст.136-137)²³.

En Ecuador la nueva Constitución que el presidente Rafael Correa calificó de ‘socialista’, se adoptó en 2008. Puede ser caracterizada como un documento normativo-jurídico del nuevo milenio que responde a las expectativas no sólo de las generaciones actuales sino también de las futuras. En este sentido, me gustaría recordar las palabras del miembro del parlamento irlandés Boyle Roche, que al principio del siglo XIX entendió el propósito de la ley y del derecho de la manera siguiente: “¿Por qué debemos legislar para la posteridad? ¿Y qué la posteridad ha hecho para nosotros?”²⁴ Sin embargo, para el siglo XXI la humanidad se ha dado cuenta de que la responsabilidad ante las generaciones futuras es el principal deber del Estado ante sus ciudadanos.

¹⁹ Regula el procedimiento de la detención y imputación.

²⁰ Regula el procedimiento de presentar una demanda individual sobre la violación de los derechos constitucionales. La ley de prescripción – 6 meses.

²¹ Supone la posibilidad de presentar una demanda individual o colectiva sobre la Inconstitucionalidad de cualquier ley, decreto o acto.

²² Supone la posibilidad de presentar una demanda individual o colectiva sobre el incumplimiento de cualquier norma jurídica fijada legislativamente o en la Constitución por parte de los funcionarios. Procedimiento de la tramitación de esta demanda coincide con la de amparo.

²³ Regula la protección de tales derechos y intereses colectivos como: legado cultural, espacio aéreo, seguridad social, higiene colectivo, medio ambiente y otros derechos fijados en la Constitución. Para este fin están creados el Ministerio Público y el cargo de El Defensor del Pueblo.

²⁴ Душенко К. Цитаты из всемирной истории. Справочник. – Москва. Эксмо, 2006. С. 355.



En este sentido la Constitución de Ecuador se puede llamarla un modelo: un primer pequeño capítulo de nueve artículos dedicado a las cuestiones generales del sistema constitucional es seguido por el segundo capítulo, en el que más de 70 artículos determinan los derechos sociales y políticos de los ciudadanos. Esta Constitución más exacto puede ser llamada 'de derechos de derechos', porque apenas podemos encontrar alguna otra constitución actual en que a tal alto nivel de técnica jurídica estén definidos y garantizados los derechos humanos.

En ella están enunciados en detalles y ocupan la mayor parte del cuerpo los derechos sociales: en primer lugar es el derecho a una vida digna (derechos del buen vivir) que se abren a través del derecho al agua y la alimentación, al medio ambiente sano, la educación, la vivienda, la salud, el trabajo. La Constitución ecuatoriana – la única de su índole – dedica una sección entera (séptima) al 'Régimen del buen vivir', donde la mayor atención presta a los derechos al medio ambiente sano: se introduce la noción de la biodiversidad, el patrimonio natural del estado, ecosistema, ecología urbana y fuentes alternativas de energía (artículos 395-407). Se proclama la protección del suelo y el agua. Todos los recursos naturales, incluso no explorados, consideran la propiedad del Estado (artículo 408). Sin embargo, a diferencia de Bolivia y Venezuela, la nueva Constitución ecuatoriana no prevé la nacionalización de los recursos naturales, y no renuncia a pagar la deuda externa.

Por primera vez en la historia del constitucionalismo ecuatoriano se proclaman y se garantizan los derechos colectivos (capítulos 3, 4, 5 de la Sección II 'Derechos'). Estos incluyen los derechos de las personas mayores y de edad avanzada, en particular, las pensiones garantizadas (artículos 36-38),²⁵ los derechos de la juventud que se considera "el actor estratégico del desarrollo del estado" (artículo 39),²⁶ los derechos de los migrantes (artículos 40-42), de

²⁵ Constitución ecuatoriana predica a los parientes que abandonan a los familiares mayores o a los servicios sociales que no les proporcionan asistencia necesaria.

²⁶ El estado les garantiza a los jóvenes la educación, la asistencia médica, el ocio, el deporte, el derecho a la vivienda etc. También el estado garantiza a los jóvenes



las embarazadas (artículo 43), de los niños y adolescentes (artículos 44-46), los derechos de los incapacitados (artículos 47-49), por primera vez están definidos los derechos de “los que tienen enfermedades catastróficas”, a los cuales garantiza asistencia médica gratuita en todos los niveles (artículo 50), los derechos de consumidores y usuarios (artículos 52-55).

Capítulo 4 (artículos 54-60) declara y garantiza los derechos colectivos de los indígenas en las comunidades, pueblos y nacionalidades, en particular, el derecho a mantener, desarrollar y fortalecer su identidad a través de las formas tradicionales de organización social. A los indios se les concedió el derecho a discutir los planes de desarrollo de sus territorios, especialmente cuando se trata de explorar los yacimientos minerales en éstos. Las tierras indígenas están exentas de todos los impuestos, pero en todo el país se constituye un nuevo impuesto que se destinará a la mejora de las condiciones de vida de la población indígena. Las lenguas oficiales junto con el español se hicieron las lenguas indígenas Kichwa y Shuar. Es interesante mencionar que la sección sobre las obligaciones comienza con la norma escrita en una de las lenguas indígenas: “qhilla ama, ama llulla, ama Suwa”, lo que significa “no seas débil, no mientas y no robas” (artículo 83). Igual a la Constitución boliviana, el artículo 72 de la Constitución de Ecuador introduce la obligación de honrar a la deidad de los indios antiguos Pachamama – la diosa de la agricultura y fertilidad²⁷.

El derecho a la propiedad privada se ha vuelto vinculado más estrechamente con las obligaciones sociales. Ha mejorado mucho el sistema de distribución de tierra entre los ciudadanos. Está prohibido colocar en el territorio del país bases militares extranjeras, lo que de hecho rompe el acuerdo alcanzado antes con los EE.UU. Los últimos habían planeado utilizar la base de apoyo en Ecuador para combatir el narcotráfico. La Constitución también

su primer empleo.

²⁷ La Constitución de Bolivia en su preámbulo apela a Pachamama — Tierra-Madre.



prohíbe la venta de los recursos naturales y proclama la política económica soberana dirigida contra los abusos de las corporaciones internacionales.

Además, los derechos proclamados en la Constitución, no son simplemente normas-principios o normas-declaraciones. Una sección especial, que sigue la lista de derechos, se titula 'Garantías constitucionales' bajo las cuales se entienden las garantías normativas, políticas y jurídicas de la realización de los derechos humanos.

En particular, las garantías normativas en el artículo 84 encuentran su expresión en la obligación del órgano legislativo superior – la Asamblea Nacional – de aprobar leyes que no contradigan a los derechos humanos declarados en la Constitución. Las autoridades ejecutivas, en su lugar, no pueden poner en práctica políticas y publicar sus actos, que sean contrarios a los derechos constitucionales. Las garantías políticas están fijadas en el artículo 85 y suponen la responsabilidad de los funcionarios por violar los derechos humanos al prestar servicios.

Las más interesantes nos parecen las garantías jurídicas. La Constitución de Ecuador en su artículo 88 se presenta un procedimiento especial de protección de los derechos sociales – así llamado 'Amparo'²⁸, que es la posibilidad de cada ciudadano entablar pleito individual sobre la violación de su derecho constitucional. Dicho pleito puede ser entablado al violar un derecho por algún decreto o su omisión a un órgano de autoridad pública (no jurídico). Además, el ciudadano puede entablar un pleito personal contra los políticos públicos que van a quitarle la oportunidad de realizar su derecho constitucional, así como contra cualquier persona privada que, al violar los derechos

²⁸ Es un mecanismo especial descentralizado constitucional de protección y defensa de los derechos y libertades del hombre y del ciudadano aplicado principalmente en América Latina (Argentina, Perú, Uruguay, Venezuela etc) y España. Amparo incluye el procedimiento del recurso y de la sustanciación de queja, entablado por la parte ofendida por iniciativa propia y de forma individual y que se realiza en forma simplificada y acelerada del procedimiento jurisdiccional general.



constitucionales, causa daño grave, no presta servicios públicos adecuados, o el perseguido se encuentra en la situación discriminada. Artículo 86 regula escrupulosamente el procedimiento de sustanciación de tal demanda. Amparo es un principio constitucional de la justicia, la igualdad de todos ante la ley y el tribunal, de la socialidad y del carácter de derecho del estado, se realiza en el interés público, por eso para el recurrente es adversario y gratuito, tiene el carácter interpretativo en una situación particular y no está relacionado con la evaluación general del tribunal ante la ley. Especialmente cabe mencionar la aceleración y resolución de todos los problemas en disputa en la decisión final, lo que ahorra tiempo y costes. Amparo no puede ser cancelado o limitado, incluso en el caso del estado de emergencia. Esta institución jurídica no sólo está dirigida a proteger los derechos y libertades del hombre y del ciudadano, reconocidos y garantizados por la Constitución, sino también a mantener el alto nivel de orden público y el reforzamiento del sistema estatal a través del funcionamiento de mecanismo integral operativo de reacción inmediata por parte del estado a la violación de los derechos y libertades.

La Constitución de Venezuela fue aprobada en 1999 y se puede llamarla también especial. Así, en el artículo 136 de ésta el famoso principio clásico de la división de poderes se completa hasta cinco brazos: además los tradicionales – legislativo, ejecutivo y judicial – están implantados el sistema de defensa de los derechos humanos y el poder electoral.

Los artículos 22 y 23 establecen la obligatoriedad de los derechos humanos, incluso en ausencia de una ley especial, que es un paso progresivo basado en la experiencia político-jurídica del pasado del país, donde el gobierno se refería muy a menudo a tal ausencia para no reconocer los derechos fijados en las constituciones anteriores. Por primera vez se destacan los jóvenes, los ancianos, los trabajadores, el sector colectivo, las mujeres, los indios²⁹.

²⁹ Así, la Sección VIII de la Constitución está dedicada al reconocimiento y la protección de la identidad de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, de la cultura, costumbres y tradiciones, idioma, religión, forma de vida, así como se establece un estatus



También por primera vez se habla de los derechos ecológicos de generaciones futuras con lo que se crea un nuevo sujeto del derecho.

En la Constitución anterior de Venezuela también hubo una serie de derechos sociales: a la salud, la educación, al empleo, a la seguridad social etc. Sin embargo, esto fue sólo una declaración formal de estos derechos, ya que no se fijó la obligación del Estado de observarlos y no se estableció el mecanismo político-económico de aplicarlos. El gobierno sólo tenía el derecho de trazar algunos programas y se vio obligado buscar él mismo fondos para prestar servicios sociales o conceder beneficios, por lo que los derechos sociales se percibían por los ciudadanos sólo como los potencialmente realizables. Según el jurista latinoamericano Perdomo, en Venezuela “no existía la cultura de los derechos sino sólo la de los servicios”³⁰. La nueva Constitución garantiza los derechos sociales y otros de otra forma. Caso todos los derechos sociales se concretan en las leyes, especialmente aprobadas, que se llaman Leyes Orgánicas. Junto con esto la Constitución especifica que todos los derechos sociales no pueden depender de la legislación que los desarrolla, sino exigen la observación directa. Hay un punto de referencia más para el tribunal al aplicar ésta la ley, es los principios sociales.

La Constitución estableció un ‘carácter gratuito’ de la seguridad social pública. De acuerdo con las leyes orgánicas, el sistema de seguridad social se considera como distributivo para cuyo financiamientos fueron creados varios fondos³¹.

especial, que proporciona a los derechos políticos de los indígenas y su representación en la Nacional Asamblea de Venezuela.

³⁰ Perdomo R. P. Venezuela 1958–1999: el derecho en una democracia renqueante. – [Электронный ресурс] // <http://www.bibliojuridica.org/libros/3/1078/14.pdf> 12.07.2009.

³¹ En Venezuela, Ecuador, Bolivia fueron adoptados programas de gran escala de atención médica gratuita, con la participación activa de especialistas cubanos, gracias a que las capas pobres, por primera vez, recibieron el acceso a la asistencia médica. Se lleva a cabo las inspecciones para revelar a los discapacitados y discapacitados infantiles que es una carga pesada para la población en tales



Por lo tanto, los países andinos, realizan el curso dirigido a cumplir el estado con sus funciones socioeconómicas, a redistribuir significativamente la riqueza y a desarrollar programas sociales. Esto permitió reducir la pobreza masiva, aumentar la alfabetización, garantizar la asistencia médica en condiciones ventajosas y gratis, y desarrollar la construcción de vivienda y con pérdidas relativamente pequeñas sobrevivir la crisis económica de 2008-2009. La experiencia de los países andinos rechaza el dogma del liberalismo radical de que mientras menos sea la redistribución social, más libertad tenga el negocio, mayor sea la prosperidad económica.

De este modo, el concepto político del 'Socialismo del siglo XXI' se realizaba en Venezuela, Bolivia y Ecuador a través del mecanismo jurídico del neoconstitucionalismo lo que acercó a los países andinos a la resolución del problema filosófico-jurídico y político viejo relacionado con la búsqueda de la correlación óptima de los principios públicos (colectivos, sociales) y personales (individuales) en la organización de la vida social.

Me gustaría concluir mi ponencia con tal hecho histórico. Franklin Delano Roosevelt en un discurso ante el Congreso de EE.UU. el 6 de enero de 1941 dijo: "Queremos que todo el mundo se guíe por cuatro libertades esenciales. La primera – la libertad de palabra y de expresión – en todo el mundo. La segunda – la libertad de cada uno de admirar a Dios como él

países como Bolivia y Ecuador. En Venezuela fue eliminado completamente el analfabetismo, se redujo notablemente la pobreza: para la elección de Chávez aproximadamente el 50% de la población vivía en la pobreza y cerca del 25% en la pobreza extrema. Ahora en la pobreza vive el 20% de la población y en la pobreza extrema – 9%. Venezuela y Bolivia aprobaron las leyes de pensiones desde la misma edad que en la URSS, es decir la en el extranjero, como en la Unión Soviética, es decir, para las mujeres desde los 55 años, los hombres desde los 60. Mientras que en otros países están aumentando la edad de jubilación, aquí se bajó. Este derecho se adquiere independientemente de si la gente hizo antes aportaciones a los fondos de pensiones, de acuerdo con la ley anterior neoliberal de pensiones.



quiere – en todo el mundo. La tercera libertad es vivir sin miseria. La cuarta es la libertad del miedo”. Sin embargo, pasados 14 años y el 29 de marzo de 1955 el político estadounidense Henry Cabot Lodge (Jr.) dijo: “Al hambriento le interesab más cuatro sándwiches que cuatro libertades”³².

Profa. Dra. Marianna Abramova

Universidade Estatal de Moscou/ Moscou/Rússia

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: Novembro de 2014

³² Душенко К. Цитаты из всемирной истории. Справочник. - Москва. Эксмо, 2006. - С. 360.

‘Poder brando’ do Brasil: mitos e realidade

Andrey Budaev

Cônsul Geral da Federação da Rússia no Rio de Janeiro

Resumo

O autor do artigo tenta revelar o conteúdo e particularidades da formação e aplicação do ‘poder brando’ na política externa do Brasil na etapa moderna, tomando em conta que esse fenômeno possui um caráter complexo e multi-dimensional e tem uma influência notável sobre as relações do país com os principais parceiros, incluindo a Rússia. O ‘poder brando’ do Brasil baseia-se na identidade multidimensional do país e neste sentido possui seu próprio design institucional que é bem diferente dos cânones e padrões norte-americanos e anglo-saxônicos.

Palavras-chave: Brasil, ‘poder brando’, conceito; diplomacia; instrumento; formação.

Resumen

El autor del artículo intentos de revelar el contenido y las características de la formación y la aplicación de “poder blando” en la política exterior de Brasil en la etapa moderna, teniendo en cuenta que este fenómeno tiene un carácter complejo y multidimensional y tiene una notable influencia en las relaciones el país con socios clave, incluida Rusia. El “poder blando” de Brasil se basa en la identidad multidimensional del país y en este sentido tiene su propio diseño institucional que es bastante diferente de los cánones y las tuberías de América y estándares anglosajones.

Palabras clave: “poder blando”; diplomacia; concepto; herramienta; formación.



Abstract

The author of the article tries to reveal the contents, formation and application of 'soft power' in the foreign policy of Brazil at the present stage, based on the fact that the phenomenon is complex, multidimensional and has a significant impact on the country's relations with key partners, including Russia. The Brazilian 'soft power' is based on multidimensional identity of the country and in this respect has its own institutional design which is significantly different from American and Anglo-Saxon canons and standards in general.

Keywords: Brazil, 'soft power', concept; diplomacy; instrument; formation.

Ultimamente, no discurso político internacional, a atenção especial tem sido atribuída ao 'poder brando' como o fator importante do desenvolvimento das relações internacionais e comunicação interestatal. Formulado no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado pelo conhecido cientista político neoliberal norte-americano Joseph Nye, o conceito do 'poder brando' é definido como "capacidade de alcançar o desejado com base na participação voluntária dos aliados e não por meio de coerção"¹. Tal impacto, segundo Joseph Nye, pode ser exercido por meio de três principais componentes: cultura, ideologia e política externa². Mais tarde a eles foram acrescentados atratividade da política interna, êxitos econômicos e até modo de vida e valores, primeiramente americanos.

Ao mesmo tempo, a introdução do termo 'poder brando' à linguagem científica por J. Nye e seu coautor em várias obras Robert Keohane não significa que este fenômeno representa invenção exclusivamente norte-ameri-

¹ Poder brando. Componentes de sucesso na política mundial, Joseph Nye, monografia, Nova Iorque, Public Affairs, 2004, p. 45 http://knowledge.allbest.ru/political/3c0b65625b3ac68a4d53a89421306d36_0.html (data de referência -12.11.2013)

² Nye J/ Soft Power // Foreign Policy. 1990. Autumn. n° 80. p. 167.



cana. Alguns elementos do ‘poder brando’, ou, melhor dizendo, do poder cultural ou iluminado se manifestavam ainda nos séculos anteriores na política de vários países europeus, incluindo a Rússia.

Em relação aos dias de hoje o termo ‘poder brando’ tem várias interpretações, mais amplas do que anteriormente. Na renovada Concepção da Política Externa da Federação da Rússia aprovada pelo Presidente Vladimir Putin no dia 12 de Fevereiro de 2013, o ‘poder brando’ é caracterizado como “instrumentário complexo da solução de tarefas de política externa com base nas possibilidades da sociedade civil, métodos e tecnologias de informação e comunicação, humanitários e outros que são alternativos à diplomacia clássica”³.

A divulgação e popularidade crescente das ideias do ‘poder brando’ no mundo em desenvolvimento, em primeiro lugar, na Índia, China e Brasil, ainda não receberam as devidas análise e avaliação. Entretanto, a promoção de seus próprios conceitos e institutos do ‘poder brando’ por estes países causa elevado interesse e ganha demanda entre os países e associações regionais diferentes. É notável o exemplo do Brasil, que elabora o seu próprio formato do ‘poder brando’ baseando-se na atratividade do modelo único socialmente orientado do desenvolvimento econômico, seu modelo de federalismo e consolidação da sociedade poli étnica. Esta experiência específica da aplicação de novos formatos do ‘poder brando’ na política mundial, que é alternativa às abordagens anglo-saxônicas, merece estudo e análise profundos no sistema das relações internacionais modernas. Esta tarefa é especialmente atual em relação ao Brasil – como a principal grandeza sul-americana e uma das principais economias do mundo.

O significado do ‘poder brando’ que é considerado um dos atributos das potências mundiais tem sido reconhecido cada vez mais pela elite política brasileira nos últimos anos, o que ressalta a importância de registro e apli-

³ Concepção da Política Externa da Federação da Rússia http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/6D84DDEDEDBF7DA644257B160051BF7F, p.20 (data de referência 13.11.2013).



cação deste fator com objetivo de promover as prioridades nacionais a nível global e regional. O politólogo brasileiro W. V. Biasotto constata que “ao contrário dos Estados Unidos, da Rússia e da Inglaterra, o Brasil tornou-se uma potência econômica, sem, todavia ter se tornado uma potência bélica [...] O Brasil está praticando o ‘poder brando’ (soft power), poder que abre muito mais campo para as relações comerciais, técnicas e científicas que a espingarda [...] Grandeza de potência é a que começa a ser lida e ouvida no exterior (graças a nossos músicos e escritores), grandeza que está sendo construída com ‘poder brando’, ou seja, com a compreensão de que somos uma única raça [...] e que quanto mais brandos formos com os menos favorecidos, mais respeitados seremos [...]”⁴

O uso consciente e determinado do ‘poder brando’ na política externa do Brasil é relacionado à restauração do governo civil no país (após o período dos regimes militares) e ao começo das transformações democráticas. A chegada ao poder do presidente constitucionalmente eleito José Sarney em março de 1985 foi marcada pela revisão da política anterior e ‘virada’ do Brasil para a URSS. Contudo, pode-se falar do aparecimento real das primeiras raízes do ‘poder brando’ na política externa do Brasil apenas durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A diplomacia branda brasileira começou a ganhar um perfil mais distinto durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A pesquisadora e politóloga brasileira Ana Lucia Guedes, ao falar sobre o uso do ‘poder brando’ no conceito da política externa do Brasil, faz a seguinte característica: “[...] Fernando Henrique Cardoso tinha consciência dos limites estratégicos e econômicos do Brasil, diferente de Lula, que ignora, ou subestima, as limitações estruturais a tal pretensão, como barreiras orçamentárias e reduzido efetivo militar. Um exemplo é a África, que Fernando Henrique limitava-se a proclamar uma bem intencionada política de cooperação, sem efetuar ações imediatas, enquanto Lula

⁴ ‘Ai como é grande o meu Brasil’ – Wilson Valentim Biasotto, artigo, 2013, p.1 <http://www.progresso.com.br/opiniaio/ai-como-e-grande-o-meu-brasil> (data de referência 13.11.2013).



passou a uma ativa política de solidariedade [...]”, a diferença é na ‘postura de aceitar o mundo como ele é’, no caso de Fernando Henrique Cardoso, e outra de ‘mudar o mundo’, no caso do sucessor Lula.”⁵

A política do ‘poder brando’ do Brasil continua o processo de formação após 2011 com a nova Chefe de Estado Dilma Rousseff que se tornou a primeira mulher Presidenta na História do Brasil. Depois da sua reeleição em outubro de 2014 para o segundo mandato a política do ‘poder brando’ vai continuar.

Através dos centros científicos de pesquisa, organizações sociais e não-governamentais o Brasil é posicionado como um dos líderes das economias emergentes, como estado que defende o desenvolvimento sustentável que combina crescimento econômico balanceado com a proteção do meio ambiente (a assim chamada ‘economia verde’). O modelo pragmático (de fato, social-democrático) do desenvolvimento do Brasil que demonstra indicadores econômicos aceitáveis com a realização bem sucedida de programas socialmente orientados, está ganhando o número cada vez maior de defensores, especialmente entre os vizinhos latino-americanos.

Nas últimas décadas o Brasil transformou-se numa grande força regional que tem suas prioridades nacionais na Europa, América Latina, Ásia e África. Este país realiza uma política externa ativa multilateral, tenta garantir para si o assento de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU ampliado, fortalecer seus poderes (inclusive o direito de voto) no Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Ao mesmo tempo o Brasil empenha-se para elaborar a sua própria visão dos problemas sírio e iraniano, de todo o espectro de questões no Oriente Próximo, oferecendo saídas alternativas das crises prolongadas. Em nível regional o governo brasileiro promove suas visões entre os parceiros não ocidentais preocupados com a polí-

⁵ “A aplicação do conceito de ‘poder brando’ na política externa brasileira” – Ana Lúcia Guedes, monografia, 2005, p. 80-81, Brasil. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3552/ACFC3.pdf?sequence=1> (data de referência 13.11.2013 r.).



tica expansionista dos EUA e seus aliados militares e políticos. Entretanto, o empenho do Brasil de participar ativamente na formação da agenda internacional e ações que ele está empreendendo nos rumos sírio e iraniano é uma certa prova de força e aquisição da primeira experiência na resolução de problemas globais de segurança em que as decisões comuns consolidadas surgem frequentemente na sequência de competitividade e conflito de interesses dos principais atores com poderes que ultrapassam consideravelmente quaisquer possibilidades do Brasil contemporâneo.

Ao mesmo tempo vale a pena destacar que com presença de elementos particulares do ‘poder brando’ na política externa do Brasil a doutrina nacional neste campo ainda não foi formulada definitivamente. A concepção da política externa do Brasil ainda está em fase de elaboração. Contudo, segundo os dados disponíveis, neste documento serão traçadas as tarefas gerais de aplicação e promoção da política do ‘poder brando’. Entretanto, nos últimos anos em vários artigos e publicações científicos dos politólogos, diplomatas e cientistas brasileiros são cada vez mais frequentes as referências ao ‘poder brando’. Assim, num dos artigos o ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim escrevia: “Não há dúvida de que a política externa pacífica atende aos interesses do Brasil. O país tem se valido de sua estatura para promover a paz e a cooperação na América do Sul e no mundo. Sua atitude construtiva deriva de uma visão de mundo fundamentada nos valores da democracia, da justiça social, do desenvolvimento econômico e da proteção ambiental. A capacidade singular do Brasil de promover esses ideais é uma importante fonte de seu ‘poder brando’, refletido no amplo apoio internacional que levou brasileiros à direção de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).”⁶

⁶ ‘Robustecendo o poder brando do Brasil’ – Celso Amorim, artigo, 2013, p. 1 <http://www.project-syndicate.org/commentary/a-more-robust-defense-policy-for-brazil-by-celso-amorim/portuguese> (data de referência 14.11.2013 r.).



A politóloga brasileira Aline Pavão dos Santos avança ainda mais na concretização da ideia nacional do 'poder brando', destacando o seguinte: "Assim, através da análise da política externa e da conjuntura em vigor, serão identificados atributos pertinentes ao 'Poder Brando' no modelo de inserção internacional do Brasil, tais como prover bens públicos a comunidade internacional, optar por decisões multilaterais, estabelecer uma agenda atrativa que contemple questões como a proteção aos direitos humanos, a democracia e a possibilidade de ganhos individuais."⁷

Vale admitir que a política do 'poder brando' se manifesta mais claramente na atividade do Brasil em várias organizações regionais e internacionais. Consolidando suas posições na qualidade do líder sul-americano geralmente reconhecido, de um dos principais atores na política internacional, candidato forte para ser membro permanente do Conselho de Segurança ampliado da ONU, Brasília está usando de modo ativo o potencial do 'poder brando' na promoção dos processos de integração e suas atitudes em várias entidades multilaterais e associações regionais. Em primeiro lugar trata-se do MERCOSUL, da União de Nações Sul-Americanas, do BRICS e do Grupo-20.

Baseando-se na visão conceitual do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a necessidade de usar todas as formas da integração que possam consolidar a particularidade histórica, social e cultural do país, o Brasil, segundo (grupo dos autores) Leila Bijos e Verônica Arruda, deve utilizar o 'poder brando' "na construção de sua liderança regional, aceitando o papel de playmaster da região, com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras de infraestrutura em outros países. No arco de toda reflexão sobre a busca da liderança na região como forma de alcançar seus objetivos globais, o Brasil lidera as Forças de Paz

⁷ "Inserção internacional do Brasil: o 'poder brando' e a política externa do governo Lula" - Aline Pavan dos Santos, São Paulo, 2009, pp. 45-46 <http://www.feneri.org.br/pub/insercao-internacional-do-brasil-o-poder-brando-e-a-politica-externa-do-governo-lula.pdf> (data de referência 14.11.2013 r.).



da ONU no Haiti, aportando recursos financeiros, desenvolvendo projetos sociais, treinando sua força militar, com uma visão de orientar as diretrizes da política externa brasileira para um cenário internacional que lhe traga maiores resultados e benefícios concretos para a sociedade.”⁸

Embora a sociedade civil continue sendo o principal condutor do ‘poder brando’ do Brasil em relação a muitos países do mundo, incluindo a Rússia, ultimamente nessa atividade começam a participar mais ativamente várias entidades nacionais de perfis empresarial, comercial e econômico. Em particular, trata-se da Federação das Indústrias das grandes cidades do país - Rio de Janeiro (FIRJAN) e São Paulo (FIESP), câmaras de comércio bilaterais do Brasil com países estrangeiros (relativamente ao nosso país - a Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria, Cultura e Turismo), várias associações especializadas (inclusive na indústria de carne, indústria têxtil, do vestuário, calçado, turismo), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Centro de Negócio (Empresarial) Internacional, entre outros. A realização de conferências científicas e práticas, seminários, mesas-redondas sobre a temática de relações comerciais e econômicas bilaterais e na área de investimentos por iniciativa deles contribui para a formação de um ambiente favorável para lançamento e realização de projetos concretos de cooperação nas áreas prioritárias.

Um impulso forte na realização da política do ‘poder brando’ do Brasil representam atividades dos centros científicos, acadêmicos e de pesquisa nacionais que são especializados em problemas internacionais e regionais, incluindo questões de cooperação na ONU, G20, BRICS, e outras instituições que são encarregadas da solução de vários conflitos internacionais e locais (Síria, Irã, Iraque, Líbia, Quarteto do Oriente Médio). As obras e pesquisas mais interessantes dos estudiosos brasileiros são traduzidas para línguas estrangeiras, inclusive para russo, espanhol, francês, inglês, e, finalmente,

⁸ ‘A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira’, Leila Bijos, Verônica Arruda, monografia, pág. 42 <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/2912/1824> (data de referência 15.11.2013 r.).



influenciam o andamento do processo educacional e científico. Vale a pena destacar tais instituições de ensino e pesquisa como o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BRICS Policy Center)⁹, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontífica Universidade Católica (PUC). Assim, durante três anos de existência o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS realizou dezenas de conferências científicas, mesas-redondas, seminários sobre um amplo leque de questões da atividade dos BRICS, nos quais participaram, além de especialistas brasileiros, representantes dos meios científicos e acadêmicos dos países-membros deste organismo internacional, incluindo a Rússia. As principais tarefas do Centro consistem na promoção da cooperação e troca de informações entre especialistas respetivos dos países-membros dos BRICS para criar, numa perspetiva, uma espécie de um 'pool científico' na área de estudos deste grupo de países que desempenham uma papel cada vez mais importante na formação de uma nova ordem internacional.

Tecnologias modernas de informação, incluindo recursos da Internet, tornam-se ferramenta eficiente do 'poder brando' brasileiro. Neste contexto merece atenção a criação de um canal especial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no *video hosting Youtube* (<http://www.youtube.com/mrebrasil>), onde são acessíveis programas de vídeo e áudio, entrevistas do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de outros diplomatas e representantes do governo oficial sobre a temática da política externa¹⁰. A uma

⁹ A cerimônia solene de abertura do Centro foi realizada no dia 10 de dezembro de 2010 com participação do Prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes, o Reitor da Pontífica Universidade Católica (PUC), padre J. Carlos de Siqueira, o Diretor do Instituto de Relações Internacionais da PUC J. Pontes Nogueira, Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas BRICS A. Jobim, Cônsules Gerais da Rússia, China, Índia. A instituição do Centro BRICS foi resultado do projeto conjunto entre a prefeitura local e a Pontífica Universidade Católica. O site oficial do BPC: <http://bricspolicycenter.org/homolog>

¹⁰ 'Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira', Carlos Aurélio Pimenta de Faria; Joana Laura Marinho Nogueira, artigo, 2012, p. 3 http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582012000100005&script=sci_arttext (data de referência 15.11.2013 r.).



série destes exemplos podemos referir o site oficial da Embaixada do Brasil em Moscou: seu conteúdo político, econômico, consular, cultural e turístico goza de demanda entre os cidadãos russos, organizações privadas e estatais. Possuindo várias vantagens evidentes (abrangência do auditório, transmissão instantânea de informações, possibilidade de comunicação on-line), as web-páginas oficiais e sociais brasileiras são instrumento forte e ao mesmo tempo flexível de influenciar autoconsciência e formação da opinião pública.

Às manifestações da diplomacia branda do Brasil podemos referir também o rumo consecutivo realizado (não só pelas autoridades oficiais dos níveis federal, regional e municipal), mas também pelas organizações sociais e não-governamentais locais com objetivo de posicionar as maiores cidades do país (em primeiro lugar – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília) como lugares muito atrativos e confortáveis para realização de megaeventos sociopolíticos, econômicos e esportivos internacionais. Assim, o Rio de Janeiro fez parte das primeiras vinte maiores megalópoles do mundo pelo número de fóruns internacionais e regionais, conferências, simpósios, seminários, exposições, feiras, mesas-redondas realizadas anualmente etc. Neste indicador, segundo os dados da Associação Internacional de Congressos e Convenções, em 2012 o Rio de Janeiro ganhou o primeiro lugar em todo o Brasil: de 304 eventos que tiveram lugar no país quase um quarto foi realizado nesta cidade¹¹.

Considerando o ‘poder brando’ brasileiro (inclusive em relação à Rússia) as formas mais frequentes do seu uso são vários eventos sociopolíticos e cul-

¹¹ Recentemente no Brasil foram realizados e no tempo mais próximo vão acontecer importantes eventos de formato internacional: V Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro em julho de 2011, Copa do Mundo de Futebol de Areia em São Paulo em maio de 2012, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro em junho de 2012, Jornada Mundial de Juventude sob patronagem do Vaticano no Rio de Janeiro em julho de 2013, Copa do Mundo de Judô no Rio de Janeiro em agosto-setembro de 2013, Copa do Mundo de Windsurf no Rio de Janeiro em novembro de 2013, Copa do Mundo de Futebol de 2014, Copa do Mundo de Judô em São Paulo em 2015, Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, Universíada de Verão em Brasília em 2019.



turais, incluindo a mostra de telenovelas brasileiras mundialmente conhecidas¹² no nosso país, organização dos festivais do cinema contemporâneo brasileiro¹³, exposições de pintura etc. Sem dúvida, os lados fortes da diplomacia 'branda' do Brasil são tais fenômenos nacionais como o Carnaval mundialmente famoso que ganha popularidade a cada ano (inclusive entre os russos), tradições musicais e de dança brasileiras bem conhecidas, e também futebol.

Aos lados vulneráveis do 'poder brando' brasileiro, que têm projeção negativa sobre a imagem do país no estrangeiro, vale a pena referir tais fenômenos como a pendência de vários problemas sociais, pobreza, corrupção, alto nível de criminalidade. É bem conhecida, por exemplo, uma ampla repercussão negativa internacional devido às manifestações antigovernamentais em massa durante a realização da Copa das Confederações de futebol no Brasil (em junho de 2013) sob os slogans da crítica em relação à política socioeconômica do governo federal e regional, gastos excessivos orçamentais para a realização dos grandes eventos esportivos em detrimento dos programas na área de saúde e educação. O mesmo se aplica a uma série de escândalos notórios de corrupção que ultimamente têm ocorrido no Brasil, principalmente, devido às violações financeiras significativas, entre outras, da principal empresa petrolífera estatal, a Petrobras. Além disso, não contribui para a atratividade do 'poder brando' brasileiro a situação criminogênea complexa que se mantém em muitos estados do Brasil, falhas dos órgãos de segurança na realização da política de pacificação de favelas.

Resumindo, pode-se constatar o aumento do papel do 'poder brando' na política externa dos estados líderes do mundo, incluindo o Brasil. As autorida-

¹² Telenovelas brasileiras ganharam grande popularidade no nosso país após a exibição da novela 'Escrava Isaura' em 1988. Mais tarde cerca de vinte sagas brasileiras prenderam a atenção do público russo.

¹³ De 9 a 15 de outubro de 2013 no cinema de Moscou '35 mm' pela sexta vez foi realizado o festival do cinema brasileiro. Nesta vez fizeram parte do programa nove filmes sobre família, música e vida dos brasileiros contemporâneos (<http://kino-cccp.net/news/2013-10-09-61>).



des brasileiras vêm adquirindo um gosto e experiência para a política global, empenham-se para incluir o ‘poder brando’ nas suas estratégias da política para criar condições externas favoráveis para desenvolvimento interno, solução de questões práticas de modernização e ampliação da área da sua influência. Em geral pode-se afirmar que a aspiração do Brasil de desenvolver o seu próprio formato do ‘poder brando’ e usá-lo como um dos principais recursos da política externa caracteriza o grau de maturidade deste país como um novo líder mundial que pretende desempenhar um papel de um polo separado na ordem multipolar internacional que está se formando. Sendo que o ‘poder brando’ é instrumento de influência política, principalmente, das grandes potências, sua eficiência baseia-se no poder cumulativo e no potencial humano do estado concreto. O aparecimento do próprio fator do ‘poder brando’ no Brasil é um indicador evidente de que o país alcançou tal nível da influência política global em que as relações com ele têm que ser construídas num formato especial – típico da interação dos líderes mundiais. As tentativas de Brasília de promover suas visões e tentar influenciar os eventos no Oriente Próximo e Médio, inclusive na Líbia, Irã, Síria, dão motivo para perceber nisso um desejo sério para a liderança global no futuro.

O ‘poder brando’ do Brasil baseia-se na identidade multidimensional do país e neste sentido possui seu próprio formato institucional que é bem diferente dos cânones e padrões americanos e anglo-saxônicos. Na base da sua atração está o modelo econômico perspectivo e atraente com ênfase na promoção de programas sociais que se tornou uma marca política não só para a América Latina, mas também para muitos países emergentes. Isso não pode deixar de causar a preocupação dos EUA, que destacam o aparecimento de novas ferramentas da interação externa no Brasil nas condições em que se mantêm as relações esfriadas entre o Brasil e os EUA.

É notável que a ascensão do Brasil coincide com a diminuição da influência dos EUA na América Latina e o aparecimento de novos centros de poder na Ásia. Aproveitando a conjuntura política atual, os brasileiros têm boas chan-



ces de preencher com sua influência aquele espaço que gradualmente é deixado pelos Estados Unidos recuando sob a pressão da crise econômica internacional e a autoconsciência crescente dos povos dos países da América Latina e do Caribe (ALC). O Brasil está pronto para oferecer tanto seus 'espaços' que estão sendo liberados como o seu próprio modelo do desenvolvimento político e econômico e a sua visão da agenda internacional e regional. No rumo direcionado ao fortalecimento das posições de política externa na região latino-americana o Brasil baseia-se nos recursos nacionais do 'poder brando' que têm como fundamento os respectivos valores culturais, conceitos morais e ideológicos.

É bem evidente que o caminho do 'poder brando' é bastante delicado e longo, que requer muitos investimentos econômicos e intelectuais. A atualidade cada vez maior ganha a elaboração da metodologia e critérios que permitem medir o 'poder brando' do estado concreto (neste caso – do Brasil), avaliar seu potencial e possibilidades da influência real, inclusive numa perspectiva histórica. É preciso levar em consideração que o 'poder brando' representa um fenômeno complexo multidimensional que ocupa seu próprio lugar considerável no sistema de coordenadas da política externa. Tomando em conta o acima exposto, está aumentando objetivamente a importância de estudo, análise e previsão de vários componentes do 'poder brando' brasileiro, cujos papel e significado na política externa deste país vão aumentar constantemente.



Lista de referências e literatura

1. Concepção da Política Externa da Federação da Rússia. Site oficial do Ministério das Relações Exteriores da Federação da Rússia. http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/6D84DDEDEDBF7DA644257B160051BF7F, parágrafo 20 (data de referência 13.11.2013).
2. “‘Poder brando’”. Componentes de sucesso na política mundial”, Joseph Nye, monografia, Nova Iorque, Public Affairs, 2004, p. 45.
3. Nye J/ Soft Power // Foreign Policy. 1990. Autumn. nº 80. p. 167.
4. “O ‘poder brando’ como atributo moderno da grande potência”, I. Radikov, Y. Leksytnina, revista “Economia mundial e relações internacionais”, nº 2, fevereiro de 2012, p. 19-26.
5. “O Brasil na arena mundial”, E. Dabagyan, revista *Economia global e relações internacionais*, nº 3, março de 2012, p. 59-67.
6. “Formação da estratégia de política externa do Brasil contemporâneo”, A. Borzova, revista *Economia global e relações internacionais*, nº 11, novembro de 2011, p. 18-30.
7. “Ai como é grande o meu Brasil” – Wilson Valentim Biasotto, artigo, *Jornal O Progresso*, 2013, p. 1.
8. “A aplicação do conceito de ‘poder brando’ na política externa brasileira” – Ana Lúcia Guedes, monografia, 2005, p. 80-81, Fundação Getulio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Curso de Mestrado em Administração Pública, Brasil.
9. “Robustecendo o ‘poder brando’ do Brasil” – Celso Amorim, artigo, Project Syndicate, *The World’s Opinion Page*, 2013, p. 1.
10. “Inserção internacional do Brasil: o ‘poder brando’ e a política externa do governo Lula” - Aline Pavan dos Santos, São Paulo, 2009, pp. 45-46, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Curso de Relações Internacionais.
11. “A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira”, Leila Bijos, Verônica Arruda, monografia, pág. 42, *Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão*, Brasília, v.13, n.1, agosto, 2010.
12. “O ‘poder brando’ do jeito russo na busca de um ponto de um ponto de apoio”, V. Petrovsky, revista *Vida Internacional*, nº 7, julho de 2013, p. 72-84.



13. "O 'poder brando': tarefas atuais e possibilidades da política externa da Rússia", K. Kosachev, revista *Economia internacional*, nº 6, junho de 2012, p. 4-9.
14. "O 'poder brando' - imperativo do nosso tempo", J. Sampaio, revista *Vida Internacional*, nº 9, setembro de 2010, p. 1-11.
15. "Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira", Carlos Aurélio Pimenta de Faria; Joana Laura Marinho Nogueira, artigo, 2012, p. 3, edição do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Andrey Budaev

Cônsul Geral da Federação da Rússia no Rio de Janeiro

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: Novembro de 2014

Entre mitos e deuses da Bahia: as fragilidades do sertão

Profa. Dra. Maria Luzia Braga Landim
Universidade do Sudoeste da Bahia/UESB/Bahia/BR

Resumo

As fragilidades do sertão baiano, caracterizadas pela situação geográfica do polígono da seca, território reconhecido pela legislação brasileira como, sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens e paisagem de semideserto, impactam a natureza e o homem, que passa a representar modelos simbólicos associados a deuses, mitos e orixás como agrupamento de elementos naturais, religiosos e culturais. Este trabalho busca difundir como o sertanejo constrói suas representações simbólicas que reverenciam o espaço onde vive e as convicções acerca das punições e castigos invocadas pelos deuses às ações humanas de destruição ao meio ambiente e a biodiversidade.

Palavras-chave: Bahia – mitos e deuses; representações simbólicas; Ecossistema e biodiversidade.

Entre Mitos y Dioses de Bahia: Las Debilidades en el Desierto

Resumen

Las debilidades de lo desierto de la Bahía, que se caracteriza por la situación geográfica del polígono de la sequía, territorio reconocido por la legislación brasileña como sujeto a los períodos críticos de sequías prolongadas el paisaje semidesértica, impacta de la naturaleza y el hombre que viene a representar modelos simbólicos asociados con dioses, mitos y deidades como la agrupación de elementos naturales, religiosos y culturales. Este trabajo busca



difundir como fuera de pista construye sus representaciones simbólicas que veneran el espacio donde vive, y que muestran la importancia de las convicciones sobre las penas y castigos invocadas por los dioses a las acciones humanas de destrucción para el medio ambiente y la biodiversidad.

Palabras clave: Bahia – mitos y dioses; representaciones simbólicas; los ecosistemas y la biodiversidad.

Introdução

Os mitos e deuses baianos cuja força e longevidade estão assentadas no tripé que reúne história, encantos naturais e urbanos busca a originalidade cultural variando de indivíduo para outro, de acordo com as convicções pessoais e coletivas do lugar que habitam em comum. O lugar é produto das relações humanas permeadas pela cultura e pelas relações sociais, espaços vividos e reconhecidos como base para a construção de suas identidades.

Essa cosmovisão focaliza as maneiras de conhecer e identificar os elementos componentes globais e em algumas civilizações atribuem ao homem e ao universo, a harmonia e o perfeito equilíbrio.

O imaginário do conquistador, por exemplo, constrói visões de mundo que incluem a possibilidade de existência de um ‘outro ser’ e outro espaço geográfico, o ‘*Novo Mundo*’. Uma construção, segundo uma realidade concreta que não deriva do conhecimento singular do objeto, mas, de um processo inverso dos signos que se encarregam de representar o sonho da coisa. As sociedades elegem formas de se representarem, de falar de si mesmas e os mitos descrevem a origem do homem e suas relações com deuses e espíritos com finalidades práticas de atuar sobre o mundo.

Dessa forma os modelos simbólicos associados a mitos, deuses e orixás representam a mistura de elementos naturais, sociais e culturais estabelecendo um diálogo amistoso entre a inclusão e manutenção do ecossistema e a biodiversidade na cotidianidade.



Cada sociedade tem que determinar sua função na sociedade e uma leitura apurada e atenta sobre os patrimônios materiais e imateriais mostram uma cartografia de riquezas naturais e cultivam atributos simbólicos como testemunho dessa dinâmica. Lindos mares cantados por Caymmi, culturas fotografadas por Verger, e peculiaridades narradas por Jorge Amado a Bahia tem seu lado místico originário da mistura de raízes indígenas, africanas e europeias.

A caracterização do meio ambiente da Bahia tem como objetivo interpretar a simbologia e as representações construídas a partir da preservação da natureza de seus rios, florestas, como bens preciosos e necessários. Com coragem e esperança o sertanejo enfrenta os problemas sociais que provêm dos ambientais e luta para sobreviver num espaço adverso.

Nessa perspectiva, apontamos a seca como fenômeno impactante tanto para a natureza quanto para o homem castigado pelo intermitente combate aos fatores imprevisíveis das longas estiagens e da falta de perspectiva que minimizem os problemas.

Ao observarmos a configuração espacial de fixação dos sertanejos, verificamos que as dinâmicas de resistência e de reinvenção da vida, são constantes e se defendem das intempéries do clima ocupando nascentes, topos de serra e ribeiras no intuito de se afastarem dos males causados pelas mazelas da seca. A Bahia faz parte do polígono da seca possui paisagem semiárida, solos rasos, pedregosos e uma vegetação de caatinga que desafia a sobrevivência e a fixação do homem a terra.

As situações extremas da seca tornam a agricultura de subsistência impraticável, os açudes secam, perecem a fauna e a flora, os rios perdem completamente suas águas ou se transformam em pequenas lagoas, com cheias no verão e vazantes no inverno a cada temporada.

Se nesse ambiente considerarmos os mitos como uma interpretação primitiva e ingênua do mundo e de sua origem, por meio da invenção das



tradições, a Bahia, palco de miscigenações índias, africanas e europeias busca estratégias espirituais, culturais e religiosas para enfrentar a vivência sofrida.

Edgar Morin afirma que os mitos não falam somente das cosmogêneses, não falam somente da passagem da natureza à cultura, mas, sobretudo, do que concerne à identidade, ao passado, futuro possível, impossível, que suscita à interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração, e por isso, não pode ser interpretado por uma lógica única, mas por uma polilógica, comportando também algo de contingente e arbitrário¹.

A princípio esse trabalho busca definir como o sertanejo constrói representações simbólicas para proteger e reverenciar o espaço onde vive, e mostrar quão importante é a crença as punições e castigos dos deuses às ações humanas de destruição ao meio ambiente e a biodiversidade.

Se a representação social é um processo de construção social da realidade como naturalização e apreensão do mundo, para interpretá-lo, as representações sociais são atitudes, ideias, imagens, valores e crenças.

São tantos os mistérios entre as matas, rios, e fenômenos naturais, que as criações de mitos e heróis no Nordeste estão circundadas por manifestações folclóricas perpassadas de geração em geração ao longo do tempo.

Plural pela cultura, economicamente distanciada de outras regiões brasileiras, sua cartografia é marcada pelo quadro físico e geológico, com largas extensões de terras litorâneas e terras montanhosas no interior, contrastando até mesmo com o Rio São Francisco cuja abundância é protegida pelas carrancas que ornar as embarcações, protegem os mares e pescadores, dos maus tempos, espíritos e olhados pelas incursões marítimas, que exercem fascínio e influência.

A mitologia do Nordeste rica e bastante explorada por historiadores, arqueólogos, sociólogos e antropólogos que buscam decifrar a origem do

¹ MORIN, Edgar. *O método: conhecimento do conhecimento*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1986. p.150.

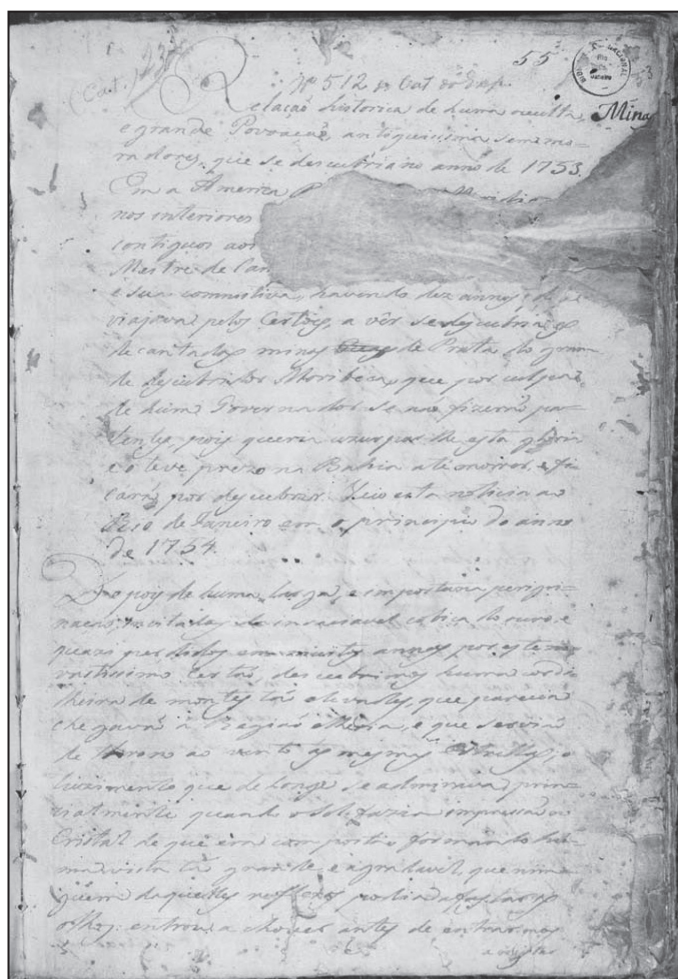


universo, a vida, e ao mesmo tempo embarcam nas complexidades de figuras emblemáticas, mitos, deuses e orixás.

Um dos exemplos mais notáveis é a curiosa aparição do documento 512 que registra o mais famoso mito arqueológico brasileiro ‘a cidade perdida da Bahia’. E revelou uma importância paradigmática para o segundo reinado.

O manuscrito conhecido como 512 (seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), descoberto em 1839 pelo naturalista Manuel Ferreira Lagos foi publicado pelo IHGB sob o título de ‘*Relação histórica de uma oculta, e grande povoação antiquíssima sem moradores*’ foi motivo de muitas expedições que duraram quase uma década e não foram prósperas nos objetivos a serem alcançados.

O prefácio da Revista do IHGB que publicou o documento, elaborado pelo Cônego Januário Barbosa apela para o estudo das antigas tradições e a reconstituição da saga de Robério Dias (o Muribeca), preso por não revelar ao governo português a localização das minas de prata na Bahia.



Fonte: LAGOS, Manuel Ferreira. Manuscrito 512, arquivado na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1839.

Sem nenhuma comprovação da realidade, o manuscrito detalha a cidade, e os vestígios que poderiam conduzir a descobertas inusitadas. Sem saber, Manuel Lagos desencadeara o surgimento da mais conhecida miragem arqueológica pela qual, diversos intelectuais dedicariam esforços para tentar solucioná-la.



O relato inicial do manuscrito descreve uma montanha brilhante, devido à existência de cristais e, embora, admirados pelo local, os bandeirantes, não conseguiriam escalar a formação rochosa. Ainda de acordo com a descrição do documento, o acesso à cidade era feito apenas por um caminho de pedras e a entrada possuía três arcos, cujo principal deles, possuía inscrições que não puderam ser lidas pela altura. Na cidade, as casas eram malfeitas sem regularidade e simetria, parecendo:

[...] huma só propriedade de cazas, sendo em realidade muitas , e algumas com seus terrados descobertos , e sem telha , porque os tectos são de ladrilho requemado huns, de lages outros [...]. Percorrendo o interior destas habitações, os bandeirantes não encontraram nenhum vestígio de móveis ou qualquer outro objeto. Ao final da rua, depararam com uma praça regular, que possuía em seu interior uma: [...] collumna de pedra preta de grandeza extraordinária, e sobre ella huma Estatua de homem ordinário, com huma mão na ilharga esquerda , e o braço direito estendido, mostrando com o dedo index ao Polo do Norte; em cada canto da dita Praça está uma Agulha, a imitação das que uzavão os Romanos , mas algumas já maltratados, e partidos como feridas de alguns raios.].

Durante o período de colonização, os aventureiros descreviam a existência de montanhas e serras resplandecentes, associadas a metais e pedras preciosas pelo interior brasileiro. Essa tradição formou o fundamento para alguns dos folclores bandeirantes, como a Lagoa Dourada.

O historiador Buarque de Holanda² acreditava que essa tradição esteve intimamente relacionada com o mito do Paraíso Perdido, pelo qual funcionaria uma espécie de antecipação do maravilhoso: “da montanha que refulge

² HOLLANDA, Sérgio Buarque. *A visão do Paraíso*. São Paulo: Nacional, 1958, p. 66. Sobre mitos geográficos no Brasil colonial. Ver: LANGER, Johnni. O mito do Eldorado. *Revista de História*, São Paulo, n. 136, pp. 25-40, 1997.



passa-se muitas vezes sem dificuldade aos castelos, cidades, casas e igrejas de cristal, tão frequente nas clássicas visões do paraíso”.

O documento foi encarado como um fato totalmente verdadeiro e no ano de 1840, surgiram novas referências sobre o intrigante tema. Dois eruditos, o coronel Ignácio Accioli Silva e A. Moncorvo, residentes na Bahia, enviaram dados baseados em descrições regionais: [...] sobre a cidade abandonada nos sertões desta província [...] que não parece ser fabuloso, pelas coincidentes notícias de vários antigos moradores, e exploradores dos sertões, pois por tradição se fala em uma grande Povoação, ou Cidade desprezada e que dizem a habitaram Índios e negros fugidos.

Pedro Calmon, historiador, afirmou que após a morte do bandeirante João Guimarães em 1766, rumores sobre ruínas já tinham sido citadas por populares e quando se iniciou a grande extração de diamantes na Bahia, em 1844 na Chapada Diamantina, o folclore estava bem consolidado. Na Bahia ocorrem diversos vestígios de antigos quilombos, como nas regiões de Bom Jesus da Lapa e Rio das Rãs. Relatos imaginários também são muito frequentes por toda a região.

[...] todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana. Em outras palavras, todo imaginário social pode revelar-se imaginário geográfico³.

Os interesses políticos e econômicos criaram expectativas para a planejada viagem em 1840 a campo. No início de novembro, o presidente do IHGB (Visconde de São Leopoldo), realizou uma petição ao imperador, solicitando

³ CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 177.



financiamento para a expedição. A importância deste empreendimento foi ressaltada pelo documento principalmente pelo seu caráter *utilitário*. Caso o objetivo principal não fosse alcançado, ao menos a exploração poderia encontrar terrenos incultos, e desabitados no interior do Brasil e situando-se numa região pouco conhecida, a cidade perdida poderia fornecer elementos de ordem mineralógica, como também terrenos para a agricultura.

Competindo com o grande tema da *Revistado IHGB* - a etnografia indígena - as pesquisas do espaço geográfico nacional sempre foram muito destacadas. A publicação de narrativas de viagens, explorações, novas delimitações cartográficas e territoriais, contribuíam para a construção do império tropical.

A província da Bahia possuía uma situação estratégica. Seu litoral era bem conhecido nesse período, e a expedição de Benigno coincidia com essa necessidade de desvendar o que se denominou de *deserto*: tudo aquilo que não foi ainda explorado, abrangendo florestas, matas, rios e montanhas, a imagem do *sertão*.

Mais do que simples locais interiores do império, os [...] espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, não haviam alcançado as benesses da religião, da civilização e da cultura [...] ⁴.

A cidade perdida da Bahia sempre esteve associada à imagem do sertão, como *interiorização da civilização*. Buscou-se através do avanço científico a dominação do espaço selvagem, mas também a propagação dos ideais de civilidade, moral e religião.

Outras intenções estariam ligadas a descoberta da cidade perdida, pois ela refletiria diretamente na imagem do Brasil uma nação em progresso, portadora de vestígios arqueológicos, conhecimentos científicos, ideais e costumes elevados. A própria imagem de D. Pedro II foi relacionada, como mecenas culto que patrocinou a descoberta da maior glória pretendida nesse período.

⁴ AMADO, Janaína. "Região, sertão, nação". In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n° 15, p. 149, 1985.



Os planos da elite imperial para a construção de uma nação tropical, necessariamente estavam assentados em determinados símbolos geográficos, sem o qual este imaginário político não teria legitimidade.

A fé cega em um mito não pode ser entendida apenas nessa perspectiva, pois como afirmou Girardet, “o mito só pode ser compreendido quando é intimamente vivi do, mas vivê-lo impede dar-se conta dele objetivamente”.⁵

Dessa maneira, acreditamos que a análise mítica pode partir de um referencial social de longa duração, mas explicando as atitudes individuais em um contexto histórico.

Se para os conquistadores, as cidades imaginárias estruturavam-se em imagens de abundantes riquezas, atendendo aos interesses mercantilistas do colonialismo, para os arqueólogos do império brasileiro as nossas ruínas irreais atendiam ao ideal da construção de uma nova ordem social e política — a nação dos trópicos.

O sentido de civilização que se pretendia criar nos trópicos durante o império foi baseado em um modelo situado na aurora dos tempos, uma sociedade sofisticada, mas que decaiu e cujos resquícios deveriam ser resgatados a todo custo. Um monumento que refletiria o Brasil para o mundo, para as grandes nações do Ocidente, completando todas as ansiedades e ausências simbólicas que o segundo reinado enfrentava no seu início: “Em sua forma autêntica, o mito trazia respostas sem jamais formular explicitamente os problemas”.

A procura da cidade perdida da Bahia, foram buscados por propósitos diferentes, sejam motivos de ordem econômica, colonialista, científica, cada um dentro do contexto social de sua época.

⁵ GIARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 23. A respeito da relação entre mitos arqueológicos e contexto histórico ver ainda: LANGER, Johnni. Mitos arqueológicos e poder. In *Clio – Série Arqueológica*, Recife, v. 1, nº 12, pp.109-125, 1997.



Assim, se para a ciência oficial a cidade perdida tornou-se uma aberração fantástica, por sua vez, estrangeiros e amadores brasileiros promoveram dezenas de expedições em sua busca, no início do século XX.

Considerações preliminares

Se a criação dos mitos desenvolve representações e figuras emblemáticas nascem também, os personagens que representam as aspirações do povo que se tornam marcantes para a cultura, para a natureza e sua preservação.

Os personagens reais se transformam em representações simbólicas e ocupam espaços de deuses e mitos reais para o povo, e os ajudam a creditar nas suas aspirações.

O sertão, lugar inóspito, sem perspectivas de desenvolvimento, tem no Vaqueiro seu personagem mais famoso. Ligado à expansão do gado pelo sertão ocupou um papel fundamental na colonização e ocupação de terras incultas. Para essa civilização o vaqueiro foi elemento visível, e antes de tudo um guerreiro. Acostumado ao calor e as plantas espinhosas criou seu próprio estilo de vida. Roupas protetoras feitas de couro, pernas sobre as calças, alpercatas ou botinas, e uma proteção para o peito, como se fosse um escudo amarrado ao corpo, luvas nas mãos, um gibão por cima de tudo, e o *chapéu de abas largas*. Enfrenta diariamente um calor aproximado de 40 graus, desloca o gado sedento e faminto para lugares distantes e inóspitos, tentando sobreviver e conservar conquistas e tradições e não deixar sua terra.

Muitos são os mitos e heróis do Nordeste porque suas atividades cotidianas requerem coragem e perseverança diante das adversidades, geográficas, climáticas e culturais. A falta de acesso e possibilidades reais de melhoria de qualidade de vida do imaginário coletivo um propulsor para a criação de mitos, heróis, deuses, beatos e figuras emblemáticas que nasceram com a seca, com a falta d'água, com a miséria e a forte espiritualidade que mantêm esperança e fé.



De cidade em cidade, experimentando o pó das estradas, o beato surge com roupas, às vezes, compridas, alvas e outras vezes coloridas e esfarrapadas. Carregam sempre uma cruz e longos rosários de contas. Na boca, palavras que lembram profecias bíblicas.

São famosos os beatos Manoel Antônio, José do Padre, o beato Francelino, Zé da Cruz, Zé Leôncio, o monge João Maria, o beato Lourenço. O mais conhecido é Antônio Conselheiro, se autodenominava ‘peregrino’, figura carismática que adquiriu uma dimensão de homem santo, ao liderar o arraial de Canudos, um pequeno lugarejo do sertão da Bahia, e atraiu milhares de sertanejos, camponeses, índios e escravos recém-libertados e causou verdadeiras manifestações de fé. Alavancou minorias que acreditaram na revolta dos oprimidos. Inspirou a história de Canudos, cidade fundada por ele ainda hoje é cantado e descrito em prosa e romance, Euclides da Cunha escreveu *Os sertões*, o cineasta Glauber Rocha produziu o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e ainda inspirado em Canudos e na saga deixada por Conselheiro, o escritor peruano Vargas Llosa escreveu o romance *A guerra do fim do mundo*.

O historiador pode unicamente entender o lugar do mito na História, e nunca o seu significado mais profundo, pois ao racionalizar formas e motivos/imaginários, penetra no campo da experiência, na ordem do existencial. Seja na forma de cidades feitas de ouro, ou de magníficos resquícios arquitetônicos, *o mito* assumiu várias páginas fascinantes da história brasileira, e mesmo não podendo ser compreendido em sua totalidade, ao menos, vislumbra sua importância para o imaginário dos tempos contemporâneos.



Referências

- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, p. 149, 1985.
- CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 177.
- GIARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 2.
- HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 320p.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. *A visão do Paraíso*. São Paulo: Nacional, 1958, p.66.
- LANGER, Johnni. Mitos arqueológicos e poder. In *Clio – Série Arqueológica*, Recife, v.1, nº 12, pp. 25-40, 109-125, 1997.
- MORIN, Edgar. *O método: conhecimento do conhecimento*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1986. p.150.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. Região. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. Vol. 8, 1986.
- ZANLORENZI, Elisete. O mito da preguiça baiana. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1998.

Profa. Dra. Maria Luzia Braga Landim

Universidade do Sudoeste da Bahia/UESB/Bahia/BR

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: Novembro de 2014

Brasil e mundialização. Crítica da economia política e algumas questões relativas ao meio ambiente. O cerrado e a geopolítica nacional

Paulo Alves de Lima Filho
Faculdade de Tecnologia de Mococa/FATEC/São Paulo/BR

Resumo

(DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO CERRADO BRASILEIRO)

O cerrado brasileiro, além de ser o mais complexo, frágil e antigo bioma, é vital para a manutenção e estabilidade do regime hídrico nacional, responsável pelo preenchimento dos aquíferos, os quais, por sua vez, abastecem os sistemas fluviais dos rios principais do país. Além dos efeitos desastrosos já pesquisados pelos cientistas, abre-se diante da comunidade nacional e mundial, e dos pesquisadores em particular, o desafio do enfrentamento dessa dimensão vital, vinculada a todas as atividades humanas a ocorrer nas águas, no solo, subsolo e atmosfera. Apesar de ocupar vinte e três por cento da superfície do território nacional, sua extinção enquanto bioma contínuo parece já decretada.

Palavras-chaves: economia política; meio ambiente; cerrado.

Resumen

(DIMENSIONES DE LA SABANA ESTRATÉGICO DE BRASIL)

El cerrado brasileño, además de ser el bioma más compleja, frágil y viejo, es vital para el mantenimiento y la estabilidad del sistema de agua para uso doméstico, responsable de llenar los acuíferos, que a su vez, suministran los sistemas fluviales de los ríos principales. Además de los efectos desastrosos ya investigados por los científicos, se abre ante la comunidad nacional e internacional, y en particular los investigadores, el desafío que enfrenta



esta dimensão vital, ligado a todas las actividades humanas que se produzca en el agua, el suelo, el subsuelo y la atmósfera . A pesar de ocupar veintitrés por ciento de la superficie del territorio nacional, su extinción como un bioma continua parece ya promulgada.

Palabras claves: la economía política; el medio ambiente; cerrado.

Abstract

The Brazilian cerrado, as well and be as complex, fragile and old biome, is vital for the maintenance and stability of the national water system, responsible for filling the aquifers, which in turn, supply the river systems of the main rivers from the country. Besides the disastrous effects already researched by scientists, opens up before the national and international community, and in particular researchers, the challenge facing this vital dimension, linked to all human activities to occur in water, soil, subsurface and atmosphere . Despite occupying twenty-three percent of the national territory surface, its extinction as a continuous biome seems already enacted.

Keywords: political economy; environment; cerrado.

Os limites da economia política melhorista. Crítica da economia política do melhorismo.

A questão da dimensão recolonizadora

A industrialização, que é sabidamente um processo de transformação da sociedade de caráter libertário, entre nós se converteu num mecanismo de recolonização. Primeiro, com as empresas inglesas, depois com as yankees e, finalmente, com as ditas multinacionais. O certo é que o processo de industrialização à brasileira consistiu em transformar a classe dominante nacional de uma representação aqui sediada, numa classe dominante gerencial



cuja função, agora, é recolonizar o país, através das multinacionais. Isso é também uma façanha formidável, que se está levando a cabo com enorme elegância e extraordinária eficácia.¹

Os economistas críticos nativos, Oliveira, Belluzzo, Cano, Filgueiras, Paulani, Fontes, Gonçalves, Passarinho, Gennari, assim como os de outros países, Katz, Beinstein, Sapir, Amin, Urry e outros, são unânimes em apontar o abandono das determinações de caráter nacional, em especial as do setor industrial, como elemento essencial nos fundamentos da economia política do melhorismo, variante do velho liberalismo nacional, já citado anteriormente nas palavras de Tavares Bastos (LIMA FILHO, 1993). O abandono ou inexistência das determinações nacionais na conformação da produção material e a subordinação às formas exógenas de produção e acumulação de valor são a essência do estatuto colonial, seja em que estágio estivesse da evolução do capital hegemônico, se o capital mercantil do século XVI ou o novo capital microeletrônico nascido dentro do capital financeiro como expressão do surgimento do quarto órgão da máquina (BACCHI, 2013) no século XX e, a partir de então, seu centro dinâmico, sua determinação maior.

A reorganização do espaço econômico mundial sob a égide do novo capital financeiro exigia a degradação universal dos controles nacionais (BELLUZZO, 1995), alcançadas na etapa anterior do sistema capitalista de modo assimétrico e altamente desigual. Aos controles nacionais se superporiam os das empresas multinacionais, a exigir novas instâncias mundializadas destes, com consequências devastadoras para as populações que secularmente se instalaram naqueles espaços (SEVÁ, 2013). Isso significa reconstituição, recriação, redefinição, desfazimento – guerra, destruição, genocídio, ruptura, fratura – do espaço histórico ancestral. Toda a esfera da reprodução material, política, social e cultural é necessariamente afetada. Estamos diante de um novo ideário, um novo fazer, uma nova etapa

¹ In RIBERIO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986, p. 5.



imperialista de redivisão internacional do trabalho. Enfim, guerra, violência extrema na consecução desse novo sentido da política econômica mundial mundializada. Com o surgimento de uma casta cosmopolita supranacional cujo núcleo são as multinacionais e seus administradores, mais o punhado de proprietários maiores do capital financeiro e os representantes nacionais, em todos os planos da reprodução social, a governar o mundo e as regiões do império mundial do capital financeiro. Desse modo:

A liquidação das políticas nacionais autodeterminadas descontaminará a república das necessidades de suas maiorias trabalhadoras: políticas, econômicas, científico-tecnológicas, educacionais e culturais, onde a dimensão energética apresenta-se como pressuposto para a produção material. A negação da complexidade, das contradições, das aspirações coletivas majoritárias, dos compromissos humanos civilizados, a aceitação militante da aceleração da história e dos imperativos de guerra e, neles, do seu satisfeito papel caudatário, autocomplacente com sua mediocridade bárbara, conferem aos capitalismos da miséria do campo ex-colonial e dos fracassados 'socialismos de estado' uma dose letal de explosividade. A descivilização, em situação de guerra aberta apresenta-se como ordem universalmente conflagrada (LIMA FILHO, 1996).

Ao novo vazio de aspirações civilizadas e à virulência das políticas do exocentrismo, abrir-se-á então aos miseráveis da terra, a possibilidade de verem-se como única força capaz de liquidar a barbárie e, de cambulhada, com os limites civilizacionais impostos pelo capital à realização de uma humanidade humanamente rica e voltada à satisfação de seus interesses e necessidades. A recuperação da dimensão energética autodeterminada é passo primeiro, decisivo para a reversão da ordem da miséria. Nesta reversão, por sua vez, nas várias dimensões vinculadas à eliminação da miséria, encontra-se a solução da questão nacional, da guerra social e da involução econô-



mica. A reconquista da autodeterminação energética deve vertebrar a criação de uma nova consciência, deverá contaminar a educação das novas gerações, deverá mobilizar novas gerações de cientistas. O sequestro do sonho, da história, sob a pesada mão ordeira e vassala, empurra ao pesadelo vivido pelas novas gerações, cujo tema é a inutilidade da luta e a decadência infinita.

O tempo histórico, concebido pelas novas classes dominantes, não tem horizonte humano. O futuro, portanto, é infinito-futuro dos deuses. Mas, antes de tudo, do novo deus entronizado, o novo capital hegemônico global.

A história, por sua vez, ao realizar a ruptura contrarrevolucionária, é vista pela ideologia dos seguidores do novo deus, a operar uma verdadeira revolução e, no caso brasileiro, uma revolução silenciosa (MACEDO & LIMA FILHO, 2013).

Aparentes paradoxos e subversão semântica expressam verdadeira devastação conceitual. A consciência prática dos novos crentes observa a regressão como novo progresso e sua marcha inexorável; o inferno como paraíso, a desgraça como nova felicidade, o abandono como presença sufocante, a desordem como ordenação virtuosa, a desfuturização como benção celestial, tal como a *novilíngua* de Orwell. Impõe-se a esquizofrenia, a irracionalidade como acompanhantes do despatriamento, da desterritorialização e desistorização. Daí impor-se a revolução social contra o apodrecimento da pátria, isto é, se seus sofrendores habitantes, pela regeneração do futuro como vida coletiva emancipada, pela republicanização popular do espaço nacional.

Diante do poderio político-econômico e bélico do novo imperialismo, é mais do que nunca imperativo a elaboração e luta por estratégias de conformação de um novo espaço regional nacional que evolua à constituição de uma nova nação, a agrupar, antes de tudo, as potências energéticas latino-americanas. A soberania energética constitui o centro da soberania possível, sabe-se disso. O contrário será nossa definitiva fragmentação e desaparecimento da cena da história, como já ocorreu recentemente com alguns países, a perda da promessa de liberdade e independência legada a nós por nossos antepas-



sados comuns, homens e mulheres desse vasto território da esperança que nos coube viver, sofrer e defender (LIMA FILHO, 2008).

Estamos diante de uma verdadeira ruptura histórica.

Guerra social contra o trabalho

A reprodução social do complexo societário global hiper subordinado, recolonizado, vê-se, assim, lançada à voragem da guerra planetária do capital financeiro e seus agentes transnacionais. A desordem sistêmica instaura, portanto, de modo imanente, a guerra nesses espaços nacionais desvitalizados, sob a forma de guerra social contra o trabalho. O surgimento das empresas energéticas como forma de realização da hiper subordinação, constitui um dos marcos desse processo (GUERRA e MARTA, 2002). O novo e expandido exército industrial de reserva, recriado pelo processo de repauperização universal institui e recria a exclusão energética – expulsão energética – como momento privilegiado da nova barbárie, dimensão da nova miséria.

A desistoricização das mercadorias nos espaços nacionais em processo de recolonização, ao emancipar o capital das determinações nacionais destes, institui a expulsão energética como dimensão da Nova Guerra. Esta, portanto, caracteriza a nova barbárie como retrocesso social universal: povos, alguns dos quais já haviam ascendido a patamares elevados de proteção social dos assalariados, de civilização capitalista, vem-se lançados ao inferno da nova ordem, despencados das abóbadas celestes do bem-estar sob o capital à imprevista situação de miséria, à privação de formas antigas e civilizadas de existência, inclusive direitos adquiridos, o que faz configurar um processo de descivilização (SÈVE, 2013).

À expulsão energética soma-se a incúria das políticas, o dismantelamento de equipes científicas e tecnológicas vinculadas à área – as mesmas que haviam posto em pé, autonomamente, o parque energético –, a deterioração do parque energético existente, a culminar, como no caso brasileiro, com o



escândalo do apagão. Ao retrocesso social corresponderá, assim, a involução econômica. A experiência da Argentina nos apresenta a combinação perversa desses dois processos conjugados. Posta a economia nacional a funcionar sob exocentrismo, quão mais frágil do ponto de vista industrial ela seja, mais trágico será seu dilaceramento entre as proporções necessárias pelos padrões societários anteriores e aquelas exigidas com o fim de remunerar o capital financeiro sedento de super-lucros. Este apresenta-se também como empresas exportadoras postas a compor a máquina produtora de mais valia a ser convertida em divisas – no mais das vezes importadora de máquinas e equipamentos e mesmo matérias primas de suas filiais externas – a formar um complexo produtivo alienado e alienante, multiplicador de déficits da balança comercial e de pagamentos.

Desse modo, a privatização do setor público produtivo, preço a ser pago aos capitalistas nativos com vistas à aceitação plena, por parte deles, da democracia e dos novos marcos alienados determinantes do novo padrão da acumulação, não só não resolvem as questões nacionais pendentes – ao contrário, agrava-as –, como tampouco expressará uma situação de desenvolvimento econômico. O novo caráter do espaço nacional passará a ser o de atender, unilateral e decisivamente, os interesses dos proprietários, antes de tudo daqueles vinculados aos setores monopolistas. A entrada das mercadorias estratégicas no elenco das mundializadas, confere ao futuro das nações e povos sob hiper subordinação um desfecho nada promissor. Tanto a desindustrialização quanto a desnacionalização da indústria e a liquidação de nações são decorrências naturais desta etapa da mundialização.

A reprodução capitalista, descontaminada das urgências nacionais das maiorias, ao contrário do que alardeiam os arautos da hipermodernidade colonial, transforma o trabalho em massa indistinta universal de produtores de mais valia, a obrigar os trabalhadores a sofrerem as agruras da corrida global desenfreada do capital por taxas de lucro as mais vantajosas para a acumulação a mais rápida possível (LIMA FILHO, 2008).



A longa marcha do imperialismo benévolo

A expressão nacional dos anseios monopolistas no Brasil, a nosso ver, se apresenta basicamente através de dois projetos, aos quais podemos denominar provisoriamente de imperialismo benévolo e imperialismo malévolo.

A disputa entre esses dois projetos fechará um ciclo histórico iniciado com a revolução portuguesa de 1245-47, derrame da qual veio a ser o Brasil, parte desgarrada do império português no século XIX, porém sempre firme na subordinação aos desideratos da acumulação mundial do capital. O Brasil alcançaria, pois então, a máxima expressão capitalista mundial ora cantada polifonicamente em prosa e verso ao ser potência, até que enfim, do capital financeiro ou monopolista. O imperialismo benévolo, anticolonial, galopa no projeto do núcleo dirigente do PT. Realizar-se-ia através da Unasul, de uma política externa independente e democrática, forte apoio estatal aos grupos monopolistas nativos e pela via de altas taxas de crescimento econômico aliada a políticas sociais redistributivas. Bem distinto do imperialismo malévolo de caráter colonial, representado pelas forças do PSDB-DEM, dentes arreganhados às democracias populares latino-americanas e extracontinentais com seus processos de emancipação política, econômica e social, assim como às políticas estatais mais autônomas vis a vis os capitais privados, principalmente os externos.

Impossível deter a marcha do Brasil ao seu destino imperialista. O capital monopolista domina a esmagadora maioria das atividades capitalistas, tanto o nativo quanto o externo. Este, majoritário nos campos mais dinâmicos e estratégicos. (Todas as forças do *status-quo* desejam alcançar esse destino anunciado de grande potência, a começar pelos militares. Um imperialismo benévolo, sem seu componente belicista dado evoluir em espaço regional sem potencia concorrente, exceto os Estados Unidos. Bernal (BERNAL, 2001) aborda essa questão:



El tercer actor en cuestión, Petrobras, si bien no cuenta con grandes recursos petroleros, ha desarrollado importantes avances tecnológicos, particularmente en el campo de la explotación de yacimientos a gran profundidad, tecnología de vanguardia en escala mundial. Su estrategia principal consiste en penetrar en los países del Cono Sur presentándose como una alternativa viable a las transnacionales estadounidenses y españolas. Es notoria la voluntad de Petrobras de aparecer como una empresa con participación social, que dedica recursos a campañas ecológicas, e incluso ha sido una de las grandes patrocinadoras del Foro Social Mundial. Petrobras realiza actividades en todos los países que cuentan con recursos energéticos: Venezuela, Bolivia, Colombia, México, Ecuador, Perú, EE.UU., e incluso en Angola y China.

Frente a este complejo de fuerzas, las posibilidades de un proceso integrador de corte desarrollista aparecen sumamente limitadas, entanto los grandes productores actúan con lógicas diferentes y en gran medida contrapuestas.

Não havendo disputas hegemônicas exacerbadas e recém-sepultadas as aspirações manipuladas derivadas da guerra fria, uma atmosfera de concórdia e unidade se estende como forma de realização das aspirações nacionais. As aspirações e geopolíticas do Brasil no âmbito do Cone Sul conformam um complexo de atividades deveras sugestivo e importante (SANTOS; DOTI; LIMA FILHO; GUERRA, 2014):

Necessário acrescentar neste ponto que o conceito de geopolítica está sendo usado em todo o seu espectro fundamental. Normalmente usado como referência a qualquer assunto com referência a relações internacionais e, portanto, tomado de certa vulgarização, a geopolítica guarda articulação, sem dúvida com diplomacia e relações internacionais, porém tendo como base o território, o espaço geográfico em questão. Neste aspecto fundamenta-se nosso texto uma vez que os projetos de UHEs abrangem territórios externos ao brasileiro e estando o espaço geográfico imbricado substancialmente nesses projetos. Com isso podemos ainda adiantar uma



conclusão relacionando o conceito de imperialismo com o de geopolítica ora posto: é o fato de que as UHEs constituem um verdadeiro projeto geopolítico imperialista.

O sentido do futuro

O imperialismo benévolo, definição evitada pela mídia e outras forças do status quo e substituída pela categoria potência, marcharia rumo a um novo milagre econômico agora também social, pois redentor da miséria. Este milagre seria derivado dos lucros do pré-sal e pela irresistível expansão do mercado interno e forte empuxe exportador, eixos de uma espiral virtuosa mais brilhante que a cúpula da catedral de Santa Sofia.

Contudo, quão mais o estado maior petista se afirma nessa rota, tão mais abandona seus conteúdos emancipatórios originais, ficando que está à estaca do centrão conservador e flertes mais à direita, aos quais se obriga aliar para permanecer no poder e ampliar nele o seu espaço. Isso implica em direitização do poder, regressão ideológica, des emancipação crescente, forma particular desse neoliberalismo social, neo desenvolvimentista, anti-colonial. Em sua benevolência, de certo modo assemelha-se aos trajetos formulados pelos seus comparsas russos e chineses.

Ao caminhar rumo ao seu ápice desnudando-se das suas vestes emancipatórias, nele se acentua o predomínio da bandeira anticolonial como afirmação do estado nacional, fato que paradoxalmente o enfraquece e o torna vítima provável das forças do imperialismo malévolo. Diga-se assim: a marcha do Brasil potência benévola e benfeitora vai enfraquecendo seu projeto nacional. Esta ocorre sob o império da fissão prolongada e sucessiva do núcleo original do PT, cujo penúltimo episódio foi a evicção do PSOL e a saída de Marina Silva o último. Repete-se a recente regressão histórica do PMDB e, grosso modo, do bloco de forças derrotado pelo golpe de 1964.



O momento histórico

Todavia, o momento histórico é outro e o sentido do processo, idem. Na ausência histórica de uma burguesia nacional autônoma, democrática, popular e dirigente, a nova pequena burguesia - ou classes médias, como queiram - em seu afã de realização social se apresenta na cena, para susto das velhas classes médias, com seu incontido apetite pelo poder a todo o custo e estonteante balé para nele manter-se. Quem, senão o estado lhe permitiria realizar tal tarefa propriamente burguesa? Ele é o capitalista coletivo através do qual esse estrato burguês se afirma entre as potências do capital como grande capital - propositalmente enfraquecido pelas privatizações, um dos mais importantes sentidos delas, aliás, - subvertendo, assim, o jogo monopolista privado. O estado liquidado pelo golpe de 64 possuía forte presença nacionalista, em momento histórico que ameaçava levar ao poder crescentes maiorias populares anti-imperialistas e, assim, passar à construção de um capitalismo nacional autônomo e soberano, popular e democrático. Tal projeto, assim como o socialismo chileno e outros arroubos nacionalistas - populistas, na vulgata pró-colonial - foi devidamente liquidado pela longa marcha da contrarrevolução capitalista, como bem notaram Florestam e muitos outros. Impôs-se, nesta, a revolução monopolista como obra mestra das ditaduras.

No entanto, este estado das novas pequenas burguesias urbanas no poder e dos movimentos sociais sob sua tutela, o estado do PT e aliados, deseja afirmar a sua autonomia para os negócios nacionais, para a mundialização do imperialismo brasileiro, benévolo e democrático. Ou melhor, para a mundialização solidária, pró-imperialista, capaz de inserir mundial e dinamicamente, com um mínimo de autonomia, esses negócios do capital monopolista nativo. E até de modo ecologicamente sustentável, como quer uma parte desses negócios, apoiadores generosos da candidatura de Marina Silva.

O neo desenvolvimentismo, projeto dessas forças, expressa esse rumo ao Brasil Potência, imperialista, anticolonial e antibelicista. Porém, de modo



inabalável, decidida a construir seu complexo industrial militar adequado à sua condição de potência terrestre e, agora, mais ainda do que antes, Atlântica, devido ao pré-sal. Este se torna objeto a exigir soberania nas águas territoriais brasileiras, como veementemente se expressou Jobim em conferência no forte de Copacabana (BBC-BRASIL, 3/11/2010). Uma miscelânea complexa, sem dúvida. Nada mais complexo que o decorrer das revoluções burguesas conservadoras.

O novo mito redentor

Atente-se para o mito da erradicação da miséria, servido expressamente como redistribuição de mais valia via orçamento público, ou seja, doação de certo valor para a minoração da fome secular, que não vem acompanhado da promessa de universalização dos direitos republicanos ou da democracia como poder crescente das maiorias politicamente emancipadas na república. Nem como expressão do controle sobre a reprodução social, seja sobre o capital financeiro, os meios de comunicação, a ciência e a tecnologia, a função social da terra ou o meio ambiente. Enfim, o anunciado fim da miséria não vem acompanhado pela emancipação nacional e social, como se a miséria fosse atributo exclusivo das maiorias trabalhadoras, dos miseráveis e não da sociedade da miséria, que a produz e reproduz desde os seus primórdios como forma histórica do capital, colonial e escravista. Como se a miséria não fosse uma forma de produção miserabilizante da riqueza. Conclui-se que:

É precisamente dentro desse panorama que o governo Lula insiste no ardil que aproxima neo desenvolvimentismo e assistencialismo, coadunados na dita ‘revolução silenciosa’, a qual visa à redenção brasileira. Em sentido diametralmente oposto, a pesquisa demonstrou que a dita ‘revolução silenciosa’ não está convertendo o Brasil em uma potência, mas está extraindo o produto da potência produtiva dos trabalhadores brasileiros e transferindo-o, como sempre ocorreu na história deste país, às burguesias estran-



geiras, guardada pequena proporção dessa riqueza à burguesia nativa, sua parceira menor. A partir dessas constatações, nota-se que o PT opera não uma ‘revolução’, mas sim uma contrarrevolução, desocupada da pobreza abissal em que vegetam 78% da classe trabalhadora brasileira (MACEDO & LIMA FILHO, 2013).

Por fim, os dois projetos históricos imperialistas em disputa, colonial e anticolonial, promovem guerra de vida ou morte para ver quem, com mais zelo, carrega os despojos do país herdado da contrarrevolução capitalista. A última flor do Lácio desabrocha nos funerais das emancipações.

O novo capital e o futuro

O PT cumpre fielmente uma agenda política e econômica dos cristãos novos do neo desenvolvimentismo, na vã esperança de que o capitalismo construído por eles imporá uma agenda social avançada ao capital monopolista, cujos reclamos vão atendendo a ferro e fogo, através do inaudito presidencialismo de coalizão. Os impasses derivados da via política de execução desse desígnio vão, entretanto, colocando cada vez maiores obstáculos ao alcance do sucesso dessa estratégia. Acredita que a questão dos limites históricos impostos ao destino deste capitalismo pela particularidade deste não passa de uma fantasiosa elucubração dos dialéticos e críticos em geral. Não consegue ver que a montanha que se ergue à sua frente, cada vez mais intransponível, nada mais é do que o complexo de contradições insuperáveis, próprio desta sociedade do capital no sentido de bloquear qualquer veleidade de capitalismo emancipado econômica e politicamente. Dito de outro modo, ao adotar uma premissa positivista de apreensão da história, a ideologia do melhorismo mostra-se, como não poderia deixar de ser, crescentemente incapaz de caminhar no rumo do desenvolvimento com justiça social como reza o programa de governo (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007) e, ao final, tal como se desenrola agora diante dos perplexos olhares dos



desavisados, nova etapa da tragédia com hora marcada da ortodoxia liberal contra os interesses vitais das classes assalariadas, ou seja, das maiorias trabalhadoras do Brasil. Evidencia-se com extrema dramaticidade o alto nível de subalternidade política e econômica do executivo nacional recém-eleito aos interesses do capital financeiro transnacional e, muito em particular, ao seu ramo bancário brasílico (METRI, 2015; COUTINHO, 2015). Em tal medida, a ponto de colocar em estado e inevitável degradação as conquistas melhoristas dos governos liberais sociais anteriores, marca registrada das presidências do PT. Mais que todas, o retorno da miséria ao seu leito histórico original, ao ventre fértil do capitalismo da miséria (MACEDO & LIMA FILHO, 2013).

Pesa sobre a questão energética ser dela o seu vetor estratégico, ao colocar sob ameaça, com estes episódios envolvendo a existência de corrupção nos escalões superiores da Petrobras, os destinos do Pré-sal e da própria empresa (COUTINHO, 2015), destinado a se transformar em ponto de inflexão a um nível de subalternidade nacional mais que hiper potenciado (BENAYON, 2015).

A liquidação do real perigo emancipador conferido ao Brasil pela existência e exploração do pré-sal, apesar de seu estatuto subordinado (BENAYON, 2014; METRI, 2014; SOARES, 2014), diminuiria o grau de incerteza do imperialismo norte-americano para com o controle estratégico do Cone Sul.

É do conhecimento da comunidade científica o vigor com que a potência imperial do norte cerca o continente com inúmeras bases avançadas (CECEÑA, 2013). A estratégia insurrecional da oposição venezuelana, de desgaste do herdeiro do chavismo, Nicolás Maduro, bem escancara as ferramentas do arsenal golpista e seus mestres e mecenas (GUERRERO, 2015). Afirma Ceceña:

Atentados desestabilizadores como el golpe de estado en Honduras, la movilización separatista de la media luna en Bolivia, el intento de golpe en Ecuador y todos los que se han puesto en juego en Venezuela, uno tras otro desde hace más de diez años,



forman parte ya de la mecánica geopolítica habitual. Se están construyendo procesos de postcapitalismo en un escenario de guerra y hay que estar preparados. La del siglo XXI es una guerra a la vez abierta y encubierta, específica e inespecífica y con modalidades multidimensionales que combinan variantes menos bélicas como los ataques financieros con otras como las de conmoción y pavor (2013).

Igualmente, outro vetor, ainda pouco assimilado pela comunidade de pesquisa, qual seja o vinculado ao comprometimento hidrológico irreversível dos principais aquíferos do território nacional, passível de ser sintetizado como o derivado da *destruição do cerrado* (BARBOSA, 2014). Agravado pelo já em andamento, processo de alteração hidrológica catastrófica (BERMANN, 2015). Somado aos equívocos das soluções energéticas, em especial no setor elétrico, o quadro de crise que se abre é deveras preocupante, tal como afirma Bermann (2015).

Como centro dinâmico desses dois momentos (e da sociedade mundial capitalista) está o surgimento e expansão do novo capital, o microeletrônico, derivado do avanço incontido do quarto órgão da máquina no interior do capital financeiro como suposta infalível estratégia de conquista da competitividade (BACCHI, 2014). Tal condição de sua evolução garante a estabilidade irreversível da crise estrutural do capital, desde agora permanente, agravando exponencialmente a já desastrosa bolha de capital fictício, desde sempre imanente ao capital financeiro e já sem medida pela corrida desabrida do novo capital.

Devido a estarmos em fase final da revolução industrial surgida em finais do século XVIII com o surgimento do novo capital, expressão do 4º órgão da máquina, a mundialização se processa sob a férula da guerra infinita proclamada pelos EUA como estratégia de competitividade e manutenção das posições econômicas e políticas imperiais. Sua marcha se vê em permanente e irremediável acúmulo de contradições insolúveis, de modo a poder o



império norte-americano ser caracterizado por Escobar como *Império do Caos* (ESCOBAR, 2014).

Nesse quadro de guerra convém assinalar dois processos deveras preocupantes para a humanidade: o esfrelamento da aliança estratégica entre a classe trabalhadora sindicalizada e os setores antibelicistas do capital financeiro – vítima da emergência do novo capital - que se expressava no pós guerra no poder incontestado do Partido Democrático sobre o bloco conservador belicista do Partido Republicano – e consequente desaparecimento do estado do bem estar social construído com o New Deal, a ascensão da ideologia neoliberal como verdadeira contrarrevolução ideológica e política de expressão mundial, como guerra contra as conquistas emancipadoras da classe trabalhadora e espaços nacionais neocoloniais em todo o planeta.

A degradação ideológica impulsionadora e garantidora desse processo mundial (o definhamento mundial dos cursos de graduação em economia são disso um atestado mais do que gritante), por sua vez, ao conduzir a política internacional do império, vai criando situações de conflitividade crescente, ao ponto de hoje estarmos a braços com o retorno da guerra fria a um nível de hostilidade jamais visto desde o pós-guerra (COHEN, 2014; ESCOBAR, 2014). A demonização de Putin, à semelhança do que já fora feito com Sadam, Khadaffi, Chavez e outros líderes nacionais, é no mínimo assustadora por se tratar do dirigente de uma potência nuclear de primeira ordem, de modo que o primarismo da posição ideológica coloca a guerra à quente em primeiro plano. Isso depois de promover um golpe de estado na Ucrânia ao estilo latino-americano, em espaço histórico-político-econômico estratégico para a Rússia (ESCOBAR, 2014).

Esse mesmo processo apresenta a intrigante faceta do declínio efetivo da unipolaridade imperial dos EUA, como nos afirma Engelhardt:



Despite much talk about the rise of a multi-polar world, this still remains in many ways a unipolar one, which perhaps means that the wounds Washington has suffered on numerous fronts in these last years are self-inflicted.

Just what kind of decline this represents remains to be seen. What does seem clearer today is that the rise of the national security state and the triumphalism of the corporate sector (along with the much publicized growth of great wealth and striking inequality in the country) has been accompanied by a decided diminution in the power of the government to function domestically and of the imperial state to impose its will anywhere on Earth. (ENGELHARDT, 2014)

Do mesmo modo, outra faceta preocupante e talvez explicativa no que se refere à degradação da qualidade intelectual da política externa norte-americana é a expansão do poder do executivo, em especial das agências de segurança, para muito além das suas atribuições constitucionais (ENGELHARDT, 2014).

Convém também salientar, nesse contexto, a profunda, para não dizer radical, alteração geopolítica derivada do conflito ucraniano, o estabelecimento de acordo energético de longa duração da Rússia com a China e a ainda mais decidida reafirmação de um polo político em torno dessa aliança, capaz de atrair a Europa, em especial a Alemanha, fato que restringiria ainda mais o poder de arrasto dos EUA nessa região (ESCOBAR, 2015).

Desse modo a importância relativa de outras zonas petroleiras aumenta sobremodo, de tal modo a expandir a relevância, em especial na América do Sul, da Venezuela e do pré-sal brasileiro (METRI, 2015). Em igual medida intensifica-se a pressão política e econômica sobre elas.

A crise permanente nos oferece estreito campo de alternativas de futuro. Para Beinstein, para que o mito grego dos uróboros não se transforme na expressão definitiva da crise do capitalismo, tal como se vê contemporaneamente, se necessita a transformação pós-capitalista (BEINSTEIN, 2014; 2012). Por seu turno, também para Katz (2009) se exige a liquidação do



modelo primário-exportador que se configura como a forma de inserção da América Latina nessa nova divisão internacional do trabalho (KATZ, 2009). Ambos assinalam o enfraquecimento da capacidade de resposta política das maiorias trabalhadoras, fato que poderia dar longo fôlego à regressão anti-industrialista da região (GONÇALVES, 2014; FILGUEIRAS, 2014).

Alguns futuros previsíveis, contudo podem ser formulados para o plano mundial assim como para o Brasil, muito especialmente para a expansão hidrelétrica amazônica.

Acreditamos ser importante o questionamento de Urry ao explorar os limites históricos do destino da China no contexto desta fase da divisão internacional do trabalho (URRY, 2013). A impossibilidade de mimese plena do destino chinês com seu congênere norte-americano de imediato nos coloca diante de um dilema quanto ao grau insuportável das contradições mundiais derivadas da aproximação chinesa dos patamares contemporâneos do *american way of life*. Outros aspectos da realidade chinesa são estudados por Chan (2013), em especial a situação da classe trabalhadora na mundialização.

Não somente no curto prazo, mas principalmente no longo prazo, os temas concernentes ao destino da Rússia (KARA-MURZA; KULPIN; KAGARLITSKY; GURIEV; CHAUVIER etc. merecem especial atenção, dado o seu papel central na construção da nova ordem mundial do capital, ao lado da China.

Os futuros possíveis

É evidente que necessitamos de panoramas globais para podermos tratar dos temas dos futuros possíveis. Vários autores se debruçam sobre as questões científicas necessárias para tal empresa, tais como Bacchi, Dagnino, Sapir, Amin, Max-Neef etc. No campo da crítica da economia política, momento crucial desse esforço, vários autores realizam pesquisas deveras relevantes, tais como Oliveira, Mészáros, Arrighi, Beinstein, Katz e outros. Acreditamos



que os trabalhos de Bacchi (2009, 2013), Silva (2013, 2014), Lessa (2014), Doti (2014), Guerra (2014), Sevá (2013) e outros conseguem nos fazer aproximar de níveis elevados de aproximação aos processos contemporâneos, de caráter sócio econômico e energético, políticos e sociais, apesar de que os fundamentos mais íntimos da crise ainda não estejam claros.

Com exceção de Bacchi (2008, 2013), a crise contemporânea ainda é vista no âmbito exclusivo da ampliação do capital fictício e da financeirização, processos reais e deveras importantes, embora não nos digam nada sobre as transformações vitais no âmbito do capital industrial (financeiro) produtivo.

Acreditamos que a dinâmica vital desta fase de finalização da Revolução Industrial iniciada no século XVIII se encontra no surgimento do 4º órgão da máquina, descoberta por Bacchi. É ele que impõe ao capital a fuga ao modo sinusoidal de desempenho temporal da crise econômica cíclica e faz com que os capitais se atropelem no curto e curtíssimo prazo no empenho individual (das corporações) de ampliar sem cessar os estágios da evolução do órgão de controle da máquina, capaz de assim ampliar sem mais limites técnicos o âmbito da atuação dos sistemas de máquinas.

O errático desenrolar-se da crise capitalista mundial, do tipo *stop and go*, deve-se ao surgimento e expansão desse órgão como nova força produtiva vital do capital, aquela que faltava para que o caminho da expansão dos sistemas de máquinas não mais esteja bloqueado entre ramos industriais sob barreiras intransponíveis, tal como ocorreu até a entrada em cena da microeletrônica vinculada ao surgimento do órgão de controle.

É a aceleração fantástica da história promovida pelo novo órgão da máquina que empurra o capital à etapa contemporânea da mundialização, o que conferirá ao capital financeiro tamanho poder, ainda mais incontível nos espaços nacionais e capaz de fazer retroceder tão rapidamente a sociabilidade mundial, ao ponto de podermos falar em nova barbárie e, nela, o ressurgir da possibilidade das trevas de nova guerra mundial.



É evidente que tal aceleração da história implicará em aceleração do assalto à natureza pelo capital. Este tipo específico de assalto nos coloca diante da vital e urgentíssima] premência de solução dos dilemas energéticos, ao lado da preservação dos fundamentos da vida no planeta.

Como bem observa Urry (2013):

It is thought that most of the 85 per cent of the world's population not owning a car now would own one if they could in order to develop those social practices that presuppose private vehicles. If many of those in developing countries do acquire 'western' levels of private car ownership, then this will transform domestic transport infrastructures, road safety, global world fuel resources, global environment and especially ensure that climate change is unstoppable (SPERLING and GORDON, 2009: 4).

A expansão do modo norte-americano de vida como padrão mundial, constatamos, já será de por si uma guerra genocida de fantástica eficácia contra a humanidade. Daí ser a questão energética nacional brasileira – inserida na mundialização controlada pelo capital financeiro – matéria de vital importância para todos e cada um de nós, nativos desta terra.

Os destinos dos índios, ribeirinhos e miseráveis deslocados de lá e para lá não são menos importantes do que os destinos dos núcleos humanos mais distantes das novas hidrelétricas amazônicas. A catástrofe é o destino nas novas regiões hidrelétricas, mas não menos será o da nação brasileira (SEVÁ, 2013).

Referências

- AMIN, Samir. *El estado de la cuestión. La defensa de la humanidad exige la radicalización de los movimientos populares*. Paris: El viejo topo, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith en Pekin, Orígenes y fundamentos del siglo XXI*. Madris: Ediciones Akal, 2001.



- BACCHI, Sergio. *Historia da automação industrial. A evolução da máquina*, 01/01/2013.
- _____. *La crisis final del capitalismo. El hombre y la máquina*. Santiago, Chile: Ernesto Carmona editor, 2008.
- BARBOSA, Altair Sales. “O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água”. Canal 41, Goiania, 2014 http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=27931&cod_canal=41.
- BEINSTEIN, Jorge. *Autodestrucción sistémica global, insurgencias y utopías*. Universidad Nacional Autónoma de México, 23 al 25 de Octubre de 2012.
- _____. *Convergencias. Origen y declinación del capitalismo*. Jueves 23 mayo, Auditorio Alcaldía Girardot, Maracay, 2012.
- _____. *Do fim do começo ao começo do fim. Capitalismo, violencia e decadencia sistémica*, 2014. http://resistir.info/beinstein_violencia_jun14.html.
- BELLUZZO, Luiz. Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”, *REP*, nº01, vol IV, 1995.
- BENAYON, Adriano. *Brasil leiloado*. 17 Maio 2013.
- _____. *China, EUA, Brasil*.
- _____. Momento decisivo. *Correio da Cidadania*, 27/02/2015.
- _____. *O Brasil e a Petrobrás*.
- BERMAN, Célio. Entrevista a Valéria Nader. *Correio da Cidadania*, 27/02/2015.
- _____. Impasses e controvérsias da hidreletricidade, *Rev IEA USP*, abril, 2007.
- BERNAL, Raul Ornelas. Saberes de la dominación. Panorama de las empresas transnacionales en America Latina. *Agenda de investigación*. Mexico: UNAM, 2010.
- CECEÑA, Ana Esther Martorela. La dominación en espectro completo sobre América, publicado en *Patria*, nº 1, diciembre 2013 (Ecuador: Ministerio de Defensa Nacional) http://www.geopolitica.ws/media/uploads/cecena_patria_con_mapas.pdf.
- _____. La concepción de integralidad y las integraciones descolonizadoras. El nuevo repertorio americano, Año 1, No 0, mayo 2013. Caracas, pp. 27-38, http://www.geopolitica.ws/media/uploads/integralidad_en_las_integraciones_descolonizadoras.pdf.



- CHAN, Anita. Toujours plus bas ! Les effets de la mondialisation sur les conditions de travail en Chine *Revue perspectives chinoises*. Perspectivas chinoises 2003 <http://perspectiveschinoises.revues.org/signaler10>.
- CHAUVIER, Jean-Marie. Aux origines de l'autoritarisme actuel. Octobre 1993, le libéralisme russe au son du canon. *Le Monde Diplomatique*, octobre 2014, p.14-15.
- DAGNINO, Renato Peixoto. *Contribuições para uma nova Política de Ciência e Tecnologia*. UNICAMP, janeiro de 2011.
- _____. *Para una nueva Política de Ciencia y Tecnología en América Latina: contribuciones de la experiencia brasileña*. UNICAMP, 2013.
- DAGNINO, Renato Peixoto. *Premissas para uma Política de C&T de esquerda*. UNICAMP, 2013.
- ENGELHARDT, Tom. *A exceptional decline for the exceptional country? The Empire as a basket case*. 2014, 03, juin Tomdispatch.
- _____. *Who rules USA?* 2014. Tomdispatch, in <http://www.tomdispatch.com/blog/175876>.
- ESCOBAR, Pepe. 2015 será o ano do Irã, China e Rússia, *Revista Fórum*, 05/01/2015
- _____. China mock divide end rule. *Asian Times*, 23/12/2014.
- _____. China pivot fuels Eurasian century, *Asian Times*, 24 May 2014.
- _____. *The empire of chaos*. NY, Nimble Books, 2014.
- _____. Washington plays Russian roulette, *Asian Times*, 21/11/2014.
- Fato*, 20/02/2014.
- FILGUEIRAS, Luiz. A crise econômica mundial e seus efeitos sobre a economia brasileira. Salvador, *A tarde*, 2008.
- _____. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. *Revista Crítica Marxista*, 30,15/04/2010.
- _____. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*, 2006.
- _____. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*, versão preliminar, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A Luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina, in Observatório Latinoamericano de Geopolítica, <http://www.geopolica.ws>.



- _____. Água Não Se Nega a Ninguém (A Necessidade de Ouvir Outras Vozes) Observatório Latinoamericano de Geopolítica, <http://www.geopolitica.ws>.
- GONÇALVES, Reinaldo. Os traidores sempre acabam por pagar por sua traição, *Correio da Cidadania*, 2014.
- GUERRERO, Modesto Emilio. El desabastecimiento está programado para desquiciar la gobernabilidad de Maduro. Buenos Aires, 29 de enero de 2015, <http://kaosenlared.net/venezuela-modesto-emilio-guerrero-el-desabastecimiento-esta-programado-para-desquiciar-la-gobernabilidad-de-maduro>.
- _____. *El golpe en marcha. Avanzar o retroceder*. Buenos Aires, Febrero 2015.
- GURIEV, Sergei; Rachinsky, Andrei. The Role of Oligarchs in Russian Capitalism, *Journal of Economic Perspectives* –Volume 19, Number 1–Winter 2005–Pages 131–150.
- <http://www.diarioliberdade.org/opiniom/opiniom-propia/38443-brasil-lei-loadado.html>.
- <http://www.diarioliberdade.org/opiniom/opiniom-propia/48606-china,-eua-e-brasil.html>.
- <http://www.diarioliberdade.org/opiniom/opiniom-propia/53175-o-brasil-e-a-petrobr%C3%A1s.html>.
- <http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2014/sep/02/dying-russians/>
- KAGARLITSKY, Boris. *A civilização soviética*, Moscou.
- _____. Selling out russian forests. *The Moscow Times*, 01 july 2004.
- KARA- MURZA, Sergei. *A economia da URSS*. Moscou: Algoritm, 2012 (em russo)
- KATZ, Claudio. *Crisis global I: Un respiro en la turbulencia*, 02/10/2009.
- KULPIN, E. S. КУЛЬПИН, Э. С. Точка невозврата, История и современность, nº 1, март 2013 3–23.
- LIMA FILHO, Paulo Alves. *O campo do futuro. Educação em transe*. mimeo, 2015.
- LIMA FILHO, Paulo Alves; DOTI, Marcelo Micke; GUERRA, Sinclair Mallet Guy. *O campo do futuro*, 2014, mimeo.
- MACEDO, Rogerio Fernandes; LIMA FILHO, Paulo Alves de. A miséria da política e a política da miséria sob o governo Lula. 2013. In 1 In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES.



- MAX-NEEF, Manfred. *Human scale development. Conception, application and further reflections*. New York, The Apex Press/Council on International and Public Affairs, United Nations, 1991.
- METRI, Paulo. Brasil de 200 milhões de barris. *Correio da Cidadania*, 27/02/2015.
- _____. O futuro do pré-sal e a vergonhosa história do petróleo. *Correio da cidadania*, 6-12-2014.
- _____. Obrigado, Bloomberg! *Correio da Cidadania*. 25 outubro 2014, http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10169:submanchete221014&catid=72:imagens-rolantes.
- _____. Petrobras. *Correio da cidadania*, 27-02-2014.
- OLIVEIRA, Francisco (entrevista a Marcelo Siqueira Ridenti e Flávio da Silva Mendes) Do dualismo ao ornitorrinco, caderno CRH, Salvador, v. 25, 66, p. 601-622, Set./Dez. 2012.
- _____. O avesso do avesso. *Revista mensal Piauí*, nº 37, outubro 2009.
- ORNELAS, Raul. *Saberes de la dominación. Panorama de las empresas transnacionales en América Latina*. Agenda de investigación, UNAM.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *O exemplo mexicano*, FSP, 18/02/2015, A3.
- Presidência da República, Agenda para o Brasil*, 2007 <<http://www.nae.gov.br/cadernos-nae.htm>>.
- SAPIR, Jacques. Quand la mauvaise foi remplace l'économie: le PCF et le mythe de "l'autre euro". *Revue Economie et Politique*, Junho 16, 2013.
- SEVÁ FILHO, Arsenio (entrevista a Valeria Nader). Grandes e polêmicas obras serão chamadas, no Brasil, a 'salvar' o capitalismo global. *Correio da Cidadania*, Qui, 11 de Agosto de 2011.
- _____. Tópicos de Energia e Ideologia no início do século XXI : desenvolvimentismo como panaceia ? sustentabilidade como guia de corporações poluidoras?, novembro de 2002. Associação Nacional de Pesquisa e Pós – Graduação em Ambiente e Sociedade , Campinas, SP, Brasil, novembro de 2002.
- _____. “A era final das grandes represas e transposições entre bacias fluviais: assumir e aliviar os passivos existentes, restringir e cancelar projetos”. Conferência apresentada na sessão Alternativas a las Estrategias de Grandes Obras Hidráulicas do Encuentro por una Nueva Cultura del Agua en América Latina, Fortaleza, Ceará, Brasil 07 dezembro de 2005.



_____. Populações e Territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul 1
In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SÈVE, Lucien & Alii. *Émergence, complexité et dialectique. Sur les systèmes dynamiques non-lineaires*. Paris: Odile Jacob, 2005.

SÈVE, Lucien. *La dialectique en France: une audience à reconstruire*. Espaces Marx 30.IX/1.X.2005

URRY, John. Carbon capitalism and the problem of energy, *Journal of globalization studies*, vol. 4 no. 1, may 2013 78–8

КУЛЬПИН, Э. С. Точка невозврата, История и современность, №1, март 2013 3–23.

Paulo Alves de Lima Filho

Faculdade de Tecnologia de Mococa/FATEC/São Paulo/BR

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: Novembro de 2014

Bacia do Rio da Prata: espaços e fronteiras nativas¹

Vlademir José Luft

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ/ Rio de Janeiro/BR

Samuel Lage

Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos/UniMSB/ Rio de Janeiro/ BR

Daniele Vieira

Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos/UniMSB/ Rio de Janeiro/ BR

Resumo

Considerando a proposta temática do encontro: *‘Pensando Nações através de Regiões’* e a intenção do simpósio temático *‘Estudos Culturais, História da Arte e Arqueologia’*, que visa “[...] reunir comunicações que contemplem temas provenientes das intersecções entre Estudos Culturais, História da Arte e Arqueologia, bem como das questões de ordem específica de cada uma das temáticas”, propomos apresentar uma reflexão, fruto de projeto de pesquisa que tem por objeto a História Indígena e por objetivo analisar e identificar o nativo a partir de crônicas, relatos, descrições e observações, produtos de viagens daqueles que passaram, ou percorreram, o território hispânico na América.

Palavras-chave: História nativa; bacia do Rio da Prata; Arqueologia; história sul-americana.

¹ Trabalho inscrito, para apresentação, no Simpósio Temático 7 – Estudos culturais, História da Arte e Arqueologia do III Congresso Internacional de História Regional, em Passo Fundo (RS) e no Simpósio Temático 4 – A América espanhola e suas conexões coloniais: trânsitos, poderes e disputas, do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, em Florianópolis (SC).



Resumen

Teniendo en cuenta el tema propuesto para la reunión: “Pensando Naciones por Regiones” y la intención del tema del simposio ‘estudios culturales, Historia del Arte y Arqueología’, cuyo objetivo es “[...] junto comunicaciones que abordan temas de las intersecciones entre los estudios culturales historia del arte y arqueología, así como las cuestiones de orden específico de cada una de las temáticas”, se propone presentar una reflexión, un proyecto de investigación de la fruta que se dedica a la historia de la India y para analizar e identificar al nativo de crónica, informes, descripciones y observaciones, productos de viaje de aquellos que han, o viajado, el territorio hispano en los Estados Unidos, especialmente América del Sur.

Palabras clave: Historia de los nativos; la Cuenca del Plata; la Arqueología; la historia de América del Sur.

Abstract

Considering the proposed theme of the meeting: ‘Thinking Nations by Regions’ and the intention of the symposium theme ‘Cultural Studies, History of Art and Archaeology’, which aims to “[...] together communications that address issues from the intersections between Cultural Studies History of art and archeology, as well as issues specific order of each of the thematic”, we propose to present a reflection, a research project of fruit which is engaged in the Indian history and to analyze and identify the native from chronic, reports, descriptions and observations, travel products of those who have, or traveled, the hispanic territory in America

Keywords: Native history; the River Plate basin; Archaeology, south american history.



Considerando a proposta temática do XXVIII Simpósio Nacional de História: *‘Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios’*, acontecido em Florianópolis (SC), no último mês de julho, e a intenção do simpósio temático *‘A América espanhola e suas conexões coloniais: trânsitos, poderes e disputas’*, que visava “*enfocar dimensões da história colonial hispano-americana, tais como os trânsitos e intercâmbios materiais e imateriais nos domínios espanhóis e nas regiões de fronteira com os espaços portugueses, ingleses e franceses*”; e agora a proposta deste III Congresso Internacional de História Regional, que tem por temática *‘Pensando Nações através de Regiões’*, e a proposta do simpósio temático *‘Estudos Culturais, História da Arte e Arqueologia’*, que visa “[...] *reunir comunicações que contemplem temas provenientes das interseções entre Estudos Culturais, História da Arte e Arqueologia, bem como das questões de ordem específica de cada uma das temáticas*”, propomo-nos apresentar uma reflexão, fruto de projeto de pesquisa que tem por objeto a História Indígena² e por objetivo analisar e identificar o nativo a partir de crônicas, relatos, descrições e observações, produtos de viagens daqueles que passaram, ou percorreram, o território hispânico na América, especialmente o Sul-americano, entre os séculos XVI e XVII, identificando, por fim, possíveis sociedades, seus espaços de ocupação e suas culturas.

Serão estes dados, provindos destas fontes, somados a outras referências históricas e antropológicas, que conduzirão a grupos sociais específicos, determinados e identificados; e que poderão levar a uma história antiga de sociedades nativas, atuais ou esquecidas (perdidas) no tempo.

Embora o uso, por parte principalmente da Antropologia do termo índio como sinônimo de sociedades nativas seja normal e frequente, é necessário esclarecer que utilizaremos o termo nativo, que identifica o original, o autóctone, em detrimento do termo índio, que teve o sentido de representar o nativo das índias, destino dos ‘descobridores’. Fazemos isso por entender ser inadequado continuar chamando-os de tal forma, usurpando-lhes a identidade.

² “Crônicas, relatos, descrições, observações e representações: possibilidades e limites para uma nova história indígena da América hispânica Sul-americana”.



Por nosso trabalho destinar-se a encontrar este nativo (re)conhecendo sua identidade, torna-se obvio, pertinente e necessário nominá-los, seja genericamente, de nativos, seja especificamente, pelo próprio nome. Vale ressaltar que neste caso pode tratar-se do nome utilizado pelo grupo ou por seus similares, e/ou pelo europeu, estabelecido, por exemplo, a partir de uma característica física, geográfica ou linguística.

Como, a partir de 1507, no *mapa mundi* (*Universalis Cosmographia*), do cartógrafo alemão Martin Waldseemüller³, o novo continente, já chamado de Novo Mundo, tornou-se América, reconhecendo não ser este território as tão sonhadas índias, seria natural deixar de chamá-los de índios e passar a chamá-los de nativos americanos e/ou por seu nome nativo ou Europeu, neste caso esclarecendo sua origem.

Apesar da amplitude dessa América hispânica, que abarca desde a parte Sul dos Estados Unidos, a América Central e a América do Sul, Andina e sua região Noroeste, o recorte geográfico do projeto original está limitado, especificamente, aos Vice-Reinos⁴ do Peru (criado em 1542) e do Rio da Prata (criado em 1776), bem como a Capitania Geral⁵ do Chile (ocupada a partir de 1541).

³ The oldest map with the name America of the year 1507 and the carta Marina of the 1516 by M. Waldseemüller (Ilacomilus), edited with the assistance of the Imperial Academy of Sciences at Viena by Prof. Jos. Fischer and Prof. Fr. R. V. Wieser, Innsbruck, Wagner'sche Universitäts-Buchhandlung, 1903.

⁴ O título de Vice-Rei foi usado, primeiro, para designar os governadores de certos territórios da Coroa de Aragão e da Coroa de Espanha. A partir do século XVI foi utilizado pelos governadores ultramarinos, responsáveis por vastos territórios chamados Vice-Reinos. – CEBALLOS, R. À margem do Império: autoridades, negociações e conflitos – modos de governar na América Espanhola (séculos XVI e XVII), *Saeculum – Revista de História* (21); João Pessoa, jul/ dez, 2009.

⁵ Capitania-geral é a denominação dada às divisões administrativas dos territórios do Império Espanhol e do Império Português, governada por um capitão-geral. No Império Português as capitanias-gerais eram administradas pela Coroa, ou a donatários, atribuídos, a título hereditário, a senhores comerciantes amigos da Coroa. Estas, a partir do governo do Marques de Pombal, as donatárias existentes, foram substituídas por capitanias-gerais. Em Portugal as capitanias-gerais duraram, nos Açores e na Madeira, até 1832, quando foram transformados em provi-



A partir disso, todo e qualquer documento que mencione ou trate das sociedades nativas dessa parte da América Hispânica passam a ser uma fonte, que conforme propõe Silva & Silva (2009)⁶, é “*tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento*”, passíveis de todos os questionamentos pertinentes, onde “*questionar o documento não é apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer sua origem, sua ligação com a sociedade que o produziu.*” É a partir deste entendimento que os buscaremos e os trataremos.

É assim que, se a afirmativa de Ricoeur (1982)⁷ de que “*el tiempo se hace tiempo humano en cuanto se articula de modo narrativo: a su vez, la narración es significativa en la medida en que describe los rasgos de la existencia temporal*”, ainda puder ser considerada e levarmos em conta que ao falar em Novo Mundo estamos falando de um mundo Moderno, ainda renascentista, onde a Europa é o centro do pensamento ocidental, veremos que estes documentos, sobre e acerca do Novo Mundo, “*La mayor cosa después de la Creación del mundo sacando la encarnación y muerte del que lo crió, es el Descubrimiento de Indias.*” (LÓPEZ DE GÓMARA, 1553)⁸, são testemunhos de algo sem precedente, algo nunca visto, nunca registrado, expressos em tons de espanto e admiração (PERRY, 2008)⁹.

dências, governadas por prefeitos. - VITALE, L. Contribución al Bicentenario de la Revolución por la Independencia de Venezuela, Universidad de Chile, 2002

⁶ SILVA, K. V. & SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*, 2. ed., São Paulo: Contexto, 2009.

⁷ RICOEUR, P. *La función narrativa y la experiencia humana del tiempo*. Traducción de Victoria Undurraga, en revista Escritos de Teoría, V. Santiago de Chile, octubre de 1982, pp. 70-91.

⁸ LÓPEZ DE GÓMARA, F. *Hispania Victrix: Primera y segunda parte de la historia general de las indias con todo el descubrimiento, y cosas notables que han acaecido donde que se ganaron hasta el año de 1551: con la conquista de México y de la Nueva España*. Impreso en Medina del campo España: Guillermo de Millis, 20 de agosto 1553. Biblioteca Nacional de Chile, Sala Medina.

⁹ PERRY, V. R. La crônica: la narración del espacio y el tiempo, *Andamios*, v. 5, n. 9, diciembre, 2008, pp. 25-46.



Portanto, ao ler, pensar e discutir documentos de toda ordem, devemos vê-los, também, como reflexo de uma sociedade que, como propõe Heller (1982)¹⁰, “vivía por completo en el presente y para el presente. [...] El futuro se imaginaba como continuación y repetición del pasado, [...] sin ninguna transformación sustancial del presente.” Testemunha de algo inédito, este homem estava embriagado por ‘un mundo de novedades’: nuevos espacios y gentes, nuevas criaturas y lenguas, nuevas riquezas y poderes.” (PERRY, 2008)¹¹. Narrar isso tudo seria então “enredarse en historias, es ceder a la seducción de lo nuevo, acogerlo, afirmarlo y convocarlo, y con ello poner en juego mi identidad.” (PERRY, 2008)¹². Nesse sentido, Giannini (1987)¹³ propõe que esta narração seria

[...] esencialmente a un modo de ser con los otros, a un modo de acoger y ser acogido, a un modo cuyo hábitat natural, en los niveles primarios de la cotidianidad, es la charla y la conversación. [...] la narración es básicamente un método (un caminho o dos) para acceder y comprender la realidad. En efecto, la narración, y aquí está inserta la crónica como relato, consigue dar cuenta de lo que sucede: Se narra lo que pasa, y justamente, por pasar no queda; salvo en la palabra que lo narra, salvo en la palabra del narrador que lo restituye a la realidad tal vez para iluminar ésta en su ser pasajero, tal vez por pura diversión.

Da mesma forma, Añon & Rodriguez¹⁴ afirmam que “en los siglos XVI y XVII, la historiografía europea se hallaba en un momento de transición, que las cró-

¹⁰ HELLER, A., Op. cit., 1982, p. 136.

¹¹ PERRY, V. R., Op. cit., 2008, p. 30.

¹² Idem, Op. cit., 2008, p. 39.

¹³ GIANNINI, H. *La reflexión cotidiana: hacia una arqueología de la experiencia*. 4. ed., Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1987, p. 78.

¹⁴ AÑON, V. & RODRIGUEZ, J. ¿Crónicas, historias, relatos de viaje? Acerca de los nuevos estudios coloniales latino-americanos, apresentado VII Congreso Internacional Orbis Tertius de Teoría y Crítica Literaria, publicado na *Revista Orbis Tertius*, disponível em <http://www.orbistertius.unlp.edu.ar/congresos/>



nicas contribuyeron a profundizar”, cabendo aos viajantes do Novo Mundo a narração, intensa, do vivido, para que aqueles que nunca poderiam estar pudessem sentir tal vivência.

Outro ponto destas considerações é como tratar *estes documentos*. Walter Mignolo (1982)¹⁵, sob a ótica de uma produção literária, entende que

La organización de la prosa narrativa del periodo colonial, en las letras hispanoamericanas, presenta un problema tipológico que puede dividirse en dos instancias: la una, que corresponde a lo que aquí denominaremos formación textual, pone de relieve lo tipológico en el carácter literário o no literário de los escritos sobre el descubrimiento y la conquista; la otra, que corresponde a lo que aquí llamaremos tipos discursivos presenta un nivel clasificativo interno en el cual debe considerarse a qué tipo pertenecen los discursos actualmente - y en su generalidad- considerados como crónicas. [...] Entre estas dos alternativas hay también una solución que han practicado la mayoría de los historiadores de las letras hispanoamericanas, Esta es la de considerar tales escritos como crónicas literárias y organizarlas por períodos. Lo que se pone en juego, en este caso, es la adecuación de las diferentes periodizaciones propuestas.

Mas afinal, que texto é expreso nas crônicas, relatos, descrições e observações? Mignolo (1982)¹⁶ estabelece que “*Lo definiremos, como un acto verbal conservado en la memoria colectiva y de alta significación en la organización de una cultura*”, considerando que “*Una cultura puede considerar significativos no sólo los textos escritos en la lengua de la cultura, sino también aquellos que, escritos en otra lengua significan, de una manera o de outra (determinable en cada caso), en la cultura en cuestión.*” A partir

viicitclot/Members/spastormerlo/actas-del-vii-congreso-internacional-orbis-tertius-1/ponencias/AnonRodriguez.pdf.

¹⁵ MIGNOLO, W. Cartas, crônicas y relaciones del descubrimiento y la conquista, in: *Historia de la literatura hispano-americana*, tomo I, Madrid: ediciones Cátedra, 1982, pp. 57-98.

¹⁶ MIGNOLO, W., Op. cit., 1982,



disso, continua ele, o texto ganha dois usos: “*el primeiro es que el texto, definido como acto verbal, es inseparable de la lengua; el segundo, es que la expresión (alta significación en la organización de una cultura) nos permite distinguir, aunque de manera intuitiva, el texto del documento.*”

É assim que partimos do entendimento de que através das representações, nomeamos, definimos e interpretamos diferentes aspectos da realidade diária, como diz Jodelet (2001)¹⁷ e propõe Chartier (1990)¹⁸, onde as representações do mundo social, embora fundadas na razão, são, sempre, determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O que o viajante viu, ouviu, sentiu e viveu, ao ser descrito e relatado, passou a realidade vista, entendida e sentida. Uma representação. Seja qual for a forma-grau-nível desta representação, o texto que temos são representações, fidedignas ou não, daquilo que se viu, ouviu, sentiu e viveu.

Ao expressá-las, de forma manuscrita, podem não existir vocábulos que signifiquem-na ou que expressem-na, mesmo sendo fruto do relato ou descrição ‘*in loco*’, através de diários, croquis, desenhos, resumos ou observações, de próprio punho, ou pelas mãos de auxiliares e/ou assistentes, ou de redações posteriores, onde podem ser feitos acréscimos, inclusive com memórias e associações.

Nisso, fixa-se um de nossos propósitos, entre tantos outros, qual seja, o de permitir a recuperação dos possíveis locais onde teriam habitado, sociedades específicas. Se pensarmos a/em Arqueologia, este pode ser o referencial para o início de um trabalho, em sua etapa de campo, ou seja, a etapa de prospecção arqueológica. Assim, quando encontrado o ‘sítio arqueológico’ estaria, já, rela-

¹⁷ JODELET, D. *Representações Sociais, um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, pp. 17-44 apud WOLFGANG, W. *Sócio-Gênese e Características das Representações Sociais*. In: *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Antônio Silva Paredes e Denize Cristina de Oliveira (organizadoras). Goiânia: AB, 2000.

¹⁸ CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.



cionado a um grupo social, a uma cultura, a uma forma de vida, a um cotidiano, que poderá ser confirmado, ou não, quando das escavações.

A escolha de tais fontes justifica-se pelo próprio objeto, ou seja, as crônicas, relatos, descrições e observações acerca das sociedades nativas da América hispânica Sul-americana. Portanto, pensamos que a partir destas poderemos firmar ou acrescentar visões e entendimentos acerca das representações existentes e criadas sobre as sociedades nativas. Sua justificativa, e uso, baseiam-se no fato de que as imagens e momentos vistos, vividos, analisados, repetidos e divulgados pelo autor são únicos no sentido de que representam o contato e as relações, com aqueles meios¹⁹ e as sociedades neles existentes, que poderão contribuir na (re)construção de ambos, sociedades e meios.

Entendemos ser necessário, para que esta análise possa ser melhor realizada, dividir o elenco de fontes em três partes. Na primeira parte estariam *os documentos dos descobridores* (diários e correspondências). São documentos fundadores, que tinham por objetivo descobrir e conquistar e não escrever (MIGNOLO, 1982²⁰), dentre os quais está Cristovão Colombo (COLOMBO, 1998)²¹. Na segunda parte estariam *os documentos legislativos*, produzidos pelo Estado e destinados ao Novo Mundo, propostos pela administração das cortes espanhola²² e portuguesa²³ e colocados em prática pelos governos locais. Estão incluídos neste item: ofícios, instruções, cartas e decretos, entre outras formas. Finalmente, na terceira parte estariam *os acordos ou contratos*

¹⁹ Meio geográfico, espaço físico.

²⁰ MIGNOLO, Walter, Op. cit., 1982.

²¹ COLOMBO, C. *Diários da descoberta da América, as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: P&PM pocket, 1998.

²² Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por S. M. para la gobernación de las indias, y buen tratamiento y conservación de los indios, disponível na Biblioteca digital valenciana, <http://www.lluisvives.com/servlet/SirveObras/public/06922752100647273089079/p0000026.htm>.

²³ Regimento Tomé de Souza, Governador do Brasil. Almerim, 17/12/1548, Lisboa, AHU, código 112, fls. 1-9.



firmados com aqueles que adquiriram, direta ou indiretamente, direitos de ‘exploração’ de territórios no Novo Mundo.

É neste terceiro grupo de fontes (*acordos ou contratos*) que encontraremos as crônicas, os relatos e as descrições, que por sua vez, também podem ser classificados: seja pela origem, seja pelo propósito e/ou interesses (LUFT; AMANTINO, & MACEDO, 1997)²⁴. Quanto à origem entendemos que podem ser divididos como provindos:

- (1) **da igreja**, onde estão incluídos, entre outros documentos: relatórios, crônicas, registros e correspondências;
- (2) **de pesquisadores (cientistas) e artistas**, onde estão incluídos, entre outros documentos: relatos, crônicas, correspondências, mapas, desenhos, descrições, croquis e documentos cartográficos e topográficos;
- (3) **de mercadores-comerciantes**, onde estão incluídos, entre outros documentos: relatórios e correspondências;
- (4) **de militares**, onde estão incluídos, entre outros documentos: relatórios, descrições, mapas e correspondências;
- (5) **de viajantes e exploradores**, onde estão incluídos, entre outros documentos: relatos e correspondências;

Por sua vez, quanto ao propósito entendemos que estes documentos podem ser divididos em:

- (1) **de exploração**, voltados para a geografia, de caráter ‘científico’, econômico e/ou militar, teriam, por princípio, reconhecer a hidrografia e o relevo; encontrando e/ou estabelecendo caminhos, entrepostos comerciais e pontos de defesa;
- (2) **de reconhecimento**, voltado para a natureza, de caráter ‘científico’ e/ou econômico; teriam por princípio reconhecer, identificar e descobrir

²⁴ LUFT, V. J.; AMANTINO, M. S. & MACEDO, J. Programa Arqueológico Puri-Coroadó: Elementos para uma tipologia de sua fontes históricas. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, n. 12, Curitiba, 1997, pp. 91-95.



recursos minerais, vegetais e animais que pudessem ser explorados, gerando conhecimento à ciência ou lucros a investidores, mercados e comerciantes;

- (3) **de catequização**, voltada para às populações nativas, de caráter religioso, realizados principalmente pela igreja cristã, ou por alguma de suas ordens, e que deveria prover: a igreja de novos convertidos; a coroa de novos vassallos; e o sistema mercantil e comercial de mão de obra para a exploração natural e/ou para o consumo;

Se entendemos ainda, que possam ser divididos de acordo com seus interesses, poderíamos ter:

- (1) **por interesse pessoal**;
- (2) **por interesse no local visitado**, voltado para (a) a paisagem; (b) a atividade econômica; (c) a organização social e (d) a cultura;
- (3) **por interesse do financiador**, voltado para (a) os recursos naturais; (b) o potencial humano e (c) a coleta de amostras e espécies destinadas à exposições;
- (4) **por interesse do público leitor**, voltado para a novidade e a excentricidade do território, de seu ‘povo’ e de suas ‘coisas’.

Como o novo território pertencia à coroa, não podendo se tornar propriedade dos conquistadores, os acordos ou contratos firmados, para exploração, reconhecimento e catequização, somente autorizavam vir ao Novo Mundo aquele que, sujeito às regras impostas, se submetesse a fiscalização de uma corte absolutista, que vivia dos resquícios medievais de vassalagem e da troca de favores monopolistas, comandados por uma burocracia auto-



ritária, acostumada a favorecer aliados e destruir opositores (RAMINELLI, 2013)²⁵.

Diante desse panorama, e (re)lembrando que nosso objeto de trabalho é recuperar, da melhor forma possível, através das crônicas, relatos, descrições e observações, as sociedades nativas, ao tratarmos da América hispânica, um dos *documentos legislativos* que a rege, nos primeiros momentos, são as “*Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por S. M. para la gobernación de las indias, y buen tratamiento y conservación de los índios*”²⁶.

É nelas que encontramos o entendimento espanhol para o tratamento da terra e de sua gente. Estabelecidas por “*Don Carlos, por la divina clemencia, Emperador semper augusto [...] em la ciudad de Barcelona, a veinte días del mes de Noviembre, año del nacimiento de nuestro Salvador Jesu cristo de mill e quinientos e cuarenta y dos años*”, constando de 16 ítems, eram destinadas às “*abdiencias de la Nueva España, y el Perú, y Guatimala, y Nicaragua, y la Isla Española*” visando o ‘bom governo’, por parte de seu Presidente; de seu Conselho, das Índias; bem como de seus Secretários, Fiscais, Relatores, Ouvidores e Governadores.

Entremeado às orientações de como tratar a nova terra e sua gente, estão as preocupações para com sua administração, estabelecidas e ordenadas em repartições (vice-reinos e audiências²⁷) e representantes legais (vice-rei, presidente e ouvidor).

²⁵ RAMINELLI, R. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

²⁶ PURPURA, Christian. A cartografia na época dos descobrimentos. In: Formas de existência em áreas de fronteira. A política portuguesa do espaço e dos espaços de poder no Oeste amazônico (século XVII e XVIII), monografia do Curso de Pós-Graduação em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2006, pp. 32-37.

²⁷ Os vice-reis, além de cuidar dos assuntos administrativos, militares e religiosos, também presidiam as audiências, onde eram autoridade judicial. A audiência era a instância administrativa mais elevada do poder metropolitano na colônia.



No que refere-se aos nativos, as recomendações estão em seis de seus itens. A primeira, e mais importante delas, onde são estabelecidas as responsabilidades por sua instrução, na fé católica, e por sua guarda, como pessoas livres e vassalas, sob os cuidados do Conselho das Índias.

Sobre o comportamento para com os nativos, suas relações de vassalagem e a escravidão, aponta que “[...] *no se pueda hacer esclavo indio alguno, y queremos que sean tratados como vassalos nuestros de la corona [real] de Castilla, pueslo son. Ninguna persona se pueda servir de los indios por vía de naboria, nitapia, ni outro modo alguno, contra su voluntad.*”

(Re)afirmando a necessidade de um tratamento adequado aos nativos, pede o acompanhamento dos, possíveis e prováveis, desvios cometidos, acenando aos infratores com os rigores da justiça.

Reconhecendo a existência, e a necessidade, das ‘*encomiendas*’²⁸, pede para que as autoridades acompanhem e evitem exageros de qualquer ordem, como no caso onde, devido a quantidade de nativos encomendados e em seu poder, pediu investigação.

De outra forma, as ‘*Leyes y ordenanzas*’ tratam, também, dos tributos decorrentes dos nativos, uma vez que são considerados vassalos²⁹ “[...] *que em lo descubierto hagan luego la tasación de los tributos y servicios que los indios deben dar, como vassalos nuestros [...]*”, embora recomendando que os nativos de algumas ilhas do Atlântico não sejam, por ora, tributados “[...] *Es nuestra voluntad, y mandamos que*

²⁸ “La encomienda era una concesión no torgada por la corona, supeditada a confirmación real, a través de algunos de sus funcionarios: virreyes, presidentes de audiencia, gobernadores, que implicaban a un grupo de nativos encabezados por algún jefe étnico- tradicional o designado por los europeos quienes debían pagar un tributo AL beneficiario de tal merced.” - in: SALINAS, María Laura. Encomienda, trabajo y servidumbre indígena em corrientes. Siglos XVII-XVIII, 2008, tesis para la obtención del Título de Maestría en Historia Latinoamericana, Universidad Internacional de Andalucía, ISBN 978-84-7993-140-7.

²⁹ Neste ponto faz sentido o tratamento de vassalo, pois como tal devem tributos ao reino.



los indios que al presente son vivos em las islãs de San Juan y Cuba y la Española, por agora y el tiempo que fuere nuestra voluntad no sean molestados con tributos ni otros servicios reales ni personales ni mixtos [...].”

É diante dessa legislação, e a partir dela, que ao iniciar as análises das crônicas, relatos, descrições e observações, produtos de viagens daqueles que passaram, ou percorreram, o território hispânico, especialmente o Sul-americano, entre os séculos XVI e XVII, fomos levados a considerar e ponderar, sempre, que para trabalharmos com eles, devemos identificar e conhecer, quando existente, disponível e acessível: (1) os manuscritos originais; (2) a primeira versão impressa e/ou (3) a versão impressa mais antiga; (4) a versão de cada um dos tradutores; e (5) a versão de cada um dos editores.

Sabedores de que muitas versões e edições podem ter sido feitas, devemos identificá-las e, se possível, considerar o prefácio, o prólogo e as apresentações, identificando os acréscimos, ou supressões, propostas por de cada um deles e as devidas justificativas para tal, quando relatadas. São as considerações que fizemos acerca das ‘informações’ nelas contidas, que entendemos ser necessário observar, uma vez que são as possíveis ‘correções’ e ‘adequações’, que muitas vezes têm por propósito estar em conformidade com o que dizem outros pesquisadores, ou correntes de pensamento de sua época, que podem alterar, ou confirmar, o conteúdo e o propósito ‘original’ do autor, o viajante.

Diante destas considerações e olhando para o espaço sul-americano, entendemos que sua ocupação e interiorização foi feita a partir de caminhos aquáticos e/ou terrestres, utilizados cotidianamente pelos nativos em seus deslocamentos. Neste sentido, grandes bacias hidrográficas podem ser destacadas: bacia do Rio da Prata, bacia Amazônica; bacia do rio Tocantins, bacia do rio São Francisco, bacia do Rio Doce, bacia do rio Paraíba do Sul, bacia do rio Uruguai, bacia do rio Paraná e bacia do rio Paraguai.

Como ponto de partida, optamos tratar da Bacia do Rio da Prata e de suas rotas, que levavam ao mais longínquo interior, e dele permitiam a retirada, e o escoamento, para a vertente do Atlântico, via delta do Rio da Prata, dos mais



diversos recursos. Neste caminho, caminhos foram explorados; rotas foram estabelecidas; contatos foram realizados; assentamentos foram construídos; ocupações foram registradas. Fazem parte da grande Bacia do Rio da Prata, três bacias secundárias:

- **bacia do rio Uruguai**, tendo entre seus principais tributários, a partir de um de seus formadores, o rio Pelotas, temos em sua margem direita, os rios Canoas, Peixe, Jacutinga, Irani, Chapecó e das Asas; e em sua margem esquerda os rios Ijuí, Piratini, Ibicuí, Quaraí e Negro;
- **bacia do rio Paraná**, tendo entre seus principais tributários, a partir de seus formadores, o rio Paranapanema e o rio Grande, temos em sua margem direita os rios Aporé, Sucuriu, Verde, Pardo, Invinhema, Amambaí e Salado, e em sua margem esquerda os rios Tietê, Ivaí, Piquiri e Iguaçu;
- **bacia do rio Paraguai**, a partir de sua formação, na região pantaneira, através de seus principais tributários, em sua margem direita, desde a borda Leste da Cordilheira dos Andes, os rios Bermejo, Policomayo e Pilaya, e em sua margem esquerda os rios Ciuba, São Lourenço, Taquari e Aquidauana.

Motivados pela idealização e fantasia de encontrar grandes riquezas, cidades fantásticas, sociedades excêntricas e muitas aventuras, homens das mais diversas origens e ideais passaram a ter como destino o Novo Mundo, agora a América. É destes homens e dos documentos produzidos por eles e em decorrência deles, em forma de crônicas, relatos, descrições e observações, que buscamos tratar e recuperar o maior número possível de informações acerca dos nativos.

Como são inúmeras estas fontes, podendo algumas ser desconhecidas, e sem levar em consideração, ainda, os pressupostos, já mencionados acima, que entendemos ser necessário para uma análise adequada, escolhemos algumas obras que apontam para resultados que almejamos e nos levarão a autores e perfis diferentes: religioso, burocrata, militar, literata e viajante.



O primeiro deles, apesar de não ter visitado o espaço geográfico ao qual nos dedicamos, merece destaque por ser o responsável por um dos primeiros relatos sobre a ‘colonização’ na América. Trata-se de ‘Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés’³⁰ (1478-1557). Autor de duas obras sobre a América: de 1526, o *Sumario de la historia natural de las Indias*³¹, e de 1535, a *historia general de las Indias*³².

Outro nome a ser considerado é o de ‘Ulrich Schmidl’³³ (1510-1579). Dele publicou-se, em 1557, o relatório apresentado ao Conselho das Letras das Índias e intitulado “*A verdadeira história de uma viagem notável feita por Ulrich Schmidel von Straubingen na América ou Novo Mundo 1.534-1.554, onde será encontrado todos os seus problemas de 19 anos e a descrição das terras e dos povos notáveis que ele viu, des-*

³⁰ TATSCH, Flavia Galli. Imagem como fixação da experiência: uma análise da obra de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés. in: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. pp. 1-9.

AVALLE-ARCE, Juan Bautista. El novelista Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdes, alias de sobrepeña. in: *Anales de Literatura Hispanoamericana*, Volume 1, Universidad Complutense de Madrid, 1972, pp. 143-154.

PEREZ-VALLE, Eduardo. *Nicaragua em los cronistas de Índias: Oviedo. Série Cronistas*, número 3, Colección Cultural, Banco de América, 1976.

³¹ Disponível <http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/05816284255727262232268/index.htm>

³² Disponível http://books.google.com.br/books?id=T_1OAAAAcAAJ&pg=PP5&hl=pt-BR&source=gbp_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

³³ TUCKER, Gene Rhea. The Discovery of Germany in America: Hans Staden, Ulrich Schmidel, and the Construction of a German Identity, in: *Traversea: Jornal da Transatlantic História*, volume 1, 2011, pp. 26-45. http://www.uta.edu/history/traversea/ojs/index.php/traversea/article/view/23/pdf_1

FIORETO, Thissiane & MASCARENHAS DA SILVA, Cristina. Um estudo da versão latina do relato de viagem de Ulrico Schmidel à luz da filosofia textual, in: *Revista Philologus*, ano 19, número 55, Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan/abr 2013 – Suplemento, pp. 706-716.

KALIL, Luis Guilherme Assis. A conquista do Prata: análise da crônica de Ulrich Schmidel, dissertação de mestrado, orientação de Leandro Karnal, Campinas: UNICAMP, 2008.



crito por si mesmo”³⁴, rendeu-nos duas obras: “*Relatos de La Conquista Del Rio de La Plata y Paraguay: 1534-1554, historia de una maravillosa navegación*”³⁵ e “*Viaje de Ulrico Schmidel al Rio de La Plata*”.³⁶

Outra personagem que levamos em consideração é ‘Pero Lopes de Sousa’ (1497-1539). Seu Diário de Navegação³⁷, publicado em 1839, por Francisco Adolfo de Varnhagen está denominado *Diário de navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martin Afonso de Sousa*.

Dos muitos religiosos que relataram sobre a América sul-americana, temos o nome do sacerdote jesuíta ‘Antonio Ruiz de Montoya’ (1585-1652). Dentre outras obras, estão o dicionário *Tesoro de lengua guarany*, a crônica *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape* e o tratado *Sílex del divino amor y rato del ánimo en el conocimiento de la causa primera*.

Finalmente, elencamos ‘Ruy Díaz de Guzmán’ (1559-1629). Dentre suas obras destaca-se *Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de la Plata*, mais tarde conhecida como ‘*La Argentina*’. Posteriormente, foi denominada *La Argentina, o historia del descubrimiento, conquista y población del Río de la Plata* e atualmente é conhecida como *La Argentina manuscrita*.

A título de conclusão, desta breve proposta de trabalho, e considerando, como Becker³⁸, que “[...] toda pesquisa tem o propósito de resolver um problema que, em

³⁴ “Wahre Geschichte einer merkwürdigen Reise, gemacht durch Ulrich Schmidel von Straubingen, na América oder der Neuen Welt, von 1534 bis 1554, wo homem findet alle seine Leiden in 19 Jahren, und die Beschreibung der Länder und merkwürdigen Völker morrer er gesehen, von ihm selbst geschrieben”

³⁵ <http://www.biblioteca-antologica.org/wp-content/uploads/2009/09/SCHMIDEL-Viaje-al-R%C3%ADo-de-La-Plata-y-Paraguay.pdf>

³⁶ <https://archive.org/stream/viajealrodellapl00mitrgoog#page/n6/mode/2up>

³⁷ *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martin Afonso de Souza, escripto por seu irmão Pero Lopes de Souza*, publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen, Lisboa: Tipographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.

³⁸ BECKER, Haward S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais* – Coleção Ciências



aspectos importantes não é parecido com nenhum outro problema, e deve fazê-lo dentro de um ambiente específico diferente de todos os que existiram antes”, é importante dizer que preferimos, como ele, “[...] um modelo artesanal de ciência, no qual cada trabalhador produz as teorias e métodos necessários para o trabalho que está sendo feito.”

Por isso, se é verdade que encontraremos informações que nos encaminham para solucionar alguns dos problemas colocados em nossas propostas de trabalho; é verdade também que elas poderão ser questionadas, seja pela forma e/ou conteúdo, por aqueles que não as consideram válidas; ou mesmo ainda utilizadas por aqueles que as vêem como oportunidade de, através de um indício novo, chegar a novas percepções e conclusões.

É dessa forma, e com isso, que estamos contanto. Que encontraremos indícios que possam nos levar a considerações novas acerca daqueles que ocupavam espaços sul-americanos dos mais diversos e com as mais diversas complexidades, relatados por ‘europeus’ das mais diversas origens, perspectivas e interesses, durante os séculos XVI e XVII.

Serão estes dados, provindos destas fontes, somados às referências históricas e antropológicas, que admitidos pela Arqueologia conduzirá a pesquisa à grupos sociais específicos, determinados e identificados; e pela Antropologia, levará a uma história antiga de sociedades nativas atuais ou perdidas no tempo (histórico).

É assim, portanto, que buscamos informações, mesmo que ‘raras’ e ‘pequenas’, que possam contribuir para uma História Nativa voltada para grupos nativos específicos, ocupando espaços historicamente construídos e que vise não apenas ‘restos materiais’ encontrados de forma aleatória ou sistemática pela Arqueologia; ou pela Antropologia, por meio de trabalhos de campo com sociedades nativas, em estágios diversos, propondo associações e comparações que podem conduzir alguns ao que tem sido identificado por história nativa.

Sociais, volume 31, São Paulo: Hucitec, 1993, pp. 12-13.



Vlademir José Luft

Professor Visitante UERJ – Departamento de Arqueologia; Professor Adjunto UniMSB/UNIESP

– Curso de História

E-mail: luft@globo.com

Samuel Lage

Aluno do curso de História (UniMSB/UNIESP), bolsista de Iniciação Científica

E-mail: samuelmlage@hotmail.com

Daniele Vieira

Aluna do curso de História (UniMSB/UNIESP), bolsista de Iniciação Científica

E-mail: danivieira2008@yahoo.com.br

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: novembro de 2015

Uma abordagem etno histórica do uso de plantas medicinais em Petrópolis¹

Prof. Dr.Fernando Sergio Dumas dos Santos
Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ/Rio de Janeiro/BR

Resumo

O texto analisa o uso medicinal de plantas na cidade de Petrópolis, vinculando-as ao processo histórico de desenvolvimento da cidade. Estes saberes coadunam-se ao sistema de medicina popular brasileiro, sendo um importante ponto de encontro entre permanências e rupturas culturais e permitindo observar os complexos processos combinatórios culturais contemporâneos aqui definidos como processos interculturais. A pesquisa verificou que diferentes tradições de uso medicinal de plantas convergiram para a região, consolidando-se no conjunto de práticas e técnicas hoje vigentes no município.

Palavras-chave: Etno história; medicina popular; Rio de Janeiro.

Un enfoque etnohistórico para el uso de plantas medicinales en Petrópolis

Resumen

El texto analiza el uso medicinal de las plantas en la ciudad de Petrópolis, vinculándolos con el proceso histórico del desarrollo de la ciudad. Estos conocimientos están en línea con el sistema de la medicina popular de Brasil, siendo un importante punto de encuentro entre continuidades y rupturas

¹ Esta pesquisa desenvolveu-se no âmbito do Projeto de Arranjos Produtivos Locais (APL) em Petrópolis (Fiocruz/Sec. Mun. de Saúde de Petrópolis/MS), que viabilizou a contratação da equipe composta por Diádiney Helena de Almeida (historiadora), Fabiana Vieira de Mello e Camilla Vieira Sayão Cardoso (Bolsistas IC). Além disso, numa segunda etapa, contamos com o apoio da Faperj (concessão de bolsa IC) e do CNPq (bolsa Pibic), respectivamente para Camilla e Fabiana.



culturales y permitiendo observar los complejos procesos combinatorios culturales contemporáneos definidos en este documento como procesos interculturales. La investigación encontró que las distintas corrientes del uso medicinal de las plantas convergieron para la región, consolidando el conjunto de prácticas y técnicas actualmente vigentes en la ciudad.

Palabras clave: Etnohistoria; la medicina popular; Rio de Janeiro.

An ethnohistoric approach of using medicinal plants in Petropolis

Abstract

The paper analyzes the medicinal use of plants in the city of Petropolis, linking them to the historical process of the city development. This knowledge are in line to Brazilian folk medicine system, is an important meeting point for cultural continuities and ruptures and allowing observe the contemporary cultural complex combinatorial processes defined herein as intercultural processes. The research found that different traditions of medicinal use of converged plans for the region, consolidating its position in the set of practices and techniques currently in force in the municipality.

Keywords: Ethnohistory; folk medicine; Rio de Janeiro.

1. Introdução

Neste artigo analisamos os saberes referentes ao uso medicinal de elementos da flora na cidade de Petrópolis, estabelecendo um quadro atual das suas formas de preparo e das moléstias contra as quais são utilizadas, vinculando-as ao processo histórico de desenvolvimento da cidade. As técnicas de uso de plantas medicinais fazem parte do arsenal terapêutico do sistema de medicina popular brasileiro (sobre o qual falaremos na terceira parte deste texto), sendo um importante ponto de encontro entre permanências e rupturas culturais e permitindo observar os complexos processos combinatórios culturais contemporâneos aqui definidos como processos interculturais. A pesquisa verificou que diferentes tradições de uso medicinal de plantas con-



vergiram para a região, consolidando-se no conjunto de práticas e técnicas hoje vigentes no município.

Ao longo dos séculos estas populações elaboraram estratégias de cura próprias que incorporaram as tecnologias disponibilizadas pelos diversos sujeitos históricos atuantes nesta interface entre grupos culturais distintos. Assim, apesar das facilidades de acesso aos medicamentos, hoje existente, é comum a prática da automedicação através dos remédios caseiros e de produtos fitoterápicos, tendo estas práticas consolidado-se como um hábito cotidiano e tradicional que remete às suas origens culturais e históricas, sendo paulatinamente apropriadas, assimiladas e transformadas pelo conjunto da população. Nesse contexto, foram criadas, também, novas técnicas de uso e descobertas novas finalidades para plantas já conhecidas empiricamente, a partir dos novos dados incluídos na experiência social cotidiana.

A noção de tradição de uso é estrutural nesta pesquisa. Ela deriva da compreensão dos movimentos que relacionam as antigas tradições com uma tradição atual, formalizada e ritualizada ao longo do processo de construção da sociedade petropolitana. A tradição de uso é forjada desde as próprias práticas da população, plasmadas no cotidiano, nas relações entre as pessoas, na sua organização sócio produtiva e nas maneiras de viver dos grupos sociais. É importante frisar ainda que as tradições são dinâmicas, reagindo às novas situações e transfigurando-se sem, contudo, perder os lastros de continuidade com seu passado histórico. Este movimento implica, muitas vezes, na resignificação de antigos significantes, marcados pela ambivalência entre a manutenção de costumes locais e a convivência adaptativa com os novos saberes, que trazem consigo as marcas das formações culturais onde se originaram.

O elemento essencial da pesquisa é o conjunto de saberes demarcado pelas espécies vegetais utilizadas, pelas doenças contra as quais se destinam e pelas formas de preparo. As permanências estão ligadas aos saberes construídos pela população. E é no movimento de apropriação e assimilação destes



saberes que serão encontrados os processos de ritualização e formalização destas práticas terapêuticas. Para lograr êxito neste estudo precisamos acessar o universo conceitual que demarca nosso objeto e descobrir as estruturas que informam seus atos e crenças. Práticas cotidianas, saberes transmitidos tradicionalmente através da empiria e da oralidade e sistemas de interpretação e de compreensão próprios, são aspectos fundamentais em um estudo que se acerca da polaridade saúde/doença segundo as cosmovisões delimitadas pela cultura popular. Há toda uma teia de ações e de modos de fazer, que precisa ser compreendida.

Assim, relacionamos, a seguir, alguns pontos essenciais neste quadro:

- Para se visualizar permanências e rupturas no processo de estabelecimento destas tradições é fundamental apreender o conceito geral de saúde vigente entre a comunidade visitada. Devemos atentar, ainda, para o fato de que essa noção não é a mesma entre os diferentes grupos e, portanto, devemos observar quais são os elementos hegemônicos que a compõem.
- Para uma interpretação adequada das tradições de uso de plantas medicinais, a noção de remédio também é substancial. Levamos em conta que, na cultura popular, um remédio não é feito, necessariamente, somente de partes de plantas. As receitas podem englobar outros elementos presentes no seu cotidiano, tais como, rabos, penas ou fezes de animais, querosene, pedras etc. As pessoas acreditam na existência de uma espécie de ‘princípio ativo’ presente nestas substâncias, sem o qual, a cura não ocorre.
- A oralidade é a via privilegiada de transmissão destes saberes, assim como a observação. Em nossa experiência de pesquisa observamos que são constantes as referências à transmissão familiar dos conhecimentos referentes às plantas medicinais, sugerindo que esta prática represente um elo da apropriação histórica ocorrida no transcurso da construção de uma nova tradição.



- A religiosidade é outro elemento preponderante no processo de cura, devendo ser analisada e interpretada nas inter-relações com as práticas, o aprendizado das técnicas e o contexto histórico em que estes saberes estão inseridos.
- Um último ponto é a relação entre doença e alimentação. Segundo a concepção dominante no sistema de medicina popular brasileiro, um alimento pode ter uma propriedade intrínseca que pode retardar o processo de cura ou ocasionar uma doença. Outrossim, os alimentos também são vistos como elementos de prevenção de algumas doenças, embora esta não seja uma característica dominante do sistema.

É importante frisar que o movimento das tradições as torna capaz de enfrentar os novos desafios que surgem constantemente. E esta marca, da integração pela transformação, que imprime usos até então desconhecidos para plantas, muitas vezes, também desconhecidas, aparece na configuração de novos saberes quando espécies botânicas são descontextualizadas, e devolvidas ao uso social em receitas inventadas a partir da hibridação entre conhecimentos, práticas e técnicas oriundos de diferentes culturas. Premidas pela necessidade, as pessoas procuram fazer adaptações nas receitas mediante a troca de ideias e informações, num processo sempre pautado pela empiria e pela experimentação.

A metodologia proposta originalmente foi a de produção de histórias de vida, seguindo com rigor os padrões clássicos das técnicas da História Oral, que nos permitiram aprofundar a identificação de aspectos importantes dos elementos específicos que definem estas práticas terapêuticas. Para a realização das entrevistas² partimos da definição de quem são os principais guardiões da memória sobre as práticas terapêuticas no município. Privilegiamos, neste grupo, aquelas pessoas reconhecidas nas comunidades como conhecedoras e ‘receitadoras’ das plantas medicinais. A partir daí, trabalhamos com

² Foram realizadas 63 entrevistas, ao longo de um ano de trabalho, totalizando pouco mais de 87 horas de gravação.



os ‘curadores populares’, as rezadeiras e parteiras, os mateiros e as pessoas mais idosas de cada comunidade, indicadas no estudo de preparação para as entrevistas. Por fim, o trabalho se desdobrou em histórias de vida de personagens indicados pelos próprios entrevistados, os quais foram selecionados durante o processo de análise dos depoimentos.

2. A construção da tradição local

No decorrer de toda pesquisa percebeu-se que os conhecimentos populares sobre o uso de plantas medicinais em Petrópolis foi adquirido oralmente – no âmbito familiar, com amigos próximos ou em funções vinculadas à terapêutica e à cura – e que durante boa parte de suas trajetórias de vida este foi o único e exclusivo recurso utilizado para manter ou tratar a saúde. E uma perspectiva fundamental, sob esse aspecto, é que nem sempre isso se deu por motivos financeiros ou por não ter acesso aos serviços de saúde convencionais.

Nesse sentido, a Oficina de Ervas³ do Colégio Santa Catarina (fundada nos anos 1980 pela Irmã Dulce Bastos) exerceu crucial importância na construção dos usos das ervas medicinais na região. A irmã Dulce juntamente com a Sra. Maria Zorilda (mais conhecida como D, Maria dos Remédios, e também como Maria das Ervas ou Maria Baiana) teve uma iniciativa pioneira na cidade que resultou num espaço de valorização, conscientização e difusão dos conhecimentos populares em torno do cultivo de ervas medicinais e da preparação de tinturas, xaropes e pomadas, amplamente difundidos entre a população petropolitana.

Inicialmente, a Oficina de Ervas foi criada a partir dos conhecimentos populares da região. A partir de um curso de ‘Agente de Saúde Comunitária’, a instituição formava pessoas para atuar nas comunidades da cidade.

³ O espaço da Oficina de Ervas conta, no pavimento térreo, com uma cozinha, um espaço de manipulação das ervas e um balcão de atendimento. No andar superior tem uma sala de leitura e pesquisa. Há ainda a horta na área externa.



Oriundos dessas mesmas comunidades, os alunos do curso levaram seus conhecimentos, adquiridos com as pessoas mais idosas e experientes, para a Oficina. Inúmeros raizeiros e pessoas reconhecidas pela população por seus saberes em torno do uso medicinal das plantas passaram pela Oficina de Ervas ao longo desses anos, propiciando uma intensa troca de experiências acerca do preparo de chás, xaropes, garrafadas e outros procedimentos de cura.

Com o passar do tempo, a estrutura da Oficina se modificou padronizando as fórmulas de seus produtos a partir da consultoria e do contato com instituições como a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal Fluminense, além de profissionais da saúde, enfermeiros e médicos da com atuação na cidade, que trabalhavam com fitoterápicos e passaram a servir como voluntários na instituição. Como a conscientização no uso das ervas medicinais sempre foi missão deste espaço, foram estabelecidos critérios básicos de, por exemplo, coleta das plantas e preparo dos chás e xaropes, os quais foram difundidos entre a população ao longo dos anos.

Boa parte da matéria-prima utilizada na Oficina é proveniente de uma horta própria. Outro tanto é fruto da coleta direta nas matas do Morro do Convento e do Morro do Colégio Santa Catarina. Esse material também serve para as aulas do estágio curricular dos alunos do Colégio Santa Catarina. Durante as entrevistas, as funcionárias afirmaram que a Oficina também recebe plantas do convento das Irmãs Franciscanas e de pessoas de confiança da comunidade, que, para se tornar fornecedoras, precisam respeitar alguns critérios básicos, como não ter bichos em casa, não usar venenos na horta e não colher as plantas na rua. O material que não está disponível na horta do Colégio, nem é proveniente destes fornecedores, é adquirido nas empresas *Via Farma*, de São Paulo (os pós), e na Casa Pedro, no Rio de Janeiro (os secos).

Irmã Gabriella Alvim afirma que as experiências das pessoas que fazem usos das plantas e os conhecimentos que elas trazem, são anotados



num caderno e constituem o acervo mais precioso da Oficina de Ervas. A valorização destes saberes resultou não apenas na assimilação de novos métodos de uso de plantas e de novos objetivos para estes usos, mas na sistematização de todo um conjunto de saberes que consolidou um complexo de conhecimentos difundido de forma consciente, segundo a definição dos próprios entrevistados. Com o tempo, a programação de cursos e encontros sobre o tema ganhou corpo, resultando na transformação de saberes isolados, individualizados ou localizados, em um saber coletivo característico da sociedade de Petrópolis. Aqui despontam os aspectos sociais e ambientais, determinantes do sistema de medicina popular em suas variantes locais. É a complexa articulação entre todos estes elementos que imprime usos até então desconhecidos para plantas, muitas vezes, também desconhecidas para aquela comunidade, aparecendo, assim, na configuração de novos saberes na medida em que espécies botânicas são descontextualizadas e devolvidas ao uso social em receitas criadas a partir da hibridação de conhecimentos, práticas e técnicas originários de diferentes culturas.

Além da Oficina de Ervas do Colégio Santa Catarina, Petrópolis possui outros locais onde os fitoterápicos são produzidos. Dentre estes, contabilizamos: a 'Oficina Produtos Caseiros', vinculada à Pastoral da Criança da Paróquia de Santo Antônio; a Sala de Ervas da Igreja Menino Jesus de Praga, no Bairro Duarte da Silveira (organizada por D. Maria dos Remédios); as lojas *Xodó de Minas* e *Ervanário da Clotilde*; além de algumas barracas da feira livre da cidade, como a de Seu Alcino Lopes de Carvalho, morador do bairro Caxambú.

Uma das principais referências da cidade em relação ao uso de plantas medicinais é D. Maria Zorilda Nascimento Barbosa, nossa já conhecida D. Maria dos Remédios. Nascida no interior de Alagoas é filha de um agricultor e uma artesã, tendo obtido seu registro de nascimento somente aos catorze anos, quando deixou a lavoura de arroz e foi trabalhar em uma fábrica. Descendente de indígenas e portugueses migrou para Petrópolis com a famí-



lia, trabalhando por muitos anos em fábricas da região. O gosto pelas plantas medicinais, ela afirma, é uma herança do avô indígena que lidava com a plantação de algodão. E considera que seu maior patrimônio é o conhecimento a respeito da casca do cajueiro usado em banhos para mulheres após o parto e em machucados. Entretanto, somente começou a viver profissionalmente dos seus conhecimentos acerca das curas populares a partir dos quarenta anos, tendo sido uma das personagens mais importantes na fundação da Oficina de Ervas do Colégio Santa Catarina.

Com relação à sua experiência na Oficina, D. Maria contou que aprendeu a usar o fruto da lobeira para o controle do diabetes a partir de uma conversa com a Sra. Regina, uma agente de saúde. Ela deixou a fruta verde por vinte dias em uma infusão em álcool de cereais, obtendo um extrato. Depois, o extrato foi coado e filtrado. O sogro do filho de D. Regina foi quem utilizou primeiro esta formulação, atestando a eficácia do remédio, que atualmente é muito procurado. O protagonismo da D. Maria dos Remédios pode ser comprovado tanto pelos remédios citados por ela e que ainda são preparados nas oficinas de ervas da cidade, como pela intensa atividade de disseminação destes espaços. Hoje ela atua na ONG Água Doce – Serviços Populares, onde continua a preparar as suas receitas, bem como a ensiná-las.

Outro personagem importante que detectamos D. Maria Aparecida dos Santos Pereira, natural de Minas Gerais (*‘Eu sou de Bicas. Do lado de Juiz de Fora’*), que chegou à Petrópolis com cinco anos de idade. Depois de diversas experiências profissionais, trabalhou no Hospital Santa Tereza e na maternidade da cidade, ainda sem formação alguma na área da saúde. Foi quando conheceu a Oficina de Ervas do Colégio Santa Catarina:

Foi através de umas agentes de saúde da comunidade, que me viam lá muito sozinha [...] eu criando filho, sem nenhum objetivo né? E elas disse assim: ‘ah, vamos. Vamos conhecer, porque é aberto ao público, você pode ir lá, fazer pesquisa, trocar informação, até pra ajudar a sua família’. Aí eu



fui atrás delas e gostei muito. A Irmã Gabriela me convidou pra fazer um estágio, porque eu não tinha então referência nenhuma do saber popular. Aí eu fui ficando, fui gostando [...] Ajudando como voluntária um tempo. Aí depois elas resolveram me colocar na equipe, né? E eu entrei como ajudante e aí, ela [a Irmã Gabriela] sugeriu: ‘Ô Cida muito melhor se você fizer um curso de enfermagem. Vai te ajudar muito mais, porque você dentro do saber com anatomia, com curativos, com [...] com outras áreas, você tá usando as plantas adequadamente’. Aí eu fui.

O aprendizado de D. Maria Aparecida, portanto, já se deu dentro dos cânones dos saberes consolidados na região, característica que prevalece em sua fala. Isso se depreende, por exemplo, do diálogo com a pesquisadora Diádiney Almeida:

Diádiney – Mas, por exemplo, quando eu vou fazer um chá da... de folhas, é sempre por infusão?

Aparecida – Isso. Se você vai fazer com folhas, você vai cortar as folhas e ferver a água, jogar dentro e abafar.

Diádiney – Sempre?

Aparecida – Sempre uma infusão, pra você ter um melhor aproveitamento do princípio ativo.

Diádiney – Entendi.

Aparecida – Mas se a sua, sua... No seu chá entrou uma raiz, por exemplo... Ah... eu tô com uma gripe danada. Eu quero fazer um alho, um gengibre, um pedacinho deles, junto com minhas folhas. Primeiro você faz o decocto dessas duas, desliga e joga as plantas e abafa. Não vai deixar ferver, evaporar o que tem, *não*.

Diádiney – Nunca se cozinha então as folhas?



Aparecida – Folhas não. Porque folhas têm princípios ativos chamados óleos essenciais, que são muito... Que é o cheirinho né? Os aromas. E elas precisam estar infusas. Tá prontinha pro uso, né? É não colher em dias de chuva, *também é* um outro item, porque você... A chuva lava a planta, tira um pouco desse princípio. Então às vezes você colhe com chuva, cê num tem o melhor aproveitamento delas. Então tem que colher em dias secos, pela manhã antes do... depois do orvalho e antes do sol forte. Então não tá colhendo sempre pela manhãzinha se for usar. É colher várias ervas e deixar também sequinhas. Pode usar por um longo período.

Entretanto, os elementos do saber popular também aparecem:

Chás não se tomam mais de sete dias, porque o organismo rejeita. Cê começa, *só o cheiro a te irritar, porque já tá saturado*. Então você tem que saber, que cê tem, a cada sete dias, renovar, mudar. O chá é pro mesmo objetivo, porém alternados. Se eu tenho, por exemplo, pitanga, folha de goiaba, camomila, erva de macaé e eu tô com uma diarreia que não cede, a pitanga vai ser sete dias. Aí eu mudo pra goiaba, eu mudo pro macaé, eu vou fazendo uma... uma rotatividade, até que meu organismo libere.

Os adeptos do candomblé e da umbanda são outros conhecedores e guardiões da memória dos usos das ervas medicinais na região. Seu Jamil José descreveu muitas receitas que aprendeu nos barracões e também com suas caminhadas na mata, em que diz ouvir de entidades as orientações sobre preparo de remédios feitos com plantas. Ele conta que a coleta deve ser feita entre oito e nove horas da manhã ou entre as seis e sete da noite, *‘porque é a hora em que a planta funciona’*. Muito espiritualizado, Seu Jamil afirmou que precisava de uma permissão para falar a respeito dos conhecimentos sobre as ervas medicinais e que podia perceber a presença de espíritos durante a conversa. O conhecimento sobre as ervas, segundo seu depoimento, vinha



dos descendentes de escravos de Minas Gerais, sua terra natal, e também do Velho Grané, que ele conheceu em Petrópolis:

O velho Grané... Vamo chamar de tio Grané. Ele tinha... Morreu em 99, com cento e oito anos de idade, né? Ele passou alguns conhecimento, tanto de planta medicinal, como a erva usada em barracão, pra banhos, né? Pá cura. E por ali em diante eu comecei a pegar os conhecimento disso, pá fa... Pá tra... Pá saber qual o tipo de planta é, é usar e qual a combinação delas. A quantidade certa e pá fazer a garrafada e tanto com o vinho, feito com planta, com alguns tipo de... de planta, que pouca gente conhece. Então todo esse conhecimento que eu vim adquirindo. Eu ia procurar uma coisa e acabava encontrando outra.

Diádiney – Disse que procurava os antigos no barracão...

Jamil – É. Geralmente num barracão, ou vamos conversar abertamente com você. O Santos chegava e falava assim: ‘Ah quero tal planta assim, assim’. Aí a gente saía pra procurar. Aí, geralmente quem tem esses conhecimento era os mais velho, certo? Então eu chegava lá muitas vezes, aí perguntava: ‘ah, eu tô procurando uma planta pá ferida na perna’, certo?, ‘que não cicatriza’. Aí chegava lá ele passava assim: ‘você vai lá, vai pegar hortelã do mato, vai pegar picão, azeite doce e folha de fumo. Vai fazer um emplaste, vai botá... Vai fazer aquele emplaste, vai socá e vai botá em cima da folha de fumo e colocá na perna’. Aquilo puxa toda a inflamação que tem por dentro. Por devido é planta fria, certo? Out... Aí ela não deixa a... a ferida espla... espiá. E vai puxando tudo que tá por dentro, pra fora. Então, todo esse conhecimento a gente ia buscando lá. Eles ia passando pra gente. Passando assim, porque eu... eu tenho interesse. Então quando eu tenho interesse, eu vou buscá.



Seu Jamil atenta para o cuidado com os usos das ervas medicinais. Ele contou que a ingestão de cinco sementes de mamona mata uma criança, e que vinte matam um adulto. E que só se pode aproveitar o azeite para curar inflamações. Também diz que as plantas com espinhos⁴ não são boas porque podem fazer mal ou podem até matar.

O conteúdo das entrevistas permitiu-nos ainda perceber que a tradição de frequentar rezadeiras persiste na cidade. Em relação a esse tema, verificamos que as afirmações acerca deste conhecimento não diferem do conteúdo dominante dentro do sistema de medicina popular brasileiro, no qual considera-se que para rezar é necessário ter um dom, e que, muitas vezes, esse conhecimento também é passado de geração para geração. D. Eliane Maria Ribeiro, sogra de Seu Jamil, contou-nos que até hoje frequenta rezadores e diz que a doença é o resultado do que *'o indivíduo plantou na vida'* e que os rezadores a orientam nos usos de ervas medicinais. Contudo, pela interferência de Seu Jamil, foi possível perceber que D. Eliane recebe orientações dos orixás para saber que plantas devem ser usadas e como devem ser preparadas. Da mesma forma que o genro, ela acredita que é preciso, inicialmente, pedir permissão para colher uma planta e que a cura depende da fê de quem toma o remédio, pois, segundo afirma, *'até água pode curar'*. Mas caso a erva seja colhida sem permissão, ela pode perder seu efeito. Para D. Eliane a *'sensação boa que sente'* é um sinal da permissão dos orixás. Ao contrário da convicção de muitos entrevistados, nossa entrevistada disse que as ervas não possuem efeitos colaterais, como os remédios de farmácia, mas diz que para lidar com as ervas é preciso ter *'mão boa'* e que até mesmo um olhar pode fazer com que a planta morra.

Assim, como vimos até aqui, aos saberes de D. Maria dos Remédios, de D. Margarida do Morro do Alemão ou do raizeiro Seu Pedro, foram incorporados os conhecimentos técnicos e científicos em torno do plantio, da coleta e

⁴ Pela sua vinculação de Seu Jamil ao candomblé, podemos inferir que essa afirmação sobre as plantas com espinhos está relacionada ao fato de que quase todas as plantas vinculadas ao Orixá Exu são espinhentas.



do preparo dos remédios. Fruto desta trama, a maioria das pessoas entrevistadas demonstrou conhecer os critérios básicos estabelecidos pelos manuais de fitoterapia para o preparo de remédios a partir de plantas.

3. O conhecimento consolidado

Ao estudarmos os saberes e as práticas terapêuticas desenvolvidas por uma comunidade, estamos lidando com um conjunto de costumes, crenças, ações e estratégias desenvolvidas em um contexto de construção de identidades plurais. A experiência social vivenciada por estas pessoas levou-as a uma estreita convivência com modos de vida e com tradições culturais de diferentes matizes, cerzida no calor das relações interculturais. Este arsenal terapêutico comunitário é uma variante do sistema de medicina popular brasileiro, o qual desenvolveu-se numa relação entre as atividades humanas e o ambiente, compreendendo tanto o uso de recursos medicinais e as práticas que lhes são articuladas, quanto o impacto do modo de vida e do mundo do trabalho sobre o espaço em que se desenvolve. A própria ideia de ‘sistema de medicina popular’, seguindo a linha de raciocínio definida por Leslie (1978), aponta para a preponderância dos fatores sociais e culturais, pois, diferentemente dos sistemas de saúde, seus limites não são estabelecidos pela biologia, nem pelas redes ecológicas, mas a partir da organização política e das trocas culturais levadas a cabo ao longo de sua experiência social. É importante ressaltar que a definição que empregamos parte da concepção proposta por este autor, buscando, todavia, construí-la dentro dos marcos de historicidade que a pesquisa requer.

Assim, os componentes do sistema de medicina popular brasileiro resultam de práticas e conceitos desenvolvidos a partir de dados empiricamente adaptados e assimilados ao longo do processo histórico vivenciado. Aliados a uma reinterpretação dos valores transmitidos pelos antepassados, estes elementos ganham novos sentidos, os quais geram práticas e atitudes, na medida em que as noções que o conformam estão sempre em movimento.



Um sistema de medicina popular está alicerçado sobre uma noção de saúde que se constrói a partir da possibilidade plena de realizar todas as tarefas produtivas necessárias à sobrevivência. Esta percepção atende a uma lógica de apreensão da realidade que se constitui dentro de um conjunto hierarquizado de relações sociais e culturais. Desta forma, o sistema de medicina vigente na sociedade petropolitana foi construído através de ações que envolveram leigos e especialistas, a partir de categorias de pensamento e sentimento próprias, utilizadas para várias ocasiões e interesses, e que conformam um quadro conceitual inserido no contexto da identidade comunitária.

A construção destes saberes se consolida através da articulação de valores socialmente reconhecidos e atribuídos às plantas, os quais são pinçados um a um, conforme o objetivo a que se destine a formulação. Por exemplo, na entrevista com D. Adenir Ribeiro ela ensina o modo de preparo da erva macaé, citada por ela para fins de problemas com diarreia: ‘é necessário lavar, socar, passar na peneira e beber’. Já Seu Antônio de Mattos informa que a erva macaé serve para mal estar e também ensina como preparar a planta: *‘tem que esfregar a folha e colocar na água e amarga muito’*.

D. Ana Maria Gonçalves, adepta dos rituais afro-brasileiros, conta que, desde a infância, e acompanhada pela avó, ela e seus irmãos tinham o costume de andar pelas matas próximas do bairro Manoel Torres para colher ervas. Todo recém-nascido na família tomava café amargo para limpeza dos órgãos. A avó criou hábitos presentes entre os netos ainda hoje. Além do café amargo pela manhã, o costume de beber chás e tomar banhos de ervas. Para os meninos se acalmarem, chá de funcho ou camomila; e para aliviar a cólica das meninas, chá de rosa branca. Ela também se recorda que o chá de rosa branca, assim como o de malva era indicado pela avó para os ovários.

Além da herança familiar, D. Ana Maria contou com os cursos da Oficina de Ervas do Colégio Santa Catarina, com o trabalho voluntário como agente de saúde e com a troca de experiências com D. Maria dos Remédios. A partir de então, afirma, passou a conhecer muito mais plantas, assim como se



conscientizou das formas adequadas de preparo. Mas, a religião é peça fundamental para sua relação com as ervas medicinais. Ela conta que sua história familiar e suas experiências confirmam a crença de que as plantas curam. E é este conhecimento que ela busca difundir em seu trabalho atual como agente comunitária de saúde da Prefeitura de Petrópolis.

Todo este conjunto de conhecimentos, que configura o sistema de medicina popular na forma como este se apresenta em Petrópolis, está presente na quase totalidade dos discursos de nossos depoentes. D. Maria Aparecida, por exemplo, vale-se de forma contumaz de termos técnicos da fitoterapia para descrever as atividades das plantas. Malgrado sua formação ter se dado no Colégio Santa Catarina, como vimos, seu discurso apresenta os elementos resultantes das trocas culturais efetivadas localmente:

Aparecida – A planta, ela tem várias etapas de uso, de cultivo, de hora, de tudo. Mas se fizer errado, ela também faz mal, porque o que ela tem de bom, ela tem de ruim. Ela não foi industrializada. Diádiney – Como assim?

Aparecida – Porque assim, olha... a planta, ela tem princípios ativos. São os chamados princípios ativos. Esses princípios ativos, eles vão agir como analgésico, anti-inflamatório, sedativo, mas ela também tem efeitos colaterais. Por exemplo, o confrei. O confrei é uma planta que ela tem uma substância muito perigosa, chamada alcaloide, que se você tomar... e ela pode acumular no seu organismo e se transformar num veneno grave, formação de câncer de fígado. Foi comprovado em ratos no laboratório, no Fantástico. O confrei mata. Mas o confrei, ele também tem um... uma substância muito boa, chamada alantoína, que é uma substância curativa, cicatrizante, que se você tomar em fraturas, osteoporose e você fizer uma pomada, se você fizer com a ferida aberta, alguma coisa, ela vai fechar, vai cicatrizar. Então você precisa dosar..



D. Maria dos Remédios ao falar sobre um remédio feito com o umbigo da banana e açúcar mascavo, para bronquite, lembra que o umbigo da banana contém tanino, uma substância muito forte e, por isso, o xarope deve ser tomado por quinze dias seguidos e ter o uso interrompido por mais quinze, durante quatro meses. Além disso, ela afirma que existem pesquisas sobre o uso do umbigo da banana para diversas doenças e que já conversou até mesmo com um pesquisador da Fiocruz sobre este remédio. Segundo D. Maria, a planta medicinal pode curar, mas também pode matar se a dosagem usada estiver errada.

E D. Maria Aparecida, quando se referiu às diferenças entre a citronela e o capim limão, após citar os nomes científicos das duas (do seu jeito, mas não completamente equivocada), descreveu o modo de reconhecê-las da seguinte maneira:

a mata tem muito capim igual, muito capim igual. Então pra você saber que *Cymbococus citratus* [*Cymbopogon citratus*] não é o *Cymbococus nardus* [*Cymbopogon nardus*] **é... é... é** cheirando, é pegando. O... o... o capim limão tem cheiro doce e ele corta. Quando você toca, ele corta a mão. Já a... o... a citronela, ela tem cheiro de eucalipto. Ela é desinfetante das vias aéreas.

Esta mistura de conhecimentos, flutuando entre o popular e o científico, é a marca do sistema de medicina popular que encontramos em Petrópolis. Embora a presença da vertente popular seja muito forte, a proeminência entre a população é desse saber híbrido que alia qualidades dos dois sistemas em prol de uma cultura popular voltada para a cura através das plantas medicinais.

Nossos entrevistados ensinaram o modo de preparo de diversos remédios, incluindo a quantidade de plantas a serem utilizadas. Por exemplo, a



D. Lígia da Silva ensina a utilizar ‘*nove folhas de saião, nove folhas de guaco, três dentes de alho e um limão partido em quatro*’ para fazer um xarope utilizado para a gripe forte. D. Ana Lúcia Smith, por sua vez, apresentou sua receita, preparada assim:

colocar meio copo de açúcar na vasilha em fogo baixo e quando ficar cor de caramelo colocar a transagem e o assa-peixe. Caso tenha colocado meio copo de açúcar, colocar três copos de água, deixar descansar e depois tomar.

Esse xarope é utilizado também contra a gripe forte, com febres e inflamação na garganta.

Os chás representam um capítulo à parte neste universo de receitas. Segundo D. Maria Aparecida, para preparar um chá medicinal a melhor técnica é a da infusão, quando se usa apenas as folhas:

Você tem que ferver a água sim e pegar a parte da planta que você vai usar, cortada, colocar uma colher de sopa pra cada xícara, ou cinco colheres pra um litro. Fazer esse infuso, que é chamado infuso, é... Depois que a água ferveu, colocou a planta, desliga, abafa por dez minutos, pra poder, né?, ficar em infusão. O chá só deve ser tomado doze horas. Tem gente que faz chá pra semana inteira. O chá, ele fermenta com doze horas. *Você não pode tá usando*. Vai fazer, é ânsia de vômito, irritação gástrica, se tomar chá... é... velho, porque tá fermentado. Você tem que ter... é... as... as dosagens que você vai tomar duas a três vezes ao dia. Num vai tomar copões de chá a vida toda. Não é assim. Cê tem que ter critérios pra tomar. Então é... é todo um cuidado. O infuso *é feito assim*. O decocto é quando você cozinha partes duras. Porque a folha ela tem princípios ativos... é... muito sensíveis, chamados óleos essenciais. Se você ferver essas folhas, ele a... Elas evaporam. Então você acaba tomando água com clorofila, né? Num vai tomar chá nenhum. Cê ferveu, cozinhou, cozinhou, evaporou tudo e num tem nada. ‘Ah, o chá



num prestou não hein, num fez bem não'. Claro, cê ferveu, deixou tudo muit... Evaporar, ir embora. Então o infuso é abafadinho dez minutos. Ferveu a água, desligou, jogou as plantas e fechou.

Mas no caso das raízes a indicação é pela decocção: '*o decocto exige um cozimento. Porque cascas, raízes, partes duras, elas precisam ser cozidas um pouquinho pra liberar o princípio ativo.*' Além disso, tem a exigência do tempo da coleta e da maneira de conservar as partes das plantas, já citadas anteriormente.

Já Seu Jamil José entregou para a equipe, numa folha de papel almaço, algumas recomendações a respeito do uso de ervas medicinais. Dentre elas destacamos esta, que propõe algumas medidas exatas para o preparo: "*20 gramas de erva para um litro de água; 10 gramas ou menos de erva seca para um litro de água, depende da planta; uma colherada de erva seca que pesa 2 gramas; uma colherada de erva verde que pesa 5 gramas*". A dosagem, portanto, também é um fator importante para o bom uso das ervas medicinais e esta informação é citada pela maioria dos entrevistados.

Para esta vertente do sistema de medicina popular brasileiro a manutenção da boa saúde depende estreitamente do uso das plantas medicinais. A maioria dos nossos entrevistados afirmou que somente procuram o sistema médico oficial em última instância, pois há uma preferência pelo uso das plantas medicinais em relação aos remédios alopáticos.

Outra observação interessante, mas que precisa ser aprofundada e melhor trabalhada desde descrições mais densas deste costume, é que a produção de remédios caseiros não tem somente por objetivo o uso pessoal. Muitos entrevistados possuem um trabalho de preparação dos remédios para distribuição para pessoas que não têm condições de comprar medicamentos. É gente reconhecida como referência na cidade devido à sabedoria do uso das plantas medicinais e que se caracterizam pelos trabalhos voluntários nessa área. Trata-se de um costume da sociedade local. Além daqueles já citados, destacamos a importância de D. Margarida de Mattos Storck, que começou



seu trabalho com D. Maria dos Remédios no colégio Santa Catarina, e depois deu início a um trabalho voluntário na comunidade do Alemão. Residindo na própria comunidade, D. Margarida fundou uma sala de preparo de remédios, com ajuda de um grupo vindo da Alemanha. Nessa sala eram preparados sabonetes à base de coco ralado com o sumo da erva de bicho, melão de são caetano e arruda, que servia para combater as pragas de piolho. Porém teve dificuldades em continuar seu trabalho devido a uma mudança política na prefeitura que inviabilizou a atividade. Hoje ela é responsável por uma creche que organizou na mesma comunidade.

Também a história da Irmã Betty Velloz Isabel, conhecida como Irmã Verônica, ilustra este viés social. Nascida na Índia, ela começou sua vida religiosa no seu país de origem, vindo para o Brasil como missionária. A partir de suas ações em diferentes comunidades carentes do país, começou a perceber as dificuldades dos moradores para acessar os serviços oficiais de saúde e a quantidade de pessoas doentes que se acumulavam nessas comunidades. Sentiu, então, a necessidade de começar a produzir remédios caseiros para ajudar a essas pessoas. Ao chegar à cidade de Petrópolis, a Irmã Verônica conheceu a Irmã Dulce, diretora do Colégio Santa Catarina, que a indicou para o curso de fitoterapia. Entretanto, nesta época, seu período como missionária no Brasil estava chegando ao final, e ela, juntamente com outras freiras que participavam da mesma missão, pediram a Deus um sinal, caso fosse necessário que esse trabalho de caridade tivesse de ser levado adiante.

Em seu depoimento, Irmã Verônica afirma que foi então que conheceram um rapaz que doou um sítio da família, localizado no bairro Mosela, para que elas continuassem seu trabalho como voluntárias. Nesse sítio foi instalado o convento das Irmãs Franciscanas, e foi ali que a Irmã Verônica pôde continuar com a sua missão de atender às pessoas necessitadas. Neste local são cultivadas diversas variedades de plantas medicinais, além da preparação



de remédios e atendimento à população. Hoje a Irmã Verônica possui uma sala no Colégio Santa Catarina, onde faz atendimentos uma vez por semana.

4. Conclusões

Como foi rapidamente demonstrado até aqui, o sistema de medicina popular em Petrópolis emergiu a partir de um processo de interculturalidade historicamente constituído naquele território. Nesse cenário, acabam por emergir maneiras próprias de cuidado e tratamento, no intuito de dar uma resposta à dor e ao sofrimento. Um exemplo disso é o arsenal de práticas terapêuticas que vêm sendo desenvolvidas na rede de saúde, por cuidadores que, muitas vezes, não são reconhecidos pelo sistema formal. Sua transmissão se deu principalmente através da tradição oral, embora inúmeros fatores tenham contribuído para a introdução de veículos de transmissão escrita destes saberes, reforçando e modificando seus padrões e conformando o sistema nos moldes em que se desenha hoje.

O processo de construção de um modo de viver comunitário (seja em comunidades propriamente ditas – menores e mais fechadas às influências externas –, seja ao tomarmos a cidade como palco do conjunto de vivências comunitárias) implica numa permanente ressignificação de seus elementos constitutivos pelo movimento entre a manutenção de costumes arraigados e a convivência adaptativa com novos saberes, os quais trazem ainda consigo as marcas das formações culturais onde se originaram. Ganha destaque, então, a transição presidida pelos valores da moderna urbanidade brasileira, que vem exercendo pressões sobre hábitos, costumes e tradições; sobre os modos de viver e de produzir. Neste enfronhamento entre saberes e práticas ancestrais e os padrões urbanos da civilização capitalista contemporânea, oriundos principalmente dos valores da medicina científica difundidos popularmente, podemos visualizar, por exemplo, a formulação de novas técnicas de uso que têm por base elementos tradicionais, mas descobrindo,



muitas vezes, novas finalidades para as plantas já conhecidas, a partir dos dados recém incluídos no seu dia a dia.

É importante também destacar duas iniciativas que vem consolidando o viés intercultural desse sistema, propiciando uma integração entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos. A primeira delas é a formação de agentes de saúde comunitários, a qual representa um maior envolvimento da sociedade com as políticas públicas, responsabilizando indivíduos, indicados pelas suas próprias comunidades, pela execução de ações primárias de saúde. Isso vem a dar cara e nome a estas ações. No contexto da vida cotidiana, o sentido emprestado à figura do agente de saúde é o de autoridade em saúde.

A outra iniciativa é a presença das oficinas de ervas e de pequenos laboratórios para a produção semi-artesanal de fitoterápicos, que envolve tanto matérias-primas locais, valendo-se dos conhecimentos tradicionais da população, quanto a introdução de elementos vegetais cujo uso é consagrado entre a sociedade brasileira. Estes espaços são operados pelas próprias comunidades, a partir de ações quase sempre ligadas à Igreja Católica, que promove um treinamento através de cursos ministrados por técnicos voluntários, muitos deles de fora da cidade.

Assim, na medida em que estas ações comunitárias e os agentes de saúde desenvolvem sua missão, eles exercem o papel de introdutores de novos dados no cotidiano das pessoas que, a partir de suas vivências (individuais e coletivas), estarão contribuindo para a consolidação do sistema de medicina popular local. No caso de Petrópolis, o uso de plantas medicinais desponta como o principal conjunto de práticas deste processo, tornando-se necessário um conjunto de ações, por parte dos entes públicos, de apoio às redes e instituições já existentes na cidade. Entretanto, esse movimento, requerido por grande parte dos entrevistados, deve valorizar os saberes e as iniciativas já presentes entre a comunidade. Deve-se respeitar o fato de que o enfeixamento destes saberes e de suas diferentes práticas constitutivas, cabe apenas a algumas pessoas, reconhecidas socialmente pela sua capacidade de mani-



pulá-las. Estes dois movimentos virão, então, realçar e acelerar as interações entre o sistema de medicina popular local e o sistema de medicina oficial.

Cabe ainda nesta conclusão, destacar que nossa análise das fontes produzidas volta-se agora para a interpretação do papel da religiosidade no conjunto destes saberes, o que pode ser percebido, neste texto, em alguns dos fragmentos das entrevistas que destacamos. Estamos interessados em aprofundar principalmente as relações com os saberes oriundos das religiões afro-brasileiras, notadamente a umbanda e o candomblé, na região. A grande incidência de referências a estas práticas nos relatos coletados apontam para um protagonismo que, embora muitas vezes apareça de forma sub-reptícia, perpassa boa parte das entrevistas.

Por fim quero ressaltar que considero os modos de cuidar e tratar da saúde como respostas socialmente organizadas frente às doenças, sendo, portanto, passíveis de ser estudadas como um sistema cultural. Os modelos explicativos dos atores oficiais e aqueles utilizados pelos doentes e suas famílias veiculam crenças, normas de conduta e expectativas que circulam entre todos os habitantes. E são estes instrumentos analíticos que permitem abordar criticamente, em seus aspectos plurais e dinâmicos, o conjunto de valores, crenças e normas de conduta predominantes.

Bibliografia

- LESLIE, C. Foreword. In: Janzen, J. M. *The quest for therapy: medical pluralism in Lower Zaire*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- LEYDESDORFF, S. Desafios do transculturalismo. In: Ferreira, M. M.; Fernandes, T. M. D.; Alberti, V. (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.
- MAUAD, A. M.; SANTOS, F. S. D. Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (Orgs.) *Introdução à História Pública*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011, pp. 81-95.
- PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, pp. 59-72.



- PORTELLI, A. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: Ferreira, M. M.; Fernandes, T. M. D.; Alberti, V. (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.
- RABELO, M. C. M. Religião, ritual e cura. In: ALVES, P.C.; MINAYO, M.C.S. (Orgs.) *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, pp.47-56.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, F. S. D. Práticas e saberes de cura na comunidade portuária do Rio de Janeiro no século XX. In: SANTOS, F. G. (Org.). *Portos e Cidades: movimento portuário, Atlântico e diáspora africana*. Ilhéus: Editus/UESC, 2011, pp. 98-116.
- SANTOS, F. S. D. Doenças do espírito e doenças do corpo: o sistema de medicina caboclo. In: Nascimento, D. R.; Carvalho, D. M. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*, vol. 3. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, pp. 327-360.
- SANTOS, F. S. D.; MUAZE, M. A. F. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2003.

Prof. Dr.Fernando Sergio Dumas dos Santos

Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ/Rio de Janeiro/BR

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: Novembro de 2014

Memória, sociabilidade e espaço público: relações entre as interações e as políticas de museologia social na Amazônia

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo
Museu Paraense Emilio Goeldi/Belém/BR
Prof^a. Ana Claudia dos Santos da Silva
Museu Paraense Emilio Goeldi/Belém/BR

Resumo

O texto apresenta alguns elementos da base teórico-metodológica para a reflexão sobre a relação entre memória social/individual, sociabilidade e pertencimento nas cidades modernas. O estudo sobre as formas de sociabilidade e a construção da memória social analisa como se constroem laços de identidade e pertencimento no Bairro da Terra Firme, localizado na periferia de Belém do Pará e seus espaços públicos, que compreendem a feira, o mercado e ruas circundantes, onde ocorrem práticas cotidianas representadas pelas trocas, conversas com linguagem própria, formas de fazer específicas que caracterizam a identidade do bairro.

Palavras-chave: Memória; sociabilidade; espaço público.

Resumen

El texto presenta algunos elementos de la base teórica y metodológica para la reflexión sobre la relación entre lo social / memoria individual, la sociabilidad y la pertenencia en las ciudades modernas. El estudio de las formas de sociabilidad y la construcción de la memoria social analiza cómo construir la identidad y los lazos que pertenecen en el barrio de Terra Firme, que se encuentra en las afueras de Belém do Pará y sus espacios públicos, que incluyen la feria, el mercado y las calles circundantes donde ocurren las prácticas diarias representados por los intercambios, las conversaciones



con la propia lengua, formas específicas para hacer que caracterizan la identidad del barrio.

Palavras chave: Memória; sociabilidade; espaço público.

Abstract

Some elements of a theoretical and methodological basis are here presented for a reflexion on the relationship between social/individual memory, sociability and sense of belonging in modern cities. The study on forms of sociability and construction of social memory analyzes how identity ties and the sense of belonging are built in the Terra Firme neighborhood in the outskirts of Belém, the capital city of Pará. Public spaces there include the street market, the central market and the surrounding streets, where daily practices represented by exchanges, conversations in a typical local language, and specific ways of doing that describe the neighborhood's identity.

Keywords: Memory; sociability; public spaces.

Introdução

A cidade com seus bairros, ruas, praças, igrejas, mercados, feiras, enfim, espaços de sociabilidades tecidos por complexidades e singularidades, expressam na memória das pessoas que deles se apropriam a ressignificação do vivido. O cotidiano dos moradores dos bairros, sobretudo os periféricos, se apresenta bastante propício para a construção de laços de amizade e reciprocidade em espaços públicos urbanos.

Com o desenvolvimento das grandes metrópoles os grupos sociais se voltaram entre outras coisas para problemas relacionados à preservação e à valorização da cultura, da identidade e da memória social. O estudo da teoria da memória social a partir do século XX se torna crucial para o entendimento destes grupos sociais. O conceito de sociabilidade criado por Georg Simmel procura compreender, por exemplo, a sociedade moderna buscando enten-



dê-la não como algo dado, mas constantemente construído, reconstruído e dissolvido pelos indivíduos por meio de interações recíprocas (SIMMEL, 2005, FRÚGOLI JR, 2007).

A memória coletiva contribui para o sentimento de pertencimento em um grupo de passado comum, bem como o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico. Desta forma se modifica e se rearticula conforme a posição ocupada pelo indivíduo e as relações estabelecidas nos diferentes grupos do qual participa.

A articulação entre a sociabilidade e memória social acontece no encontro que acontece em diversos espaços, quando os grupos se articulam por diversos interesses, sendo a linguagem uma das formas desta articulação da memória inter e intra grupal. Como afirma Bosi (1994), a linguagem é o instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas, como o sonho, as lembranças e as experiências recentes. O que faz com que a memória social surja dessa forma nas cidades é justamente o fato de os grupos estabelecerem relações sociais que podem ser de dominação, cooperação e conflito, que variam no tempo e espaço.

O presente trabalho diz respeito à tentativa de compreender as sociabilidades na configuração do espaço público e suas relações com a memória coletiva em uma cidade da Região Amazônica, Belém, Pará, que representaria um caso de como essas reações se dão hoje em cidades amazônicas e em seus espaços periféricos, os bairros historicamente se constituíram no processo excludente de urbanização, e que se assemelham com diversos espaços de muitas das cidades da América Latina.

O bairro da Terra Firme, em Belém (Pará), é geralmente associado ao estigma de violência (SILVA & SÁ, 2012; SANCHES & COUTO, 2010; COUTO, 2013). Essa ideia é realizada a partir da análise dos espaços públicos do bairro, das propostas de museologia social e das políticas públicas relacionadas à



memória e à cultura, representadas pela proposta dos pontos de memória. A pesquisa exploratória foi realizada a partir da vivência em projetos de extensão do Museu Paraense Emílio Goeldi (instituto de pesquisa sediado em Belém) e de coleta de dados durante um semestre. Também foram utilizados dados secundários extraídos do inventário participativo do bairro (de 2013), e do Relatório do Microprojeto Território de Paz ‘As Diversas Linguagens da Cultura no Bairro da Terra Firme’ (2012), ambos realizados no âmbito do Programa Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

A partir das argumentações apresentadas pelos seus moradores por meio de narrativas e de fragmentos de suas memórias, buscamos compreender como estes moradores se socializam, criam laços afetivos e sentimentos de pertencimento nas diversas situações vivenciadas em seu cotidiano no bairro em relação com políticas públicas culturais representadas pela implantação do Ponto de Memória do Bairro Terra Firme.

O Bairro da Terra Firme: o sentimento de pertencimento de seus moradores

Os estudos socio-antropológicos de comunidades urbanas contribuem, de fato, para o entendimento dos modos de vida em grandes metrópoles, trazendo à tona questões do dia a dia dos sujeitos pesquisados e que na maioria das vezes passam despercebidas por um ‘*olhar Blasé*’ (SIMMEL, 2005) presente no cotidiano das grandes metrópoles. Para o estudo da sociabilidade tomaremos o Bairro da Terra Firme, em Belém, como contexto e as feiras livres e as ruas como fenômeno de estudo. Certeau *et al* definem o bairro como:

[...] um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: o reconhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo



isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento [...] (CERTEAU *et al*, 1996, p. 4).

A sociabilidade, baseada em laços de amizade e reciprocidade, é principalmente construída no cotidiano dos moradores dos bairros, sobretudo os periféricos. Almeida (2011, p. 339) citando Prost, observa que são sorrisos, saudações, cumprimentos, que fazem dos bairros verdadeiros palcos de reconhecimento, de ser conhecido e reconhecido, apreciado e estimado. Também nos bairros, e em seus espaços públicos, ocorrem fenômenos de interação, moldando situações indicadoras das formas com as quais a sociabilidade se ordena ou desordena. Simmel destaca que nas relações de convívio com o outro e contra o outro há várias formas de interações sociais, podendo, inclusive, algumas serem conflituosas.

Todas as formas de interação e associação entre seres humanos com desejo de superar o outro, a troca, a formação de partidos, o desejo de ganhar, as chances de encontro e separação casuais, a mudança entre oposição e cooperação, o engodo e a revanche – tudo isso, na seriedade da realidade, está imbuído de conteúdos intencionais (SIMMEL, 2005, p. 72 *apud* MORAES, 2011).

Os espaços públicos urbanos têm um papel fundamental na ideia de sociabilidade pois neles percebem-se interações entre diversos atores que ali se encontram, e se relacionam. Estas interações que se estabelecem são paudadas tanto por conflitos como por interesses, e o que importa é que ambos estimulam a construção de memórias individuais e coletivas no bairro. Alguns espaços públicos são produzidos inclusive a partir dessa possibilidade de interação, os parques, as praças, as ruas e calçadas.



As feiras livres localizadas nos bairros são, por exemplo, espaços de encontro e de trocas, de confluência entre o rural e urbano nas grandes metrópoles, e se constituem como espaço privilegiado onde são vivenciados, exercitados e atualizados os elementos do modo de ser rural/urbano, representados nos modos de falar característicos, nos hábitos tradicionais de consumo, mas também com os novos hábitos, vistos nos produtos que são comercializados e nas estratégias criadas para sustentar as novas formas de relacionamento que se estabelecem.

A conformação desses espaços públicos se dá também pelas interações face a face, dos ajuntamentos, representados pela ocasião social, na qual estão presentes técnicas de comunicação, encaixes, envolvimento e engajamentos (GOFFMAN, 2010) as interações produzem situações que são na verdade os próprios espaços públicos, as situações dizem respeito às *performances* dos atores sociais nos enquadramentos ou não a seus pretensos papéis (GOFFMAN, 2002).

O Bairro da Terra Firme faz parte da bacia do rio Tucunduba (figura 1), e teve sua ocupação a partir da expansão urbana em direção às áreas de baixadas, que se intensificaram em Belém principalmente a partir da década de 1940. Segundo Sanches e Couto (*apud* ALVES, 2010):

[...] até a década de 40 a ocupação urbana estava mais concentrada no centro da cidade. A partir das décadas de 60/70 e 80, que a periferia passa a sofrer um intenso processo de ocupação espontânea, impulsionada pelo êxodo rural, pela crise econômica e pela valorização do centro com expulsão da população de baixa renda para outras áreas, justamente aquelas sem ou com precária infraestrutura (ALVES, 2010 p. 3).

Segundo Penteado (1968, p. 334 *apud* ALVES, 2010, p. 83):

No início da década de 1960: Escondido entre mangueiras e palmeiras, quase todo edificado com casas de tábuas, colocadas sobre baixas estacas, cobertas com telhas ou folhas de palmeiras, o bairro tem um aspecto de



provisoriamente bem acentuada; apenas sua principal via asfaltada, foge a esta característica; por ela se atingirá a futura cidade universitária de Belém [...] as casas com suas passarelas, denunciando a existência do problema de enchentes durante o ‘inverno’; a presença de vidraças em algumas casas constitui um elemento a favor do melhor padrão de vida de seus habitantes, assim como a cobertura de telhas de barro.

A Terra Firme ganhou este nome por ser formado por terras firmes e altas, próximas às áreas alagadas pelo rio Tucunduba, no limite dos bairros de Canudos e Guamá, como descreve Alves (2010, p. 83). Possui quase 84% de sua área alagada, perdendo apenas para os bairros do Jurunas e Condor. Essa configuração é expressa na fala de seus moradores:

A rua era feita de estivas depois veio ponte de madeira, depois ponte de concreto, depois veio um lixão com muita mosca. Agora a Rua Lauro Sodré onde estou me referindo é aterro com muita lama (LEANDRO COSTA, INVENTÁRIO PARTICIPATIVO, MINC, p. 40).

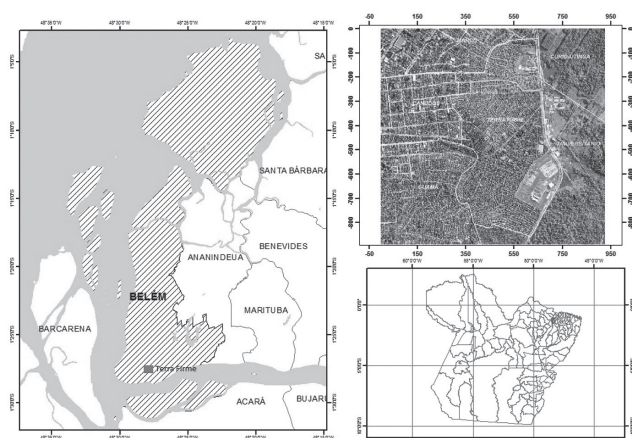


Figura 1 - Mapa de Localização do Bairro da Terra Firme
Fonte: LAENA/NAEA/UFPa, 2014



O Bairro da Terra Firme tem aparecido nos noticiários e nas diversas falas dos habitantes de Belém (evidenciadas em pesquisas acadêmicas) como um lugar violento, com pobreza, exclusão social, falta de infraestrutura e saneamento básico, resultado da expansão urbana que ocorre nas grandes metrópoles, inclusive com casos de mortes e chacinas ocorridas no início de novembro de 2014.

Uma onda de homicídios provocou pânico na população de Belém. Na noite desta terça-feira (04), após confirmação da execução do cabo Figueiredo, da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) da Polícia Militar, boatos de retaliação começaram a invadir as mídias sociais – que contavam ao menos 20 homicídios na região metropolitana. Após a morte do policial militar, internautas começaram a espalhar conteúdo audiovisual que retrata suposto enfrentamento entre policiais e bandidos, nos bairros do Guamá, Terra Firme, Jurunas, Canudos e outros. Ao menos cinco homicídios foram confirmados até o final da noite de hoje e início da madrugada desta quarta-feira (05) (*Diário On Line*, 04/11/2014).

Peixoto e Alves afirmam que:

Na baixada do Guamá falta infraestrutura e sobra violência, assim como ocorre no vizinho e enlameado bairro da Terra Firme, nome irônico para uma baixada. Por lá também passa o Tucunduba. Guamá e Terra Firme têm a mesma identidade de problemas [...]. Tanto num como noutro o desemprego é generalizado. Nas áreas mais pobres, a mesma tipologia de casas de madeiras cobertas com telhas de amianto, sem água corrente e com esgoto correndo aberto nas gretas dos caminhos [...] (PEIXOTO & ALVES, 2009, p. 04).



No entanto, para Durham, em diversos casos “a uniformidade e a segregação relativa parecem favorecer o desenvolvimento de uma sociabilidade local que distingue esta população das camadas mais abastadas” (2004, p. 383). Existe entre a população residente desse bairro uma solidariedade entre vizinhos, amigos, como estratégia para suprir as necessidades e adversidades do seu cotidiano. A partir destas relações também se constrói a memória do grupo.

Ao conversar com os moradores mais antigos da Terra Firme, alguns ressaltam que a violência presente hoje no bairro não existia há uns 30 anos atrás: “todos se conheciam e tinha um objetivo que era a casa, todos eram amigos” (Dona Zuleica)¹.

A memória do bairro por seus moradores converge para um ponto em comum, que é o igarapé do rio Tucunduba, pois, no início, aproximadamente 90% de sua área era alagada e o igarapé circundava toda aquela região, e que foi aterrada mais tarde com lixo para que fossem construídas as moradias hoje existentes, tanto que se pode ver ainda no período de grandes chuvas o alagamento de muitas vias existentes no bairro.

Ao mesmo tempo em que concentra boa parte da população de baixa renda da capital, o Bairro da Terra Firme sofre com a carência de serviços básicos (saneamento, em especial). Nesse bairro também se encontram várias instituições de pesquisa e ensino, seus ‘vizinhos intelectuais’. Para alguns moradores isto significa desenvolvimento para o bairro.

O Bairro da Terra Firme já tem a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), uma parte da Universidade Federal do Pará (UFPA) que tá dentro da Terra Firme, tem o Museu, a biblioteca do Museu, tem o NPI. Tudo isso é o desenvolvimento do Bairro da Terra Firme (ALMIR OLIVEIRA, INVENTÁRIO PARTICIPATIVO, MINC. p. 35).

¹ Líder comunitária em Roda de Memória Museu, Mulheres e Cidadania, durante a Primavera de Museus em 21 de Setembro de 2013, realizada na Escola Brigadeiro Fontenelle.



No bairro se percebe as dificuldades e problemas como o crescimento populacional, a falta de serviços e infraestrutura, violência, falta de emprego, que podem afetar a sociabilidade de seus moradores. Raramente este bairro é referido pelos seus fazeres e saberes culturais, e as suas histórias de conquistas raramente são detalhadas, a não ser em relação às lutas dos movimentos sociais que ali se estabeleceram, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Por conta do processo de ocupação de vários bairros de Belém às proximidades dos rios e pela distância do núcleo urbano inicial da cidade, sua ocupação se deu com a vinda de migrantes do interior do estado, áreas ribeirinhas próximas de Belém e de outros estados vizinhos, como Maranhão, Ceará e outros (RODRIGUES, 2008; PENTEADO, 1968; CASTRO, 2006).

Um exemplo disto é o relato de uma moradora do Bairro da Terra Firme apresentado por Alves (2010, p. 89), como uma característica marcante das áreas adjacentes ao Igarapé Tucunduba.

Olha aqui na nossa área mesmo tem muitos de outros estados, principalmente do Maranhão, pessoal maranhense tem muito, é demais, se você vier entrar ali numa rua que tem aqui que chamam passagem São João, você vai conferir você não vai achar muito paraense você vai achar mais é maranhense, e Acará, o pessoal do Acará, Igarapé-Mirim, esse pessoal de dentro quase do canal se a gente fizer uma pesquisa é mais do interior e na nossa área é muito difícil ser aqui de Belém, se chegar dizer assim, você é aqui de Belém, não sou do interior, eu tiro por mim que também sou do interior, sou de Maracanã e onde vim me atualizar, aqui da área da universidade, aqui eu invadir aqui eu estou.

O contexto do Bairro da Terra Firme em Belém, Pará é marcado por todas essas confluências: pobreza (relativa) e violência, constituindo o estigma e a representação de imagem negativa; ausência de serviços públicos de qualidade, notadamente o transporte, e as vias públicas, saneamento; desordenamento



das residências e ocupações em áreas insalubres, com alagamentos em áreas de baixadas.

Na formação de um território híbrido, esses problemas concorrem com traços e ações culturais complexas, com sentimentos de cooperação, trocas e conflitos, construção de laços de amizade, encontros fluidos ou ajuntamentos reivindicatórios e festivos, cenas propícias para o entendimento dos bairros, das vizinhanças, das estimas e dos pertencimentos, e da memória coletiva, indicadas nas suas singularidades teóricas por Halbwachs (1990), Simmel (2005), Goffman (2010) e Almeida (2011) e evidenciados em estudos de Alves (2010), Minc (2012) e Couto (2013).

As representações da memória no espaço público: a feira, o hortomercado e a rua

As feiras livres são fenômenos sociais muito antigos, que já eram conhecidos desde os gregos e os romanos. O papel das feiras tornou-se verdadeiramente importante a partir do século XI, ultrapassando seu papel comercial, transformando-se em muitas sociedades em entreposto de trocas culturais e de aprendizado onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade (LIMA & SAMPAIO, p. 2).

A feira, portanto, é um espaço de percepções, sentidos e interações, onde redes de sociabilidades, reciprocidades e memórias são tecidas diariamente por feirantes e fregueses, sujeitos sociais que se constroem trocando produtos, saberes e fazeres, criando estratégias de trocas diversas tantos de favores quanto produtos. As feiras livres são espaços públicos de interações sociais, espaço simbólico, um lugar de dádiva e reciprocidade onde a troca se fundamenta nas afinidades, nos laços de amizades e nos vínculos familiares. Georg Simmel ao falar do homem na cidade mostra que a vida nas metrópoles apresenta traço contrastante que se materializa nas atividades cotidianas “em cada atravessar de rua, no ritmo e na variedade da vida social, econômica e ocupacional [...]” (SIMMEL, 1967, p. 12).



O espaço que compreende a Feira, o mercado e o centro comercial possui uma grande efervescência com suas ruas movimentadas pelo trânsito contínuo de pessoas e veículos durante o dia, à noite e aos finais de semana com as festas nos bares e sedes locais. A escolha do espaço da feira para delimitação do *locus* da pesquisa dentro do bairro deve-se ao fato desse espaço social ser produto de práticas cotidianas representadas pelas trocas, conversa com linguagem própria, formas de fazer específicas.

Nesse sentido, apesar da feira estar inserida no contexto do comércio, a análise proposta busca outro viés, entendendo as sociedades humanas como organismos que não buscam apenas as negociações econômicas, mas que também se pautam em parâmetros estabelecidos pelo grupo e que de alguma forma estabelece as relações sociais entre os sujeitos. Estas normas podem se estabelecer de diversas formas, desde uma troca de favores entre feirantes, quando um ajuda o outro como forma de amizade, esperando a ajuda recíproca por parte do outro, até formas de comercialização dos seus produtos, nas quais estabelecem entre determinados grupos preços iguais para que nenhum saia perdendo. Aquele que não aceita este ‘acordo’, ou essa *convenção*, pode não se considerar bem visto pelos seus colegas.

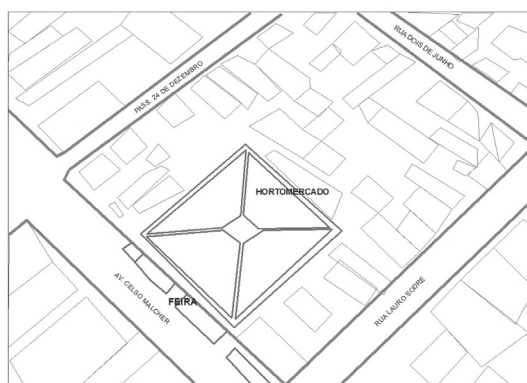


Figura 2 - Localização do Horto mercado e Feira da Terra Firme
Fonte: LAENA/NAEA/UFPA, 2014



As feiras não são somente lugar de consumo, são espaços de sociabilidades e territorialidades que são mantidos e reproduzidos pelas relações entre pessoas. Ao visitar uma feira livre, percebe-se como as relações sociais se diferenciam entre feirante e consumidor, feirante e feirante, feirante e fornecedor, feirante e transeunte, morador e visitante. Há uma aproximação por exemplo entre o vendedor e o comprador no ato da comercialização. A aproximação entre estes dois indivíduos só se realiza durante a feira e através dela. Muitas vezes estas pessoas não se conhecem, não se encontram no dia a dia, só durante a compra.



Foto: Ana Silva, 2012

Figura 3 - Imagem interna do Horto mercado Municipal

Os moradores do bairro reconhecem este espaço como público, e como um lugar de sociabilidade, como fala Maria Odilene:

Duas ruas que eu gosto muito são Celso Malcher e São domingos que é o meu trajeto, por que tem sempre uma atividade de feira e eu gosto muito de feira, né? Ali é um espaço alegre, de socialização, informação e de cultura, um lugar muito afetivo (INVENTÁRIO PARTICIPATIVO, MINC, p. 132).



O mercado se expande com a feira para a Rua Celso Malcher, uma das principais ruas da Terra Firme, uma espinha dorsal. Mercado, feira e rua se transformam no principal espaço de encontros, interações e sociabilidades.

“As ruas são espaços de convivialidade e de ‘urbanidade’” (BORDREUIL, 2005, p. 241). A rua é o lugar onde o cotidiano se expressa. Em diferentes momentos do dia, a rua é apropriada diversamente pelos indivíduos, denotando hábitos e costumes e compondo os caminhos que cada um realiza no seu cotidiano. Ela pode ter variados e convergentes sentidos: de passagem; de fim em si mesma, ou seja, ter o sentido da troca; da festa; da reivindicação; do morar; do território; da normatização; da segregação social e do encontro. Ela é o lugar da manifestação da diferença e da diversidade e também a expressão das normas impostas no cotidiano. Podem-se perceber essas miríades nas ruas da Terra Firme pelos relatos de seus moradores:

Hoje a nossa rua é asfaltada, antigamente não, tinha palafitas. No final da rua, era assim bem atrasado mesmo, às vezes eu chegava a falar que era assim [...] Igual uma cidadezinha de interiores, aquelas cidadezinhas bem [...] Mas agora não, agora já tem várias ruas asfaltadas [...] a violência era menor, agora por ter tido muitas invasões, claro que aumentou violência no bairro. Na minha infância, eu brincava na rua, e hoje a gente não ver mais. As pessoas conversando na frente de suas casas, antigamente, colocavam as cadeiras pela parte da tarde, as vizinhas se reuniam, as crianças brincavam e hoje em dia a gente não ver mais isso. Eu acredito que seja pelo aumento da violência, né? (DIANA CELESTE, INVENTÁRIO PARTICIPATIVO, MINC, p. 100).

A vida cotidiana se manifesta nos usos do tempo e do espaço, nos comportamentos e na sociabilidade, e essas mudanças que ocorrem nesses usos fazem com que as necessidades para a reprodução da vida sejam estritamente



influenciadas, assim como os usos dos espaços e o cotidiano, a partir da análise da rua, o seu uso, a sua apropriação, bem como o ir e vir das pessoas.



Foto: Ana Silva, 2012

Figura 4 - Rua Celso Malcher em Frente ao Horto Mercado

Atualmente a feira localiza ao longo das principais ruas do bairro. Na mesma área, encontra-se também uma ampla rede de comércio, escolas e igrejas e a única Praça da Terra Firme – a Praça Olavo Bilac, com a Igreja de São Domingos de Gusmão, sendo este espaço conhecido como Praça da Igreja. Nesta área também existe uma categoria de feira denominada popularmente de ‘*Shopping Chão*’, onde são vendidas roupas usadas, sucatas de computador, livros e revistas, celulares, peças de fogão, peças para bicicleta, eletrodomésticos etc. Uma espécie de bricabraque, de *bazar de usados*.

O Hortomercado e a feira da Terra Firme, na configuração atual, existem há aproximadamente 28 anos, pois, antes, nesse espaço havia um capinzal com uma estância de venda de madeira. Segundo os feirantes, anteriormente a feira se localizava na TV. Dois de junho, atrás da Igreja São Domingos de Gusmão. Foi na década de 1980 que o Hortomercado foi inaugurado. No início, as barracas eram todas no interior do mercado e depois, com o crescimento de bairro e a necessidade das pessoas, foram surgindo as barracas ao



longo da calçada e da Rua Celso Malcher, como afirma Sr. Vitorino², administrador do mercado.

A feira e o Hortomercado da Terra Firme sustentam as redes de sociabilidades e reciprocidades do bairro, mesmo com as transformações verificadas na dinâmica social resultante do processo de modernização e como as relações ali estabelecidas se associam a memória social do bairro, é importante compreender a ideia de memória coletiva é definida a partir da premissa de que a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, e os seus grupos e instituições. São no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças.

Para Halbwachs (1990, p. 47), o indivíduo recorda seu passado por meio de mecanismos impostos pela sociedade e que são específicos de cada grupo. Isto é, as lembranças para existirem devem ter relações com os quadros sociais dos quais o indivíduo participa. Estes quadros sociais se estruturam conforme as características do grupo social que se encaixam nos quadros sociais que fazem parte de seu cotidiano.

Memória social, pontos de memória e a proposta de museologia social

Uma das alternativas possíveis de agregar a memória, a cidadania e o pertencimento aos valores dos grupos sociais e aos seus processos de interação que formam o espaço público é a Museologia Social. Esse conceito propõe em primeiro lugar a preservação patrimonial em prol do desenvolvimento local, direcionamento que se efetivou principalmente na Declaração de Santiago em 1972, quando foram realizadas análises da situação social da América Latina, em que a maior parte da população era analfabeta e com grandes

² Estes dados foram obtidos a partir dos relatos dos feirantes que participaram da Roda de Memória realizada no dia 28 de maio de 2012, como parte da programação da X Semana de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), sob a coordenação do Ponto de Memória do Bairro e do Museu Emílio Goeldi.



desigualdades sociais e econômicas. Neste sentido, a prática museológica se voltou à qualificação cultural em prol do desenvolvimento humano.

Essa abordagem implica em alterações no conceito de *museu*, instituições que passam a ser vistas como agentes sociais, e nas quais o patrimônio passa a ser contextualizado com um sentido mais antropológico, com as comunidades envolvidas nos processos de memória e preservação patrimonial. Esse ‘empoderamento’ é fruto também da mudança dos cientistas sociais na articulação da pesquisa e das lutas sociais em prol desse engajamento político e social para a garantia dos direitos humanos e exercício da cidadania. Entender como a memória coletiva se articula nos grupos é importante para compreender como o indivíduo constrói sua memória, suas atuações e interações e, consequentemente, sente-se parte do grupo a que pertence e produz o espaço público imbricado nesse processo.

O Programa Ponto de Memória, que desde 2010 vem atuando nas comunidades brasileiras, faz parte das políticas do Ministério da Cultura (Minc), é conduzido pelo Instituto Brasileiro de Museus-Ibram e propõem valorizar as vozes dos sujeitos que não são ouvidos em sua história social a partir de ações de museologia social, como inventário participativo da memória social, criação de exposições, produção de livros, eventos comunitários voltados para a valorização da memória local, oficinas de educação patrimonial com moradores e professores das áreas dos pontos e de coordenação e integração de outras ações dos grupos que já atuam nas comunidades onde os pontos são incentivados.

Em Belém, o Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme foi criado em maio de 2010 é realizado em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, que **há mais de 25 anos** desenvolve o projeto ‘Museu leva Educação e Ciência à Comunidade’ visando uma aproximação entre os moradores do bairro, principalmente os residentes no entorno do Campus de Pesquisa do Museu na Av. Perimetral, e realizando **ações educativas voltadas para as**



áreas de pesquisa do Museu e para as questões relativas à melhoria da qualidade de vida.

A criação de um ponto de memória no bairro vem reforçar a luta pela identidade e auto reconhecimento destes cidadãos que constroem sua história de luta e conquistas e que guardam Memórias dos vários momentos vividos. Desta forma tem-se a valorização de práticas comunitárias que buscam o desenvolvimento e a coesão social, em prol de melhorias das condições de vida e o reconhecimento de sua identidade dos diversos atores participantes deste processo. A fala da Vice-presidente do Conselho do Ponto de Memória da Terra Firme demonstra o sentimento de pertencimento ao bairro quando afirma: “Os moradores do Bairro da Terra Firme têm orgulho de morarem no bairro e se identificam, eu sou da Terra Firme”³.

Atualmente existem 112 pontos de **memória em todo o Brasil**, agora esses pontos estão espalhados por diversas cidades, objetivando o empoderamento e desenvolvimento social dos grupos que buscam reconhecer em suas práticas cotidianas. No entanto muitos problemas são enfrentados por estes grupos, sendo o principal deles a sua própria institucionalização, que poderia facilitar o acesso a financiamentos públicos para a realização dos projetos propostos. Essas informações são encontradas em quase todos os relatos dos participantes de conselhos do ponto de memória.

No encontro da proposta de Museologia Social com o programa Pontos de Memória, exemplificam-se as relações entre políticas públicas e práticas transformadoras no espaço público dos bairros periféricos das cidades. No Bairro da Terra Firme foi possível perceber o desenvolvimento de diversas ações de valorização da memória social do bairro, tais como: realização do inventário participativo; produção de documentário sobre a feira do bairro; reedição do jornal *O Tucunduba*; e Exposição *Terra Firme de Tudo um Pouco*.

³ Eliete Santana, mais conhecida como Neci (Vice Presidente do Conselho Gestor do Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme).



Todas estas ações tiveram como protagonistas os moradores jovens do bairro e mostraram outra imagem da Terra Firme, dando visibilidade à produção cultural e à história de vida de seus moradores, não apenas em Belém, mas também no cenário nacional. Os problemas como exclusão social, ociosidade do jovem em seu tempo livre, baixa autoestima dos moradores principalmente jovens, começam a ser combatidos na própria ação do ponto de memória dos moradores do bairro. No entanto, é bom lembrar que

La memoria constituye también um espacio de divergencia y enfrentamientos, de olvidos y silencios, de prácticas individuales y sociales y de los espacios de apropiación. Reconfiguración y recuperación de las diferentes visiones del pasado hacen parte de la memoria y de sus estrategias de recordar, crear representaciones y constituir enlaces de identidad de los grupos sociales (LEMOS, 2011, p. 240).

Dessa forma, apesar das ações das políticas públicas de memória e patrimônio tentarem fortalecer os laços e as referências de identidade desses grupos, elas esbarram nas ausências de outras políticas, relacionadas à educação, saúde, segurança. Essa configuração continua a produzir uma memória coletiva que é constituída de um movimento de luta pela autonomia e afirmação de práticas sociais desses grupos.

Considerações finais

A rememoração individual se faz na trama das memórias dos diferentes grupos sociais que constituem os quadros sociais da memória (famílias, trabalho, escola, igreja) nos quais os indivíduos se inserem e se relacionam. Ela está impregnada de memórias desses grupos e as maneiras como constroem a sua memória social e coletiva depende das experiências vivenciadas nas suas relações sociais, inclusive nos grupos e encontros ocasionais e nas interações e associações momentâneas dos espaços públicos urbanos. As lembranças se



alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que Halbwachs (1990) denominou ‘comunidade afetiva’. Dificilmente nos lembramos de fora deste quadro de referências. Tanto nos processos de produção da memória como na rememoração, o outro tem um papel fundamental.

As memórias individuais e coletivas têm nos espaços uma referência importante para a sua construção, ainda que não seja condição para a sua preservação, do contrário, povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos se referenciam, também, nos espaços em que eles habitam e nas relações que constroem com esses espaços. Os lugares são importante referência na memória dos indivíduos, já que as mudanças ali empreendidas acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos. Além disso, o espaço se constrói como público a partir das interações e das performances, formando situações ímpares que demonstram as relações sociais dos grupos no cotidiano.

Tentando quebrar o estigma que foi construído sobre o Bairro da Terra Firme, os moradores tendem a manter suas práticas sociais mesmo em situações adversas de medo e insegurança do dia a dia, pois para eles os perigos não são exclusivos da Terra Firme. Para se enquadrarem a essa nova cotidianidade imposta pelo crescimento das cidades e pela ausência de políticas públicas de saneamento e segurança, os grupos criam normas relacionadas aos horários de estar na rua, na feira e para o funcionamento de espaços como ruas, feiras, igrejas, comércios, espaços para festas.

A efervescência característica desse bairro continua presente e os seus moradores vão criando táticas para conviverem com as diversas situações de seu cotidiano. O espaço público da feira, da rua e do mercado na Terra Firme funciona como catalizador da sociabilidade resistente do bairro. Lá se encontram ações de museologia social e de políticas públicas federais que se contrapõem à ausência de políticas de esferas estadual e municipal, dando condições para o reforço do cotidiano, do bairro, e de seu espaço público e do enfrentamento do estigma que esses moradores têm que lidar diariamente.



Apesar das ações no bairro da Terra Firme não se constituírem ainda com organização necessária para sistematizar ideias de participação social em prol da valorização da memória e patrimônio local, como podemos identificar em muitas comunidades e bairros populares de grandes cidades latino-americanas (comunidades da Maré, Cantagalo, Pavão e Pavãozinho no Rio de Janeiro, Brasil, bairros populares de Lima, no Peru etc), **já é possível perceber** uma articulação de estratégias para afirmação da memória coletiva dos moradores da Terra Firme, buscando a construção de um novo presente em busca de outras memórias também significativas.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. P. Sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa, PB. *Revista Brasileira de Sociologia da Educação*, v.10, n.29, 2011, p. 30-47.
- ALVES, E. S. *Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- BORDREUIL, S. La rue sociable, formes élémentaires et paradoxes. In : BRODY, J. *La rue*. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2005.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das Cidades Amazônicas. In: CASTRO, Edna. (Org). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COUTO, A. C. Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém. *REBESP*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 2-13, 2013, jan./jul.
- DIÁRIO do Pará. On Line. Madrugada de execuções na capital paraense. 04/11/2014, 23:45:51. Acessado em 12/11/2014.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.



- FRÚGOLI JR, H. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamentos em Lugares Públicos*, notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.
- LEMONS, Maria Teresa Toribio B. América Latina – Memoria, História y Construcción de la Identidad. *Latinidade*. Vol. 3, n. 2, Jul-Dez, 2011. p 239 – 246.
- LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. *Na feira a gente encontra de tudo...: aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará*. (s/d). Mimeo.
- MINISTÉRIO da Cultura (Minc). *Inventário Participativo do Bairro da Terra Firme*. Projeto Desenvolvimento Institucional e Técnico - Operacional para Ampliação e Consolidação de projetos relacionados à Memória Social no Brasil. Consultoria: Camila Moura Simões, 2012. 220p.
- MORAES, R. M. V. Olhares sobre as práticas cotidianas no mercado central de Marituba/PA. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidade e Igualdade, 11. Salvador. *Anais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível: www.xiconlab.eventos.dype.com.br/.../1308265144_ARQUIVO_Resumo Acessado em 10/11/2014
- MOURA, C. F. S. *Relatório do Microprojeto Território de Paz* “As Diversas Linguagens da Cultura no Bairro da Terra Firme”. Ponto de Memória da Terra Firme, 2012. 200 p. (mimeo).
- PEIXOTO, R. C. D; ALVES, E. S. O movimento social do bairro do Guamá, o Tucunduba e sua vizinhança acadêmica: um debate sobre identidades no FSM de Belém. Belém, 2009. Mimeo.
- RODRIGUES, Carmem. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção da identidade em espaço urbano*. Belém: NAEA, 2008.
- SANCHES, S. B.; COUTO, A. C. O. O Tráfico e a periferia: a (re) produção da violência urbana na cidade de Belém – PA. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2789. Acessado em 12/11/2014.
- SILVA, M. S. R.; SÁ, M. R. Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA) *Argumentum*. Vitória (ES), v. 4, n. 2, jul./dez, 2012. p.174-188.



SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Mana: Rio de Janeiro, v.11, n. 2. Out. 2005. p. 577-591.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Ana Claudia dos Santos da Silva

Museu Paraense Emilio Goeldi/BR

Silvio Lima Figueiredo;

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará/BR

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: Novembro de 2014

Espaço e lugar: o Rio de Janeiro e o Méier ¹

O Méier: memórias, de um espaço, de um lugar, de um outro tempo

Prof. Luiz Edmundo Tavares

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ/Rio de Janeiro/BR

Resumo

Durante os três primeiros séculos, o Rio de Janeiro experimentou maiores dificuldades na sua expansão para a várzea; limitado geograficamente a um quadrilátero irregular cujos vértices eram os morros de Manuel de Brito (São Bento), Conceição, Santo Antônio e Castelo. O restante era sertão, apesar de ainda no século XVI, regiões como o Engenho Novo, Engenho de Dentro, Engenho Velho, Ilha do Governador, Jacarepaguá e Barra da Tijuca, já desenvolverem a cultura da cana-de-açúcar, fazendo da cidade no século XVII, um imenso canavial.

Palavras chave: Méier; memórias, espaço.

Resumen

Em los primeiros siglos, Rio de Janeiro experimento más grande dificultad en la expansión por la llanura, reducido geograficamente a uno quadrilátero irregular cuyos vértices eran grande cerros de Manuel Brito (São Bento), Conceição, Santo Antonio e Castelo. El restante era sertão, apesar de aun in siglo XVI, regiones como Engenho Novo, Engenho de Dentro, Engenho Velho, Ilha do Governador, Jacarepaguá e Barra da Tijuca, desarrollaran una cultura de caña de azúcar, haciendo de la ciudad in siglo XVII, una plantation.

Palabras clave: Méier; espacio, memorias.

¹ Publicado em TAVARES, Luiz Edmundo. *Nas margens da Guaná-Pará: cidade, o homem, a história*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.



Abstract

During the first three centuries, the Rio de Janeiro experienced greater difficulties in its expansion into floodplains; limited geographically to an irregular quadrilateral whose vertices were the hills of Manuel de Brito (St. Benedict), Conception, St. Anthony and Castle. The rest was wilderness, whilst still in the sixteenth century, regions like the Engenho Novo, Engenho de Dentro, Old Mill, Governor's Island, Jacarepagua and Barra da Tijuca, already developing the culture of sugarcane, making the city the XVII century, an immense sugar plantation.

Keywords: Méier; memoirs; space.

*Pus, finalmente, os pés onde murmura
O plácido Janeiro, em cuja areia
Jazia entre delícias, a ternura [...].*

Bocage

1. A cidade

Quando em 1567 foi instalada a cidade do Rio de Janeiro no morro do Descanso, a região da baía da Guanabara já era apreciavelmente conhecida, tendo, inclusive, os franceses realizado uma ocupação por 12 anos (1555 – 1567).

Martim Afonso de Souza, comandante da expedição que veio constatar a veracidade das notícias segundo as quais o sul do Brasil era rico em minerais preciosos, sem êxito na empreitada, além de outros portugueses, espanhóis e franceses, principalmente, já havia experimentado os bons ares da baía da Guanabara, excelente refúgio para embarcações no Atlântico Sul, conforme descreve Corcino Medeiros dos Santos:



[...] ampla e ao mesmo tempo abrigada, pois tem sua barra estreita entre a ponta de São João e a de Santa Cruz, saliências que mais se aproximam com uma distância de 1600 m. No interior a largura da baía chega a 28 Km. O perímetro total é superior a 130 Km e sua área, incluindo a parte ocupada pelas ilhas, chega a 412 Km².²

Nicolas Barré, participante da esquadra francesa que invadiu o Rio de Janeiro em 1555, em correspondência enviada Paris em fevereiro de 1556, também descreveu a baía da Guanabara com alguma exatidão, assinalando:

No dia 10 de novembro, chegamos ao rio Guanabara, rio que mais parece um lago. O local encontra-se exatamente sob o trópico de Capricórnio [...] A baía é bela e fácil de fixar na memória, pois sua entrada é estreita e fechada de ambos os lados por duas altas montanhas. No meio da dita entrada (que tem cerca de meia légua), há uma rocha, com mais ou menos 100 pés de comprimento e 60 de largura [...]. O referido rio é tão espaçoso que todos os navios do mundo poderiam aí ancorar com segurança; sua superfície é cheia de belas ilhas, todas cobertas de verdes bosques [...].³

Mais tarde, em 1649, era o poeta inglês Richard Flecknoe quem se entusiasmava com a baía. É dele:

A entrada da baía é ladeada por dois grandes rochedos, separados um do outro por algumas milhas; um deles é denominado Pão de Açúcar. Ao avançarmos para além do forte que defende a baía, deparamos com a mais sedu-

² SANTOS, Corcino Medeiros. – *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p. 13.

³ *Apud* -, CARVALHO, Jean Marcel. – *Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de Textos, 1531 – 1800*. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 1999, p. 20.



tora paisagem do mundo: um lago, com umas 20 milhas de extensão, todo salpicado de ilhas verdejantes de diversos tamanhos. À esquerda, a umas três milhas do forte, num local onde a baía oferece segurança para a ancoragem de milhares de naus, foi edificada a cidade [...].⁴

Com um recôncavo fértil e bem drenado por numerosos cursos d'água, proliferaram os portos que deram suporte à economia carioca. Ainda em 1565, ano do desembarque militar de Estácio de Sá, foi doada uma sesmária à Companhia de Jesus “para que estabelecesse seu Colégio – abrangia desde a parte alta do rio Iguaçu até uma tapera chamada Inhaum” (Inhaúma).⁵

Coube a Alberto Lamêgo sinalizar a influência da baía da Guanabara no crescimento da cidade, ao enfatizar o papel dos rios, quando registrou:

[...] pelas águas do Meriti, do Sarapuí, do Iguaçu, do Pilar, do Saracuruna, do Guapemirim, do Suruí, do Magé, do Inhomirim, do Macacu e do Guaxindiba é que foram subindo os desbravadores. Ao longo de suas margens é que se foram alinhando os engenhos e as fazendas.⁶

O Rio, mercê da sua localização estratégica privilegiada e das demais condições positivas, tornou-se fundamental no que diz respeito ao acolhimento das embarcações que demandavam ao Oriente, a Angola, ao Prata e ao Pacífico, facilitando e encurtando as viagens.

⁴ Idem, p. 35.

⁵ LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. – “Evolução Urbana e Arquitetônica do Rio de Janeiro”. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, volume 288, 1970, p. 222.

⁶ *Apud* -, TAVARES, Luiz Edmundo. – “A Influência Portuguesa no Rio de Janeiro de Ontem e de Hoje”. in *Revista APPA*, volume 1, n° 1. Londres: Goldsmiths College – University of London, volume 1, n° 1, 1998, p. 11.



A soma de todos esses fatores demonstra o acerto da escolha do sítio onde foi erguida a futura capital do Brasil, no morro do Descanso, por Mem de Sá, em 1567. O próprio governador, citado pelo mestre Eduardo Canabrava Barreiros, relata a sua preferência.

[...] escolhi um sítio que parecia mais conveniente, para edificar nele a cidade do Rio de Janeiro o qual sítio era de um grande mato espeço cheio de muitas árvores grossas em que se levou assaz trabalho em as cortar, alimpar o dito sítio e edificar uma cidade grande cercada de um muro por cima com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia.⁷

Durante os três primeiros séculos, o Rio de Janeiro experimentou maiores dificuldades na sua expansão para a várzea; limitado geograficamente a um quadrilátero irregular cujos vértices eram os morros de Manuel de Brito (São Bento), Conceição, Santo Antônio e Castelo. O restante era sertão, apesar de ainda no século XVI, regiões como o Engenho Novo, Engenho de Dentro, Engenho Velho, Ilha do Governador, Jacarepaguá e Barra da Tijuca, já desenvolverem a cultura da cana-de-açúcar, fazendo da cidade no século XVII, um imenso canavial, conforme se infere em Vivaldo Coaracy:

O século XVII é a era do Rio de Janeiro agrícola, dos engenhos de açúcar que lhe esboçaram a riqueza e lhe dividiram as terras das primeiras glebas radicando as famílias originárias que haviam de constituir o núcleo da sua população. É o tempo em que a cidade, na ânsia de crescimento, rompe os limites estreitos do morro onde a localizara Mem de Sá, e desce para a Várzea, derrama-se pelos vales apertados entre os montes, firmando as

⁷ BARREIROS, Eduardo Canabrava. – “A cidade do Rio de Janeiro de sua fundação aos fins do século XVII”. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, volume 288, 1970, p. 202.



diretrizes materiais do seu desenvolvimento urbano, traçando as ruas primitivas que até hoje perduram.⁸

No mesmo no século XVII intensificaram-se as relações comerciais do burgo carioca, ‘feudo dos Sá’, aumentando sua função de porto exportador e reexportador visando o abastecimento do Potosi, região andina rica em metais preciosos, principalmente a prata, através de Buenos Aires; desenvolvendo o tráfico negreiro com Luanda e com o Paraguai, em virtude dos interesses do governador D. Luís de Céspedes Y. Xérya, senhor de engenhos no Rio de Janeiro, e de Salvador Correia de Sá e Benevides, ‘encomiendeiro’ no Tucuman, depois do seu casamento com D. Catarina de Velasco, filha do governador do Chile, D. Pedro de Ugarte, sobrinha de D. Luís Velasco, Vice-Rei do Peru. Era Salvador, também, o principal proprietário de terras no Rio de Janeiro, interessado no tráfico de africanos e no rico comércio ilegal com o rio da Prata.

Em 1680, refletindo a necessidade de oficializar esse comércio, explorando as indeterminações do Tratado de Tordesilhas de 1494, o governador do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo, seguindo orientação da metrópole, fundou a Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires, dando curso a querela entre lusitanos e castelhanos que culminou com a assinatura do Tratado de Madri (1750). Nesse momento, o Rio constituía-se no principal porto da colônia, exercendo singular função militar.

Com a descoberta do ouro na última década dos setecentos, o burgo carioca recebe peculiar impulso, pois era o principal centro abastecedor de Minas Gerais cuja população, em 1776, chegava a cerca de 320.000 habitantes. Corcino Medeiros dos Santos fundamenta a nossa assertiva ao afirmar:

⁸ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1965, p. 7.



O número de armazéns existentes no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII constitui um índice seguro do crescente movimento comercial da praça carioca. [...] Além dos armazéns reais – o do Arsenal Marinha e o do Trem – havia na Segunda metade do século XVIII, mais o da cidade, construído junto da Alfândega; o construído por Francisco da Mota Leite, na Prainha e que por sua morte foi transferido à Ordem Terceira de São Francisco; o de Domingos Martins Brito, também na Prainha, o da Saúde, construído pelo capitão Antônio Leite por volta de 1760. Em 1763, o capitão Luís Manuel Pinto, em troca de uma casa que possuía na fralda do morro de São Bento que foi tomada para depósito dos apetrechos de construção naval, recebeu do Vice-Rei Conde da Cunha, terrenos na Ilha das Cobras, onde edificou dois armazéns. O sétimo armazém foi construído na Ilha das Enxadas por José Antônio Barbosa; o oitavo foi erigido também na Prainha pelo contratador do sal, Luís Antônio Ferreira no vice-reinado do Conde de Rezende e o nono foi construído na Gamboa por José da Costa de Araújo Barros já no ano de 1806.⁹

O centro da cidade também experimentou modificações substanciais, podendo ser citados como exemplos mais significativos: a Casa do Governador, depois Paço Imperial; o aqueduto dos Arcos da Lapa; o Arco do Teles; o chafariz da hoje denominada Praça XV, cuja obra é creditada a Mestre Valentim; a urbanização da Lapa, com a construção do Passeio Público, também de Mestre Valentim; e os templos religiosos da atual rua Primeiro de Março, excetuando-se a Candelária, entre outros.

2. A cidade e o subúrbio

É o Méier o orgulho dos subúrbios e dos suburbanos.

Lima Barreto

⁹ SANTOS, Corcino Medeiros, Op. cit., p. 72.



Concomitante ao crescimento da cidade, a região que mais tarde constituiria os subúrbios experimentava algumas mudanças ao longo do século XVII. Na centúria anterior já tinham sido realizadas as obras iniciais de drenagem e saneamento nos engenhos Velho e Novo que, ao lado da Fazenda de Santa Cruz, desde 1656, transformaram-se em ‘centro de produção fabril’.

Deles saíram madeiras trabalhadas, tijolos, ladrilhos, telhas e ferragem para as construções da cidade e o levantamento de fortificações bem como materiais para obras de várias espécies, como fossem as hidráulicas e as aberturas de caminhos.¹⁰

Entre esses caminhos, na época merece destaque especial a Estrada Real de Santa Cruz, relevante na redução das dificuldades no contato entre a parte central da urbe carioca e o interior, através de São Cristóvão. Aí, os campos de Irajá e Inhaúma recebiam maior estímulo ao crescimento econômico. Mais tarde, registra-se a ocupação do desfiladeiro de Irajá (atualmente Campinho), ponto estratégico por onde passou Jean François Duclerc em 1710, quando do seu ataque ao Rio, merecendo, portanto, maior atenção das autoridades cariocas. Nessa região, posteriormente, surgiram os bairros de Madureira, Cascadura e Campinho, a partir da Fortaleza de Nossa Senhora da Glória, de 1822.

Nomesmo século XVII, agora com referência aos campos que constituiriam os subúrbios cortados pela antiga Estrada de Ferro Leopoldina, ressaltamos o ano de 1635, quando foi erguida a Capela da Nossa Senhora da Penha, origem da famosa Igreja da Penha, responsável pelo nome do importante bairro, por Baltasar Cardoso. O lugar transformou-se rapidamente em local de romaria, existindo, ainda hoje, a rua dos Romeiros, reminiscência desse passado. A primitiva capela foi erguida no cume de um morro e a Igreja de

¹⁰ LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. Op. cit., p. 244.



Nossa Senhora da Penha constitui-se atualmente em um dos principais símbolos da nossa cidade.

O século XVIII vai revelar-se particularmente decisivo para a cidade, acanhada e pouco populosa, apesar do movimento do porto, gradativamente transformado no principal da colônia, superando Salvador nos oitocentos. Nesse momento constata-se o acerto de Mem de Sá ao escolher o sítio no morro do Castelo, no qual o Rio de Janeiro nasceu.

A luta com os espanhóis pela manutenção da colônia do Sacramento e o desenvolvimento da mineração fizeram avultar a preponderância carioca, que com os portos de Salvador, Luanda e Buenos Aires contribuíram para fortalecer a grande ‘estrada’ que era o Atlântico Sul.

Desde o final do século XVI, as relações comerciais do burgo carioca com Buenos Aires já mereciam destaque, reportamo-nos à figura de Salvador Correia de Sá e Benevides, “agora associada a Frei Francisco da Vitória, bispo de Tucuman, no contrabando com o Potosi, via Rio da Prata”¹¹ Alice Piffer Canabrava, acerca desse comércio, registra :

Calcula-se que por volta de 1597 entravam em Buenos Aires, procedentes do Brasil, cerca de 250 escravos por ano, que eram vendidos em Potosi, a 250 pesos cada um; em 1603, o número oficialmente computado chegava a 450.¹²

Nilo Garcia emérito estudioso do assunto, em brilhante ensaio apresentado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ressalta:

¹¹ TAVARES, Luiz Edmundo. “O Porto do Rio de Janeiro: Reflexões sobre a sua influência no Prata no século XVII”. – in *América Latina em Discussão*. UERJ, 1994. Volume 1, p. 184.

¹² *Apud* – TAVARES, Luiz Edmundo. “O Porto do Rio de Janeiro: Reflexões sobre a sua influência no Prata no século XVII”. – in *América Latina em Discussão*. UERJ, 1994. Volume 1, p. 184.



Na primeira metade do século XVII Salvador de Sá e Benevides dispunha de asiento em Buenos Aires, destacando-se como traficante de negros. Em seu reduto administrativo no Rio de Janeiro, nessa época, circulavam livremente os reales, moeda de prata espanhola, razão talvez de haver o referido Governador tentado estabelecer uma casa de fundir moeda no Rio de Janeiro [...].¹³

De fato, a vocação comercial do porto do Rio de Janeiro estava consolidada, contribuindo, em muito, os campos do interior com razoável produção de açúcar, aguardente, farinha, feijão, arroz e milho, principalmente. Nesse momento, penúltima década do século XVIII, tínhamos uma população estimada em 38.707 indivíduos na zona central e 14.615 na região que mais tarde constituiria a zona suburbana da cidade.

No século XIX, quando da chegada da corte portuguesa, em 1808, a população era estimada em aproximadamente 60.000 almas. E, em 1821, chegávamos a cerca de 116.000 habitantes, dos quais 31.121 localizavam-se no sertão. Em 1850, o número de habitantes demonstrava acentuado crescimento atingindo a quantidade de 266.466 habitantes, “sendo 155 864 livres e 110 602 escravos. Nas freguesias urbanas e suburbanas viviam 205 906 indivíduos, cerca de 77% da população, enquanto nas freguesias rurais residiam 60 550 indivíduos”.¹⁴

As freguesias rurais, onde surgiram os subúrbios eram, portanto, pouco habitadas em comparação com as urbanas e suburbanas e assim permaneceram por bastante tempo. Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro experimentava sensíveis mudanças, tornou-se grande centro de consumo, estimulando o desenvolvimento das zonas periféricas, como as freguesias rurais, por exemplo. Fábricas, bancos, estabelecimentos comerciais e voltados ao lazer atraíam novos indivíduos à cidade. A importância cultural carioca não tinha par no país. A cidade urbanizava-se.

¹³ Idem, p. 184.

¹⁴ SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas e Polacas*. São Paulo: Ática, 1992, p. 11.



Em relação aos transportes, com a concessão dada ao Sargento-mor Sebastião Fábregas Suriquê, em 18 de outubro de 1817, foram criadas as duas primeiras linhas de gôndolas no Rio de Janeiro. Uma dirigia-se a São Cristóvão objetivando “proporcionar uma condução cômoda às pessoas que quisessem ter a honra de beijar a Augusta Mão de sua Alteza [...]”.¹⁵ A outra partia para Santa Cruz, cobrindo o percurso entre o centro urbano e a zona rural em aproximadamente cinco horas.

A ferrovia começou a impor-se em meados do século XIX, os subúrbios ganhavam visibilidade. Até então, o Caminho do Aterrado ou das Lanternas, obra de Grandjean de Montigny, e a antiga Estrada Real de Santa Cruz eram as principais vias que conduziam ao ‘meio rural’. Em 1858, a inauguração do primeiro trecho da E. F. D. Pedro II possibilitou a integração do que hoje conhecemos como ‘subúrbios da Central’. A região da Leopoldina começa a ganhar destaque a partir de 1897, conforme ressalta Sylvia F. Padilha, quando afirma:

Em 1897, a Leopoldina Railway organizou-se como empresa, ampliando o capital primitivo e expandindo seus negócios. Por esse tempo Inhaúma e Irajá também cresciam, transformando-se em importantes núcleos populacionais. ‘Além da estação inicial que estava situada em São Francisco Xavier, contava as de Jockey Club (Triagem), Bonsucesso, Penha e Meriti. Os outros pontos do percurso eram simples paradas: Benfica, Amorim, Ramos, Olaria, Kilometro 10, Brás de Pina, Cordovil e Vigário Geral, dentro do Distrito Federal [...] O primeiro núcleo de habitantes dessa zona que mais acentuadamente prosperou foi Bonsucesso. Esta localidade e as de Ramos, Olaria e Penha, em pouco tempo – entre os anos de 1898 e 1902 – tiveram seus terrenos divididos em lotes, organizando-se simultaneamente empresas para construção de prédios’.¹⁶

¹⁵ DUNLOP, Charles. – *Os Meios de Transportes do Rio Antigo*. – Rio de Janeiro: Grupo de Planejamento Gráfico, editores, 1973, p. 26.

¹⁶ PADILHA, Sylvia F. Da. “Cidade Velha à periferia”. In *Revista Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1986, p. 21.



A linha Auxiliar, incorporada à E. F. Central do Brasil em 1903, e a E. F. Rio Douro completaram, na época, a integração do subúrbio ao centro da cidade.

Enquanto os trens cumpriam o seu papel de rasgar a cidade, os bondes, a partir de 1868, permitiam estender os bairros além da linha férrea, apesar de fatores como, por exemplo, os elevados preços das passagens, dificultarem a interiorização da população, tanto que, em 1872, do total de 274 000 habitantes, apenas 46 000 residiam na região suburbana. Efetivamente, a expansão urbana derivada da extensão das linhas férreas, na época, atendeu aos interesses tanto do capital nacional como do capital internacional, principalmente inglês.

3. O Méier

Você sabe, eu sou do Méier
 Não preciso da cidade pra viver
 Pois o Méier tá com tudo, pode crer
 Se você não acredita, por favor, vá ver

 O Méier tem um jardim pra gente amar
 É lá que eu vou construir meu lar
 O Méier sempre foi o maioral
 É a capital dos subúrbios da central.

Samba do Méier
 Wilson Batista – Dunga

A construção do engenho novo dos jesuítas assinala o primeiro impulso da região hoje correspondente aos bairros de Pilares e Inhaúma.

Sabe-se que em 1717, o Conde de Assumar, viajando para Minas Gerais, ficou admirado com a grandiosidade do engenho ‘não só pela quantidade



de pretos que ali trabalhavam’, mas pelo modo de moer com água tornando ‘mui suave’ o trabalho.¹⁷

Após a expulsão dos inacianos, durante o reinado de D. José I (1750-1777), as terras do engenho novo, segundo consta dos *Autos de Demarcação e Limites do Engenho Novo*, passaram em grande quantidade para o capitão José Paulo da Mata Duque Estrada e sua mulher Maria Dulce de Castro Duque Estrada, constituindo o embrião do bairro do Engenho de Dentro, a antiga Quinta dos Duques, posteriormente englobada ao Méier, em virtude da ligação com a família do Camarista Méier.

As terras da antiga Quinta dos Duques compreendiam o espaço entre os atuais bairros de Benfica e Inhaúma. As principais vias de comunicação eram os rios Faria e Timbó, e a Estrada Real de Santa Cruz, que ia da Cancela, (São Cristóvão) até Santa Cruz, construída por iniciativa dos jesuítas, que na sua Fazenda tinham grande produção agrícola e no início do século XVIII, segundo Antonil, contavam aproximadamente 20 000 cabeças de gado bovino. A região, parte do sertão carioca, foi apreciavelmente beneficiada ao longo do século XVIII, quando da construção de numerosas chácaras que permitiram à população urbana mais abastada fugir da insalubridade e do burburinho da cidade.

Em 1890, a Freguesia do Engenho Novo, criada pela Lei n.º 2335, de 2 de agosto de 1873, compreendia a população de aproximadamente 28 000 habitantes. O topônimo Méier, como designação da área que hoje abrange o bairro, surgiu em 16 de junho de 1903, em virtude do Decreto n.º 434, que criou o 2.º Distrito da então Freguesia do Engenho Novo.

O bairro deve à ferrovia, a então Estrada de Ferro D. Pedro II, as condições para o seu primeiro grande surto de progresso no século XIX. A ferrovia,

¹⁷ *Apud* -, TAVARES, Luiz Edmundo. “Subúrbio: A (“IN”) Previsão”. in [SYN] *THESIS*. Cadernos do Centro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ. Volume 1. N.º 1. 1997, p. 32.



ao cortar as terras da família Méier, trazia, aos poucos, a população que se estabelecerá às margens dos trilhos, pois como afirmou Lima Barreto:

O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou S. Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central.

Para os lados, não se aprofunda muito, sobretudo quando encontra colinas e montanhas [...].¹⁸

Antes da inauguração da estação ferroviária, ocorrida em 13 de maio de 1889, a Canela do Perna de Pau, entre as ruas atualmente denominadas Medina e Coração de Maria, permitia o embarque e o desembarque das pessoas que, pelo Caminho do Basílio, atual rua Silva Rabelo, atingiam os pontos mais distantes.

O bairro comporta hoje duas regiões com acentuadas diferenças, o 'lado' da rua Dias da Cruz e o 'lado' do Jardim do Méier. O primeiro foi ocupado inicialmente utilizando-se o Caminho, hoje rua Dias da Cruz, que permitia acesso ao Caminho do Mateus, atual rua Aquidabã, e à rua Lins de Vasconcelos, que registra o nome do militar, morador da Boca do Mato, facilitando a que se chegasse à Serra do Mateus. O 'lado' do Jardim do Méier, possuía ligação com a Estrada Real de Santa Cruz, mais tarde avenida Suburbana, hoje avenida D. Hélder Câmara, através das atuais rua José Bonifácio e Aristides Caire. Lima Barreto registra:

Na rua José Bonifácio canto da Estrada Real. Pela manhã gosto de ler os jornais num botequim que há por lá [...] Quando saio de casa e vou à esquina

¹⁸ VASCOCELLOS, Eliane (org.). *Lima Barreto: Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2001, p. 691.



da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vejo bem a miséria que vai por este Rio de Janeiro'.¹⁹

Além do trem, o bonde exerceu sensível influência na dinamização do Méier. Bairro inicialmente de passagem, com linhas secundárias, aos poucos concentrou outras que tinham ponto final em seus limites. A primeira linha que atendeu a região pertencia à Companhia Ferro Carril de Vila Isabel, fundada em 1872, por João Batista Drummond (Barão de Drummond), Joaquim Rodrigues de Oliveira e Carlos Frederico Taylor. Ia da Praça Tiradentes, antiga Constituição, aos bairros do Andaraí e Engenho Novo. Posteriormente, com a criação da Companhia Ferro Carril do Cachambi, contemplou-se o Méier, ainda bairro de passagem, com a linha que cortava o Engenho Novo ao Engenho de Dentro. Após o início de atuação da Light, em 1904, e a introdução dos serviços de distribuição de energia elétrica para os subúrbios, disseminaram-se os bondes elétricos, responsáveis iniciais pela interligação de toda a cidade.

Lima Barreto, então morador do bairro de Todos os Santos, cuja obra utilizamos com mais constância para enfatizar a importância do Méier nas primeiras décadas da República, escrevia, em relação aos bondes e ao bairro:

O Méier é o ponto inicial de quatro linhas de bondes, uma até de grande extensão, a de Inhaúma, e outra que leva à Boca do Mato, lugar pitoresco, que já teve fama de ter bons ares, para curar moléstias do peito, como diz o povo. Além das quatro de que falei, três linhas vindas do centro da cidade, passam por esta localidade, de modo que a impressão que dá não é bem de

¹⁹ *Apud* -, TAVARES, Luiz Edmundo. "Subúrbio: A ("IN") Previsão". In *[SYN] THESIS*. Cadernos do Centro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro; UERJ. Volume 1. N.º 1, 1997, p. 32 e 33.



um subúrbio, mas de uma cidade de classe média. Junte-se a isto a Central com os seus trens de subúrbios, e verão que não aumento.²⁰

Em torno da estação ferroviária, interiorizando-se, inicialmente com a utilização dos bondes, e mais tarde com os lotações e ônibus, os subúrbios crescem e contribuem substancialmente para o fortalecimento da nossa cidade, embora não tenham merecido da maioria dos governantes maior reciprocidade ao seu papel. Ocorre singular descaracterização, o Méier de Lima Barreto, Agripino Grieco, Wilson Batista, Aristides Caire, entre outros, enfrenta problemas semelhantes àqueles de qualquer subúrbio, quase sempre relegados a segundo plano, exceto em momentos de eleições. Todavia, o subúrbio, ironicamente sobrevive, ainda que marcado por profundo preconceito. A fronteira simbólica, tão estudada pelos antropólogos, que destaca a *aparência* daquele que habita outras regiões consideradas nobres, em oposição ao suburbano e, após a década de 60 do século XX, a nova fronteira física imposta pelo túnel Rebouças, não podem, entretanto, apagar a singular contribuição que, desde o século XVI, a região hoje cortada pela ferrovia, presta à história da cidade – marco indelével no esforço de crescimento da nação.

4. Conclusão

Na vida dos subúrbios, a estação da estrada de ferro representa um grande papel: é o centro, é o eixo dessa vida.

Lima Barreto

Foi objetivo desse trabalho, resgatar a importância das terras que hoje constituem os subúrbios, particularmente o Méier, e que desde o século XVI contribuem para o desenvolvimento da cidade. A partir das freguesias de

²⁰ Idem, p. 33.



Irajá e Inhaúma, sob os mais diversos aspectos, o subúrbio tornou-se decisivo para o Rio de Janeiro atingir o status que hoje ostenta no país.

Na origem da existência da cidade do Rio de Janeiro, restrita ao centro acanhado, coube ao sertão contribuir com a produção agrícola, criação de gado, produção de materiais para construção, e fomento, através dos vários portos existentes na baía da Guanabara, com o comércio interno. Os rios, outrora volumosos, permitiram intenso movimento, como lembrou com veemência o mestre Alberto Lamago, cabendo destaque ao conjunto Faria e Timbó, através dos quais eram exportados açúcar e telhas, ainda no século XVIII. Na centúria anterior, a cidade, segundo Vivaldo Coaracy, era um imenso canavial e, além de área produtora, contribuía para o lazer, como relatou D. Juan Francisco Aguirre em 1782, ao assinalar. “No caminho que dá acesso à cidade, denominado novo, estão localizadas muitas chácaras, nas quais nota-se uma forte influência do bom gosto inglês. [...]. Os proprietários procuram sempre instalar suas chácaras num local que lhes permita fugir do forte calor do verão, o que têm conseguido com brilho.”

Com a transferência da Corte portuguesa em 1808, inaugurou-se uma nova era para a cidade, já elevada à categoria de capital desde 1763, quando estimulada pela circulação dos metais preciosos, mudou, sobremaneira, suas características na zona central. Ao mesmo tempo, em função da Colônia do Sacramento, marcou sua importância sob o aspecto estratégico.

Ainda com referência ao século XIX, as freguesias rurais começaram a ser vistas como regiões de maior importância, principalmente a partir da utilização dos trens e dos bondes. Aqueles assinalam a ocupação longitudinal da cidade, estes facilitam a ocupação transversal, sendo exemplo marcante o bairro do Méier.

Com relação ao Méier, os problemas crescem de forma impressionante transformando-o em verdadeira síntese do que ocorreu em outras regiões da cidade, infelizmente. Atingir àqueles que nos devem, no mínimo, a devolu-



ção do que é arrecadado em impostos e taxas, sensibilizando-os em relação às mínimas necessidades do lugar e sua gente, tornou-se um compromisso.

Recortadas pela memória, pessoas, situações revivem.

O espaço e o lugar ganham unidade. O Rio de Janeiro e o subúrbio resistem e quando conseguirem conquistar o que lhes é devido desconsiderarão a afirmativa de Lima Barreto que, em *Clara dos Anjos*, afirma: “O subúrbio é o refúgio dos infelizes”.²¹

5. Bibliografia

BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. – “A Cidade Do Rio de Janeiro De Sua Fundação Aos Fins Do Século XVII”. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, volume 288, 1970.

CARVALHO, Jean Marcel. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de Textos, 1531 – 1800*. Rio de Janeiro: EdUERJ : José Olympio, 1999.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1965.

²¹ BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964. p. 131.



- DUNLOP, Charles. *Os Meios de Transportes do Rio Antigo*. – Rio de Janeiro: Grupo de Planejamento Gráfico, editores, 1973.
- LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. – “Evolução Urbana e Arquitetônica do Rio de Janeiro”. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, volume 288, 1970.
- PADILHA, Sylvia F. Da “Cidade Velha à periferia”. in *Revista Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1986.
- SANTOS, Corcino Medeiros. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas e Polacas*. São Paulo: Ática, 1992.
- TAVARES, Luiz Edmundo. – “A Influência Portuguesa no Rio de Janeiro de Ontem e de Hoje”. in *Revista APPA*, volume 1, n ° 1. Londres: Goldsmiths College – University of London, volume 1, n° 1, 1998.
- _____. *Nas margens da Guaná-Pará: a cidade, o homem, a história*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- _____. “O Porto do Rio de Janeiro: Reflexões sobre a sua influência no Prata no século XVII”. – in *América Latina em Discussão*. UERJ, 1994. Volume 1.
- _____. “Subúrbio: A (“IN”) Previsão”. in [SYN] *THESIS*. Cadernos do Centro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: U.E.R.J. Volume 1. Nº 1. 1997.
- VASCOCELLOS, Eliane (org.). *Lima Barreto: Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar. 2001.

Luiz Edmundo Tavares

Departamento de História – UERJ

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: Novembro de 2014

Medio ambiente y Regionalismos: ¿cómo el desarrollo puede ser sostenible?

Prof^a Dr^a Méryl Thiel
Universid externa de Bogotá/Bogotá/COL

Resumo

Frente às múltiplas formas de regionalismo na America Latina, e à luz da importância da questão ambiental, o problema surge para saber como o desenvolvimento pode ser sustentável: a CAN vai funcionando como uma engrenagem, permitindo o êxito dos objetivos da OTCA: sua eficácia jurisdicional associada a sua unidade se apresenta como um modo eficiente para pensar na realização dos objetivos da OTCA. Este papel se propõe, então, a focar na influência da unidade cultura sobre a criação, tanto como os mecanismos de garantia de aplicação das normas ambientais nos países andino-amazônicos, para que o desenvolvimento seja sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; jurisdição; meio ambiente.

Resumen

Frente a las formas múltiples de regionalismos en América Latina, y a la luz de la importancia de la cuestión medio ambiental, se plantea el problema de saber cómo el desarrollo así esbozado puede ser sostenible: la CAN va funcionando como una rotula, permitiendo el éxito de los objetivos de la OTCA: su eficacia jurisdiccional asociada a su unidad cultural se presenta como un modo eficiente para pensar la realización de los objetivos de la OTCA. Esta ponencia se propone, entonces, enfocar en la influencia de la unidad cultural sobre la creación tanto como los mecanismos de garantía de aplicación de las normas medioambientales en los países andino-amazónicos, para que el desarrollo sea sostenible.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible; jurisdicción; medio ambiente.



Abstract

Front the multiple forms of regionalism in Latin America and in the light of the importance of the environmental issue, the problem arises for how development can be sustainable: CAN will function as a gear, enabling the success of objetivos of OTCA: its effectiveness jurisdictional associated with its drive appears as an efficient way to think about the achievement of OTCA objectives. This paper proposes then to focus on the influence of the culture unit on creation as much as the guarantee of mechanisms of implementation of environmental standards in the Andean-Amazonian countries, so that development is sustainable.

Keywords: Sustainable development; jurisdiction; environment.

I. Introducción

Desde un punto de vista ontológico, el medio ambiente es *lo que está en torno a; lo que constituye el contorno de*. El medio ambiente, lejos de ser exclusivamente sinónimo de ecosistema, se correspondería entonces de manera más global con el mundo que nos rodea, ya se trate de la fauna, la flora, los seres humanos y sus creaciones o de otros, entiendo por eso las ‘tecnologías’. El propio término de *medio ambiente* debería bastar entonces para expresar la idea de *desarrollo sostenible*. En esa línea, el concepto sería cuando menos redundante, aunque no estuviese carente de sentido. Además, las críticas doctrinales acerca de su polisemia, y por tanto su imprecisión, chocan con el consenso internacional sobre su necesario respeto¹: ¿acaso no es el desarrollo en sí mismo *sostenible*? Además, el discutible carácter vinculante de los actos internacionales adoptados lleva a pensar que las conferencias organizadas permiten únicamente alimentar la ilusión de una toma de conciencia de las diferencias en cuanto al desarrollo, utilizando el argumento de *medio*

¹ Aknin, A.; Froger, G.; Géronimi, V.; Méral, P.; & Schembri, P. (2002). Environnement et développement: quelques réflexions autour du concept de développement durable. *Martin JY*, 51-71.



ambiente como un subterfugio. Y aunque desde 2012 se hayan adoptado casi cuarenta y un acuerdos y/o modificaciones de textos internacionales², ¿cuántos de ellos han permitido un cambio notable de la situación?

La encíclica *Laudato Si* aporta un principio de respuesta. A pesar de su indiscutible dimensión religiosa, este texto resulta útil para nuestro propósito por un doble motivo. En primer lugar, en el momento en que se desarrolla este Foro, es el texto más reciente referente a la cuestión medioambiental. En segundo lugar, permite pensar en el medio ambiente en su sentido originario, y por tanto modular las concepciones en vigor en el panorama internacional desde los años 70. En otros términos, permite repensar las respuestas aportadas hasta la fecha por las organizaciones internacionales:

111. La cultura ecológica no se puede reducir a una serie de respuestas urgentes y parciales a los problemas que van apareciendo en torno a la degradación del ambiente, al agotamiento de las reservas naturales y a la contaminación. Debería ser una mirada distinta, un pensamiento, una política, un programa educativo, un estilo de vida y una espiritualidad que conformen una resistencia ante el avance de paradigma tecnocrático. De otro modo, aun las mejores iniciativas ecologistas pueden terminar encerradas en la misma lógica globalizada. Buscar solo un remedio técnico a cada problema ambiental que surja es aislar cosas que en la realidad están entrelazadas y esconder los verdaderos y más profundos problemas del sistema mundial.

² http://iea.uoregon.edu/page.php?query=base_agreement_list&name=%3Ci%3E%3Cb%3ERecent%3C/b%3E%3C/i%3E%20Multilateral%20Environmental%20Agreements%20%28from%20January%202012%20through%20the%20present%29&where=start&InclusionEQ=MEA&Sig_DateGE=20111231.



Más aun,

166. Las Cumbres mundiales sobre el ambiente de los últimos años no respondieron a las expectativas porque, por falta de decisión política, no alcanzaron acuerdos ambientales globales realmente significativos y eficaces.

El papa Francisco I aporta así una doble innovación conceptual a la cuestión medioambiental: por una parte, el medio ambiente se piensa ahora a través de un espectro más global, y especialmente a través de la idea de cultura. Por otra, las respuestas a este problema de múltiples facetas se hallan, en un primer momento, en la crítica del carácter vinculante de los actos internacionales adoptados desde Río 1992. Y luego, posteriormente, en el desmantelamiento de la gobernanza mundial actual: ¿sería el desenlace, como sugiere la encíclica, la redefinición de la cooperación interestatal o, dicho de otro modo, una renovación de la concepción del Estado westfaliano y la globalización³?

El *medio ambiente* parece ser, en efecto, un pretexto para ciertos Estados, y una carga para otros. En el caso de Latinoamérica, la cuestión tiene, no obstante, una amplitud particular: la selva amazónica es en el imaginario colectivo un espacio mítico. No solo es el lugar que acoge la biodiversidad más rica del mundo, sino que además abarca actualmente casi 6 millones de kilómetros cuadrados. Y aunque represente un 51% del territorio brasileño, la selva amazónica no es propiedad de Brasil. Se extiende por otros ocho países del continente sudamericano: Bolivia, Colombia, Ecuador, Guyana, Guayana francesa, Perú, Surinam y Venezuela. Frente al potencial medioambiental, económico y social que reviste la Amazonia, y también para canalizar las tensiones entre Estados, Brasil puso en marcha, el 18 de diciembre de 1978, el Tratado de Cooperación Amazónica (TCA), que incluye a los ocho Estados

³ Nota: el informe de 1995 de la ONU.



unidos territorialmente por esta selva: “para lograr un desarrollo integral de los respectivos territorios de la Amazonia es necesario mantener el equilibrio entre el crecimiento económico y la preservación del medio ambiente”⁴.

En un contexto internacional en el que la toma en consideración del medio ambiente todavía está dando sus primeros pasos, este tratado, que entró en vigor el 12 de agosto de 1980, por la originalidad de sus objetivos, se perfila como una verdadera base jurídica para garantizar que “la cooperación entre las Partes Contratantes servirá para facilitar el cumplimiento de estas responsabilidades, continuando y ampliando los esfuerzos conjuntos que están realizando en materia de conservación ecológica de la Amazonia. Contemplado por las Partes Contratantes como “un proceso de cooperación que redundará en beneficio de sus respectivos países y de la Amazonia” en su conjunto”, el TCA plantea la cuestión de la constitución de un ‘club amazónico’. Además, en 1998, el Protocolo de Enmienda dio origen a la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), aunque esta no cobró vida hasta el 2 de agosto de 2002, con la firma de Colombia y la creación de la Secretaría Permanente (SP/OTCA). Por lo tanto, de forma paralela a los mecanismos internacionales de eficacia discutida y discutible, existen mecanismos regionales competitivos. Pero considerando, por una parte, la complejidad de la arquitectura regional en Latinoamérica, y, por la otra, la universalidad de los problemas medioambientales, ¿es posible pensar que la OTCA pueda ser la única organización que se ocupe de regular la cuestión medioambiental? ¿Hay que hablar de regionalismo o de regionalismos?

Entre los países que comparten una parcela del pulmón del planeta hay que distinguir al grupo de los países andinos, unidos por relaciones comerciales y económicas. Además de compartir un patrimonio medioambiental común, los vínculos entre la OTCA y el Grupo Andino residen en la cronología de su institucionalización. En 1969, el Pacto Andino fue firmado por Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. En 1983 veía la luz la primera

⁴ TCA, preámbulo.



decisión del Grupo relativa al medio ambiente: el sistema José Celestino Mutis prevé regular la utilización de los medios de producción, de productividad y las tecnologías utilizadas para las cosechas agrícolas en una óptica de preservación de los espacios forestales de los países miembros. Ahora bien, en 1978-1980 nació el TCA, uniendo estos mismos países andinos a los demás países amazónicos. Este juego de espejos cronológico continúa en 1996 con la transformación del Grupo Andino en la CAN⁵. Pero en 1998-2000 nació la OTCA, y Colombia fue el último país en ratificar el texto: de este modo, la constitución del club amazónico no resultó tan fácil. En virtud del principio de la *uti posseditis de facto*, Brasil ocupó la Amazonia desde la conquista portuguesa. Sin embargo, Brasil es líder geopolítico y económico de la región, y en vista de sus pretensiones representa una cierta amenaza para los demás Estados fronterizos. El país del *Orden y Progreso* sigue estando en el primer plano del panorama internacional. Su habilidad diplomática y sus particularidades histórico-geográficas lo convierten en una indiscutible potencia regional. Los demás miembros de la OTCA temían pues que Brasil no desease dicho Pacto más que para inmiscuirse en el sistema comercial creado por el Pacto Andino. La ratificación del Tratado por Venezuela —aunque tardía— fue percibida entonces por los demás miembros como un posible contrapeso a Brasil. En 2006, la firma de TLC de los gobiernos colombiano y peruano con Estados Unidos reconfirmó la composición de la CAN: Venezuela denunció el Pacto Andino. Aun así, ese acto político-jurídico, de peso considerable, no tuvo incidencia alguna sobre su presencia dentro de la OTCA. De ello se deriva pues que, desde 2006, las relaciones económicas y comerciales de los países ‘andinos’ ya no estén institucionalizadas, y el único *foro* en el que se encuentran sea la OTCA, cuyo objetivo es medioambiental: ¿será entonces el aspecto medioambiental la clave que permita regular las relaciones económicas? O dicho de otro modo, ¿cómo utilizar el pilar medioambiental para garantizar las relaciones comerciales internacionales?

⁵ Ref. sobre este proceso.



Recurriendo, por una parte, al estudio del juego de las fechas de creación de cada una de estas organizaciones regionales y, por otra, al análisis de la redefinición de la arquitectura geopolítica sudamericana, intentaremos poner de manifiesto la especificidad de lo que los gobiernos entienden por ‘protección del medio ambiente’ y cómo lo vinculan a las preocupaciones más globales del desarrollo sostenible. A la luz de lo señalado en *Laudato Si* y considerando, en primer lugar, la debilidad de los mecanismos internacionales; luego, la urgencia de pensar nuevas formas de cooperación interestatal; y, por último, el interés particular de la cuestión medioambiental para los países sudamericanos, cabe pensar que el encuentro de los regionalismos en torno a esta temática favorece un desarrollo efectivamente *sostenible*. La porosidad de la interacción CAN- OTCA (I) permite una producción textual común y coherente susceptible de luchar contra la injerencia ecológica internacional. Sin embargo, en esta cooperación atípica aparentemente fecunda se perfila una especie de hegemonismo medioambiental regional: los mecanismos de garantía de esta misma interacción, aunque inscritos en una voluntad de equilibrio, conducen a una especie de control regional sobre ciertas temáticas medioambientales (II).

II. La porosidad de la interacción CAN – OTCA: una lucha contra la injerencia ecológica

Aunque existen múltiples formas de injerencia, la calificada como *ecológica* se parece a una forma inmaterial y consiste en una presión política importante sobre un Estado para que adopte las medidas que se esperan⁶. Debido a su composición y al objeto de su interés, la CAN y la OTCA actúan buscando la realización de un objetivo parcialmente común. Ahora bien, este enfoque responde también tácitamente a la necesaria lucha contra la injerencia ecológica democrática practicada por la sociedad internacional. Dicho de otro modo,

6 Borras, Pentinat, S. “El Impacto Ambiental de la Condicionalidad: ¿La Globalización Sostenible?”. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII, n. 23, nov. 2005. Disponible en: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=165>.



la multiplicidad de los textos internacionales referentes al medio ambiente impulsa a los Estados a adoptar medidas nacionales de envergadura. ¿Pero tienen en cuenta en la práctica dichos textos los intereses regionales? El análisis de la estructura de la CAN y de la OTCA no permite responder de forma totalmente afirmativa a esta pregunta. Por tanto, para hacer valer sus intereses y considerando al mismo tiempo la prioridad ‘amazónica’, el encuentro de los regionalismos sudamericanos constituye una forma de lucha contra la injerencia ecológica democrática. Esta cooperación atípica adopta entonces la forma de una creación normativa que responde tanto a una lógica de anticipación (A) como de adaptación (B) a la presión internacional.

A. Anticipación: una creación normativa originaria

Teniendo en cuenta las fechas de firma del Pacto Andino y del TCA, y considerando asimismo la fecha de creación de la CAN y de la OTCA, esta parte se dedica al estudio de las normas promulgadas antes de la creación de cada una de estas organizaciones. Del estudio de estos textos se desprende la voluntad de construir una relación competitiva en el ámbito internacional o, en otras palabras, la voluntad de determinar una identidad sudamericana través del espectro ecológico.

El preámbulo del TCA subraya la necesidad, para los países signatarios, de cooperar en las esferas tanto económicas como sociales y medioambientales. La preocupación medioambiental estrictamente se produce *solo* en el cuerpo del Tratado. Y aunque incluso el valor jurídico de un preámbulo sea discutible en sí, en tanto que parte del tratado, su fuerza vinculante sigue siendo idéntica a la del tratado al que precede⁷. Así, en resumen, el preámbulo del TCA subraya el aspecto multidimensional del desarrollo *sostenible* y, contrariamente a su objetivo *inicial*, no se concentra únicamente en la cuestión medioambien-

⁷ You, P. “L’interprétation des traités et le rôle du préambule des traités dans cette interprétation”. *Revue de droit international, de sciences diplomatiques et politiques*. Tome XX (1942), pp.22-45



tal. ¿Habrían impulsado, entonces, los Estados sudamericanos, bajo pretexto de la primacía otorgada al medio ambiente, el concepto de *desarrollo sostenible*?

La primera decisión sobre el medio ambiente, en lo que concierne a los países del Grupo Andino, está relacionada con la reglamentación de la agricultura y la seguridad alimentaria⁸. En otras palabras, las cosechas agrícolas no deben invadir los espacios forestales. El sistema andino ‘José Celestino Mutis’ consiste en la mejora de los medios de producción, de productividad y de las tecnologías agrícolas, estableciendo al mismo tiempo zonas protegidas. Con este fin se privilegia, por supuesto, la cooperación entre Estados miembros⁹. Más significativo todavía es el preámbulo de la decisión 182, que se anticiparía al informe Brundtland mencionando como tal la expresión ‘generaciones actuales y futuras’. Para garantizar un medio ambiente de calidad similar o mejor a las generaciones actuales y futuras, las medidas, las estrategias y los planes de acción adoptados deben tener pues en cuenta los límites de las reservas forestales fijadas. Se perfila entonces la hipótesis de un impulso sudamericano de los textos internacionales: al verse directamente afectados por la cuestión del Amazonas, y en vista de las menciones textuales, ¿no habrían alentado los países amazónicos la aparición del concepto de desarrollo sostenible?

Si es cierto que los preámbulos ilustran no solo una voluntad de construcción identitaria sobre la base de un patrimonio medioambiental, sino también una anticipación normativa y conceptual notable sobre la producción internacional, entonces también será cierto que el cuerpo del TCA y las decisiones de la CAN deberán seguir, consiguientemente, esta vía.

El artículo I del TCA establece que las Partes Contratantes estarán obligadas a realizar esfuerzos para la “preservación del medio ambiente y la conservación y la utilización racional de los recursos naturales de esos territo-

⁸ CAN. DEC. 182. Sistema andino ‘José Celestino Mutis’ sobre agricultura, seguridad alimentaria y conservación del ambiente. 1983

⁹ CAN. DEC. 182. Sistema andino ‘José Celestino Mutis’ sobre agricultura, seguridad alimentaria y conservación del ambiente. 1983. Artículos 1 y 2



rios”. Con este mismo espíritu, se trata de “asegurar la utilización racional de los recursos hídricos”¹⁰. No obstante, estas disposiciones se aplican indistintamente en el territorio amazónico o en cualquier otra parte del territorio de los Estados signatarios que presente los mismos riesgos o fragilidades¹¹. Así, la importancia de los ríos y de los recursos hidráulicos queda consagrada¹². Para ello, y “a fin de mantener el equilibrio ecológico de la región [...] las Partes Contratantes deciden: a) Promover la investigación científica y el intercambio de informaciones. b) Establecer un sistema regular de intercambio adecuado de informaciones sobre las medidas de conservación que cada Estado haya adoptado o adopte en sus territorios amazónicos”¹³. Los ámbitos de la investigación, el desarrollo y la cooperación técnica están pues omnipresentes, y el objetivo recurrente sigue siendo ‘utilizar racionalmente’ los recursos de los territorios amazónicos respectivos, ya sea en el plano medioambiental¹⁴, humano¹⁵ o económico¹⁶. En esa línea, la Decisión 345 de la CAN prevé una reglamentación relativa a las patentes que afecten a las especies vegetales. Quien debe tomar las medidas adecuadas es la legislación nacional de cada miembro de la organización, respetando la política iniciada por el Pacto Andino. Y aunque no se haga expresamente referencia al medio ambiente, la temática de los vegetales nos acerca a la definición ontológica. Más aún, hace del medio ambiente una temática al servicio de la economía. La cuestión principal de esta decisión no deja de ser la de la propiedad intelectual. La cuestión ambiental se plantea entonces como un *mal necesario* para la afirmación de las ambiciones de la CAN.

¹⁰ TCA, artículo V.

¹¹ TCA, artículo II.

¹² TCA, artículos VI a IX.

¹³ TCA, artículo VII.

¹⁴ TCA, artículos V y siguientes.

¹⁵ TCA, artículo XI.

¹⁶ TCA, artículo XII.



Las riquezas naturales comunes a los países amazónicos crean *de facto* un vínculo político entre naciones, y por tanto una voluntad colectiva de protección del bien común. No obstante, las ambiciones del *club amazónico* oscilan entre necesidad de desarrollo económico y protección del medio ambiente. ¿Pero son verdaderamente antinómicos los dos aspectos? El impulso sudamericano del concepto de desarrollo sostenible se comprueba de una forma cada vez más segura pero, paradójicamente, la anticipación normativa realizada, aunque hubiera podido en teoría contener la injerencia ecológica internacional, no ha hecho sino atrasar lo inevitable. El *club amazónico* ha tenido que adaptarse, de hecho, al movimiento político-jurídico posterior a Río 1992 creando normas originales.

B. Adaptación: una creación normativa original

Cuando la forma regional adoptada por los países signatarios del Pacto Andino evolucionó hacia la CAN, las normas vinculadas al medio ambiente se multiplicaron. Todavía más, se ideó una estructura institucional, con la creación de tres comités distintos para abordar cuestiones medioambientales¹⁷. Asimismo, cuando los Estados signatarios del TCA decidieron instituir una organización regional encargada de la aplicación de las disposiciones del presente tratado, la estructura establecida permitió no solo una visibilidad internacional de las ambiciones medioambientales de los países de la zona, sino también una ampliación de los objetivos contemplados por el tratado. Frente a la evolución estructural de estas dos agrupaciones estatales, observamos una adaptación normativa mutua en lo que respecta al ámbito medioambiental: las normas adoptadas en el marco de la CAN se presentan como una consecuencia de la ampliación temática notable en el marco de la OTCA, y a la inversa. De ello se deriva que actualmente la OTCA no defiende exclusivamente la protección del Amazonas. También se ocupa, entre otras cosas, de

¹⁷ CAN. DEC. 435. Comité Andino de Autoridades Ambientales (CAAAM).



la protección de los derechos de los pueblos indígenas¹⁸. Del mismo modo, la CAN tiende a reglamentar con más seguridad la cuestión de los recursos hidráulicos¹⁹.

La unidad cultural que vincula a los miembros de la CAN se recuerda constantemente, y la Decisión 391, de 2 de julio de 1996, establece además claramente un vínculo entre los pueblos indígenas y la protección del medio ambiente. En esencia, se trata de la utilización de las biotecnologías y de su compatibilidad con el respeto de los recursos genéticos de los países miembros y del medio ambiente²⁰. Ahora bien, unos años antes, la Declaración de Manaos de 1992, en el marco del TCA, vinculaba biotecnologías y pueblos indígenas. Asimismo, antes de la adopción del Protocolo de Enmienda y la creación de la Secretaría de la OTCA(SP/OTCA), la Decisión 436 de la CAN²¹ estableció un vínculo explícito entre comercio y medio ambiente, aspecto en el que insistiría la OTCA en sus resoluciones posteriores²², sobre todo en lo referente a los recursos hidráulicos²³.

Poco antes de la Cumbre de la Tierra de Johannesburgo, en 2002, se creó la Secretaría de la OTCA, y con ella nació la sacralización de las cuestiones relativas al desarrollo de los países amazónicos. Al contrario que las integraciones regionales como el MERCOSUR o la CAN, que dan primacía al desarrollo económico y crean vínculos con las demás esferas del desarrollo, como el medio ambiente, la OTCA pone de relieve el desarrollo humano y medioambiental en un primer momento, y luego lo vincula a la dimensión económica. La Declaración de Lima y las tres resoluciones asociadas

¹⁸ TCA, artículo 13. Declaración de Manaos, 1992.

¹⁹ Cf. TCA e importancia de la temática.

²⁰ CAN. DEC. 391. Régimen Común sobre Acceso a los Recursos Genéticos (1996). Preámbulo, artículos 7 y 13.

²¹ CAN. DEC. 436. Registro y Control de Plaguicidas Químicos de Uso Agrícola (1998). Artículos 1, 13 y, sobre todo, 15.

²² RES/VII MRE-TCA/1. Adoptada en Lima. 1995.

²³ Especialmente: Declaración de Manaos, 1992 y 2009.



amplían así el espectro medioambiental de la OTCA y lo vinculan a los derechos de los pueblos indígenas, y de un modo más general al pilar cultural latinoamericano.

Simultáneamente, la estrategia regional para los países tropicales iniciada por la CAN prevé, en su objetivo VI, una mayor cooperación con los miembros signatarios del TCA. Así, para desarrollar la capacidad de negociación internacional en materia de conservación y utilización sostenible de la biodiversidad andina, se plantea claramente el establecimiento de una política comunitaria exterior sólida. De ello se deriva que los miembros de la CAN decidieron, entre otras colaboraciones, crear vínculos privilegiados con los miembros signatarios del TCA. Este nuevo impulso se inscribe pues en el contexto internacional de la Cumbre de Johannesburgo: de esta forma es posible subrayar la dimensión de *adaptación* de las normas de estas dos organizaciones, en cuanto contemplan trabajar de consuno, al mismo tiempo que se influyen la una a la otra. Más aún, a través de esta decisión se muestra claramente la cooperación entre los dos protagonistas.

Actualmente, dentro de la CAN, la temática *medio ambiente* está regulada por tres normas o, más concretamente, tres *estrategias*, cada una de ellas relacionada con un punto particular de la temática medioambiental que plantea un problema específico a los países andinos. La norma base de este plan en tres partes hace referencia a los productos tropicales y apunta al fortalecimiento de una acción comunitaria en el marco de un desarrollo sostenible²⁴. Para ello, esta *estrategia* pretende ser un instrumento flexible susceptible de adaptarse a las circunstancias imprevistas y a los avances científicos y tecnológicos en la materia. La segunda *estrategia* aspira a prevenir las catástrofes naturales y actuar ante ellas. Para eso, la garantía de la aplicación de las disposiciones pasa por un fortalecimiento de la cooperación entre órganos de la CAN²⁵, lo que vendrá a consagrar la tercera *estrategia* en el

²⁴ CAN. DEC. 523. Estrategia Regional de Biodiversidad (2002). Preámbulo.

²⁵ CAN. DEC. 713. Modificación de la Decisión 591: Estrategia Andina para la



ámbito específico de los recursos hidráulicos²⁶. A través de esta producción normativa, la CAN ilustra pues la influencia de la OTCA del mismo modo que la toma de conciencia económica y política de la protección del medio ambiente.

La unidad normativa y la interdependencia *a priori* de estas organizaciones llevan a pensar en una fuerte cohesión regional, próxima a una comunidad intra-regional: *¿Uno para todos y todos para uno?* La supuesta porosidad de la relación CAN-OTCA se asimila así a una lucha contra la injerencia ecológica democrática. Sin embargo, esta acción común de los países *amazónicos* tienen un reverso: a base de reivindicar la defensa de determinados derechos en esta parte del globo, los mecanismos de control pensados para cada una de estas dos organizaciones pueden provocar una forma de hegemonismo regional.

III. La garantía de la interacción CAN-OTCA: mecanismos institucionales que actúan para un hegemonismo regional

Aunque el recurso a disposiciones jurisdiccionales sigue siendo el procedimiento más eficaz, la fuerza vinculante y el alcance de las decisiones dictadas constituye un notable punto de dificultad en el ámbito medioambiental. Además, la OTCA no presenta un sistema de resolución de diferendos, al contrario que la CAN. La garantía de la interacción CAN-OTCA reside pues en la utilización de mecanismos institucionales. Entre impulso y apoyo, los proyectos de cooperación entre organismos regionales y/o países de la zona (A) se hacen eco del trabajo realizado por las instancias encargadas de velar por la correcta aplicación de las políticas elegidas, que, entre protección y sanción, aseguran la aplicación de las normas creadas (B). Y si bien esta

Prevención y Atención de Desastres (2009). Artículo 4.

²⁶ CAN. DEC.763. Estrategia Andina para la Gestión Integrada de los Recursos Hídricos (2011).



lógica parece estar en el origen de una protección eficaz, plantea también la cuestión del posible surgimiento de una forma de hegemonismo regional.

A. Los programas de trabajo, entre impulso y coordinación

La SP/OTCA se encarga de dos tipos de planes de cooperación. El primero incluye la realización de programas de coordinación en torno a distintas temáticas vinculadas con la zona del Amazonas. Cada proyecto está dividido en áreas de competencias, dirigidas por un país miembro de la OTCA, que prevé un calendario de trabajo. Actualmente, hay cinco temáticas: Asuntos Indígenas; Asuntos Sociales, Transportes; Coordinación de Salud; Coordinación de Ciencia, Tecnología y Educación; y Coordinación de Medio Ambiente, cada una de ellas compuesta al menos por un plan de trabajo centrado en un proyecto preciso. El segundo tipo de plan de cooperación consiste en la realización de proyectos concretos que permitan alcanzar los objetivos de los programas adoptados, más amplios. Son, más concretamente, proyectos de financiación. Se trata entonces de cooperación entre la SP/OTCA y organismos de financiación internacionales o regionales. A diferencia del primer tipo de programa, estos últimos consisten en una asociación financiera. No obstante, ambos programas funcionan conjuntamente, y los proyectos de apoyo vienen a integrarse y a participar en la realización de los programas de coordinación temática. En otros términos, hay una verdadera articulación entre los proyectos financieros que constituyen el mecanismo práctico necesario para la puesta en marcha de las acciones temáticas más globales de la OTCA. Los planes así trazados por la OTCA, en cuanto que permiten el encuentro de actores que plasman en lo concreto las mismas ambiciones políticas, se sitúan pues en una óptica de entre impulso y coordinación. En ese sentido, la OTCA es una organización *completa*: está dotada de sus propios mecanismos institucionales. ¿Qué papel puede desempeñar entonces la CAN?



Si bien el mecanismo de resolución de diferendos de la CAN permite una garantía efectiva de las temáticas abordadas, los mecanismos institucionales de que se ha dotado la organización están pensados reflejando los de la OTCA. De ello se deriva una interacción más ‘garantizada’ en cuanto a que los dos protagonistas se encuentran en ciertos puntos institucionales. La dimensión comunitaria sigue estando en el centro mismo de las preocupaciones de la CAN: las estrategias pensadas deben inscribirse en el marco de las políticas elegidas por la comunidad andina²⁷. Actualmente, los programas de cooperación contemplados son menos numerosos que en el marco de la OTCA. Además, son más *generales*: se trata, por ejemplo, del Programa Regional de Biodiversidad en la región Amazónica de los Países Miembros de la Comunidad Andina (BIOCAN) o del Programa Adaptación al Cambio Climático en la Región Andina (Programa ACC) - SGCAN – GIZ. Tanto uno como otro contemplan exclusivamente cuestiones relacionadas con el ecosistema, a diferencia de los proyectos de la OTCA, que pueden incluir temáticas de índole medioambiental, entendida en un sentido amplio. No obstante, los objetivos siguen siendo armonizar, evaluar y priorizar los distintos métodos y resultados obtenidos hasta la fecha. El Proyecto de Adaptación al Impacto del Retroceso Acelerado de Glaciares en los Andes Tropicales (PRAA) se hará más preciso en cuanto a las ambiciones de la CAN y pondrá de manifiesto no solo la cooperación entre distintas entidades, sino también la capacidad de respuesta de la organización: a la vez innovador y también adaptado, el impulso dado por la integración económica hace de la temática medioambiental un instrumento suplementario al servicio del desarrollo. En otros términos, los proyectos regidos por la CAN permiten pensar en un desarrollo *sostenible* y plural.

Estos programas, si bien responden a una misma exigencia de garantía de las políticas iniciadas por cada una de las organizaciones, se llevan por tanto a cabo de formas muy distintas. Sin embargo, esta diferencia puede

²⁷ *Ibidem*, p.23.



resultar fecunda si pensamos en un proyecto que incluya a la CAN en su totalidad y a la OTCA. Aunque en el marco de la SP/OTCA los planes de trabajo estén en sí entre impulso y coordinación, pensarlos con el prisma de los de la CAN permite dar una nueva forma a esta dialéctica. En efecto, el impulso proporcionado por la envergadura de los proyectos de la OTCA asociado a la fuerza de coordinación de los de la CAN convierte a estos dos protagonistas en líderes regionales en regulación medioambiental. ¿Pero cómo garantizar la aplicación de dichos proyectos?

B. Las instancias de control, entre protección y sanción

La SP/OTCA constituye el pilar ejecutivo de la organización. Es el órgano que recomienda: tiene en cuenta las recomendaciones de la Comisión de Coordinación del Consejo de Cooperación Amazónica²⁸, que representa los intereses de los Estados miembros en cuanto surge una cuestión referente a la cooperación²⁹. Los ministros de Relaciones Exteriores de las Partes Contratantes son quienes “convocan las reuniones, definen la política común [...] y adoptan las decisiones tendientes a la realización de los fines propuestos en este instrumento”³⁰. Dicho esto, estas reuniones no pueden celebrarse más que a solicitud de una de las Partes y a condición de que la apoyen otros cuatro miembros. Una vez más, la dimensión comunitaria de la OTCA es notable, lo que participa en la hipótesis de un bloque regional hegemónico.

Paralelamente al papel preponderante de los ministros de Relaciones Exteriores, hay que observar la importancia de los representantes diplomáticos que componen el Consejo de Cooperación Amazónica, que se encargan, entre otras cosas, de “velar por el cumplimiento de los objetivos y finalida-

²⁸ Reglamento de la Secretaría Permanente de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica, artículo I.

²⁹ TCA, artículo XXII. Reglamento de la Secretaría Permanente de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica, artículo 3

³⁰ TCA, artículo XX.



des del Tratado, velar por el cumplimiento de las decisiones tomadas en las reuniones, considerar las iniciativas y proyectos y elaborar reglas y un reglamento que permitan asegurar un buen funcionamiento”³¹. Además, dentro de este Consejo que tiene un poder de decisión capital, hay que subrayar la mención del posible papel de los observadores, tanto si se trata de Estados como de organizaciones regionales o interregionales. Y aunque tampoco se precise nada, esa mención permite pensar, por ejemplo, en la acción de la CAN dentro del Consejo. La Declaración de Lima de 2009 vendría a ilustrar esta idea de cooperación intra-regional reiterando por una parte su necesidad³², y, por otra, insistiendo en la reactivación de la OTCA. Ahora bien, en esa fecha, Venezuela había renunciado a la CAN. De este modo, a través de la OTCA, la cooperación sudamericana en materia medioambiental adopta una nueva forma. Los miembros de la OTCA intentan convertir sus instancias encargadas de velar por las disposiciones del TCA en auténticos órganos de garantía de dichas medidas, entre protección y sanción. Además, esta Declaración entra en sintonía con las medidas iniciales del Tratado: “las decisiones adoptadas requerirán siempre del voto unánime de los Países Participantes”³³.

Independientemente de estos órganos, las Partes Contratantes deben crear comisiones nacionales permanentes para hacer aplicar las disposiciones del Tratado dentro de su territorio³⁴. Además, pueden crear comisiones especiales para el estudio de cuestiones específicas en torno a determinados puntos del Tratado³⁵, al estar estas destinadas a encontrar medios de aplicación concretos y eficaces para los proyectos iniciados en la región y vinculados con la Amazonia, tanto si se trata de temas relacionados con la salud, los derechos indígenas, la educación, las infraestructuras y las tecnologías

³¹ TCA, artículo XXI.

³² Declaración de Lima, 2009, puntos 1 y 14.

³³ TCA, artículo XXIV.

³⁴ TCA, artículo XXIII.

³⁵ TCA, artículo XXIV.



como, más explícitamente, con el propio medio ambiente. Estas comisiones apoyan, articulan y supervisan los proyectos desarrollados por la SP/OTCA. En otras palabras, son órganos encargados de velar por una aplicación concreta de los proyectos iniciados.

En el marco de la CAN son los Comités quienes centrarán nuestra atención. El Comité Andino de Autoridades Ambientales (CAAAM) tiene la función de apoyar las políticas y decisiones de la Secretaría General³⁶. Al término de Río de Janeiro 1992, y considerando la fecha de creación reciente de la OTCA, las competencias de que está dotado oscilarían entre protección y sanción. Aunque en teoría constituya un apoyo institucional para la Secretaría, en la práctica, en vista de las competencias múltiples de esta última, el CAAAM se perfila más bien como una rama de ‘buena conciencia’: será en parte competente para formular propuestas de estrategias subregionales que garanticen la gestión *sostenible* de los recursos naturales³⁷. Del mismo modo, recomienda y promueve mecanismos de cooperación para que los países andinos resuelvan juntos los problemas medioambientales³⁸. Por último, aspira a promover la coordinación con los demás *fora* interamericanos en el ámbito medioambiental y/o del desarrollo sostenible³⁹. Y aunque se contempla expresamente el Foro de Ministros de Medio Ambiente de América Latina, la OTCA no deja de ser la organización regional explícitamente dedicada a la cuestión medioambiental, una particularidad regional consecuente. En ese sentido, y en comparación con esta alianza informal, la cooperación CAN-OTCA se revela no solo posible, sino también deseable. Varios años después de la creación de la CAAAM, la región andina dispone de un segundo órgano de control y de impulso de las políticas medioambientales: el Comité Andino para la Prevención y Atención de Desastres (CAPRADE), que se ocupa de coordinar y promover las políticas,

³⁶ CAN. DEC. 435. Creación del Comité Andino de Autoridades Ambientales (1998).

³⁷ *Ibidem*, artículo 3.a.

³⁸ *Ibid.* b.

³⁹ *Ibid.* c.



las estrategias y los planes de acción referentes a la prevención y la gestión de desastres medioambientales, alentando la cooperación y la asistencia mutua entre países miembros. El tercer y último ‘mosquetero’ resulta ser el Consejo Andino de Ministros de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible, que actuará como instancia de coordinación de las actividades del CAAAM y del CAPRADE en cuanto a que les notificará los elementos sobre los que deben pronunciarse y dichas instancias deberán tener en cuenta las notificaciones del Consejo⁴⁰.

Conclusión

Las instancias de control de las normas y los proyectos adoptados por una y otra organización tienen pues una función que oscila entre sanción y protección de los proyectos, que a su vez oscilan entre impulso y coordinación. La garantía de la interacción CAN-OTCA reside pues en el respeto de estos mecanismos institucionales desprovistos de fuerza vinculante. No obstante, a base de complementariedad y desarrollo de políticas medioambientales uniformes que afectan a la zona del Amazonas, es legítimo pensar en una forma de hegemonismo regional alimentado por estos dos actores. De hecho, a base de luchar contra la injerencia ecológica democrática recurriendo a normas que vacilan entre anticipación y adaptación, los dispositivos pensados por estas dos organizaciones regionales se transforman en verdaderos mecanismos hegemónicos.

Normalmente se trata de *diálogo* entre instituciones, integraciones o jurisdicciones. Sin embargo, en lo que respecta a la temática medioambiental, parece que estemos más cerca de una superposición de monólogos: la multiplicación de proyectos y otras normas lleva a pensar en el proceso de desdoblamiento que constituye la clave del juego de actores durante el monólogo, en el que solo los espectadores y el actor son conscientes de lo que se trama. Los demás actores siguen *jugando al juego* como si no ocurriese nada. Y aun-

⁴⁰ CAN. DEC. 596. Creación del Consejo de Ministros de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible de la Comunidad Andina (2004).



que hablar de *diálogo* no parece responder a la pregunta, pensar en términos de monólogos probablemente no permita resolver la problemática del desarrollo *sostenible*. Todo lo contrario, se llega a fragmentar el concepto y a no quedarse más que con la prioridad de ciertos ámbitos. ¿No es eso perder de vista el objetivo inicial? ¿La solución no sería entonces proceder a un juego de mimos, en el que todos los protagonistas estuviesen en una situación de igualdad real y en el que la terminología jurídica se condujese a una unidad?

Bibliografía

- AKNIN, A.; FROGER, G.; Géronimi, V.; MÉRAL, P.; & SCHEMBRI, P. (2002). Environnement et développement: quelques réflexions autour du concept de développement durable. *Martin JY*, 51-71
- BORRAS PENTINAT, S. "El Impacto Ambiental de la Condicionalidad: ¿La Globalización Sostenible?". *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII, n. 23, nov. 2005. Disponible en: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=165>
- CHAPARRO, O.L. *Construyendo agenda 21 para el departamento de Amazonas: una construcción colectiva para el desarrollo sostenible de la Amazonia Colombiana*. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas "Sinchi", 2007.
- ESQUIVEL, Germán Vera. "El derecho internacional del medio ambiente y sus principios rectores: el caso del principio precautorio". *Themis* 29 (2015): 111-116.
- GÓMEZ, D.K. "Desarrollo sustentable amazónico: estudio de las políticas de desarrollo planteadas en el marco del tratado de cooperación amazónico (1978-1992)". (2009).
- LEFF, E. et al. "Más allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina" in *Leff, E.; Ezcurra, E.; Pisanty, I* (2002): 479-578.
- MONCADA TORRES, Kelly Jeaninne. "El papel de Brasil en relación a la protección de preservación de la cuenca amazónica." (2015).



- Myrdal, G. "What is development", *Journal of economic issues*, vol. VIII, n° 4, (1974), p.735
- PASSET, R. "Néolibéralisme ou développement durable: il faut choisir", in *Le développement durable, une perspective pour le XXIe siècle*, Rennes. Presses Universitaires de Rennes. 2005.
- YOU, P. "L'interprétation des traités et le rôle du préambule des traités dans cette interprétation". *Revue de droit international, de sciences diplomatiques et politiques*. Tome XX (1942), pp.22-45.
- CAN. DEC. 182. Sistema andino 'José Celestino Mutis' sobre agricultura, seguridad alimentaria y conservación del ambiente. 1983.
- CAN. DEC. 391. Régimen Común sobre Acceso a los Recursos Genéticos (1996).
- CAN. DEC. 435. Comité Andino de Autoridades Ambientales (CAAAM) (1998).
- CAN. DEC. 436. Registro y Control de Plaguicidas Químicos de Uso Agrícola (1998).
- CAN. DEC. 523. Estrategia Regional de Biodiversidad (2002). Preámbulo.
- CAN. DEC. 596. Creación del Consejo de Ministros de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible de la Comunidad Andina (2004).
- CAN. DEC. 713. Modificación de la Decisión 591: Estrategia Andina para la Prevención y Atención de Desastres (2009). Artículo 4.
- CAN. DEC.763. Estrategia Andina para la Gestión Integrada de los Recursos Hídricos (2011).
- Tratado de Cooperación Amazónica, 1978.
- Protocolo de Enmienda al Tratado, 1998.
- Reglamento de la Secretaría Permanente de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica.
- OTCA, RES/VII MRE-TCA/1. Adoptada en Lima.1995.
- OTCA, Declaración de Manaus, 1992 y 2009.

Méryl Thiel

Doctora en Derecho Internacional Público. Docente en la Universidad Externado, Bogotá.
Correo electrónico: renee.meryl@uexternado.edu.co

Recebido em: Setembro de 2014

Aceito para publicar em: Novembro de 2014

Normas Editoriais

- O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.
- Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.
- O resumo e o *abstract* devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = *chaves/keywords*.
- Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
- Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.
- As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.
- As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.
- Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.
- Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e Inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).
- Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

- As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.
- Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.
- A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.
- Admitem-se as referências *Id. ibidem* e Op. cit., segundo as normas em utilização.
- Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.
- Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.
- São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.
- Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.